



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

***MARQUÊS DE POMBAL E
JOVELLANOS : Dois Ministros
Ibéricos***

**Mestrado em Estudos Ibéricos
Dissertação**

E

**Autora – Cláudia Sofia Rodrigues Poeiras
Orientador – Prof. Dr. António Cândido Franco**

Évora, Setembro de 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

***MARQUÊS DE POMBAL E
JOVELLANOS : Dois Ministros
Ibéricos***

**Mestrado em Estudos Ibéricos
Dissertação**

E

**Autora – Cláudia Sofia Rodrigues Poeiras
Orientador – Prof. Dr. António Cândido Franco**

Évora, Setembro de 2013

Resumo

O estudo dos dois ilustres representantes – Sebastião José de Carvalho e Melo e Baltazar Gaspar Melchor de Jovellanos, líderes nos respetivos países entre os séculos XVIII e XIX – tem como objetivo compreender a razão de terem sido rejeitados, incompreendidos e até injuriados pelas suas pátrias.

O primeiro restabeleceu a economia do país, aproximando-a à realidade económica e social da Europa, que desde o reinado de D. João IV era decadente. Foi um estadista admirado pelas atitudes nobres que tomou no fortalecimento da nação, iniciando com esse intuito várias reformas. Porém, tornou-se num “déspota iluminado” afirmando-se como único soberano, senhor do poder e da verdade, passando a ser odiado pelo povo.

O segundo era portador de um pensamento de inovação invejável para a época. Incansável ao serviço da sua pátria, lutou desde muito jovem para conseguir modernizá-la, mas pouco apreciado pelos senhores do seu tempo, acabou desterrado e incompreendido em todas as suas tentativas.

Abstract

The Marquis of Pombal and Jovellanos: Two Iberian Ministers

The study of the two illustrious representatives – Sebastião José de Carvalho e Melo and Baltazar Gaspar Melchor of Jovellanos, leaders in their respective counties during the eighteenth and nineteenth centuries – had as an objective to understand the reason why they were rejected, misunderstood and even insulted by their country.

The first established the country's economy, approaching it to economic and social reality of Europe, it had been decadent since the reign of D. João IV. It was a statesman admired by noble attitudes that turned the nation strong again, with this intention it started with various reforms. However, he turned into a “illuminated despot” confirming himself as the only supreme, man of power and honesty, with this he became hated by his people.

The second, held a thought of innovation, enviable for that time. Tireless of serving for his country, he fought from a very young age to try to modernize it, but unappreciated by the men of this time, he ended up banished and misunderstood in all his attempts.

ÍNDICE

MARQUÊS DE POMBAL E JOVELLANOS: DOIS MINISTROS IBÉRICOS

Objetivos	pag. 4
Introdução	pag. 5
1. VIDA E OBRA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO	
1.1 Época anterior ao Marquês de Pombal.....	pag. 8
1.2 Formação cultural.....	pag. 12
1.3 Reformas realizadas – Textos escritos (Produção legislativa).....	pag. 16
1.4 O Consulado Pombalino.....	pag. 21
2. VIDA E OBRA DE BALTASAR GASPAS MELCHOR JOVELLANOS	
2.1 Formação cultural.....	pag. 47
2.2 Reformas realizadas – Textos escritos (Produção legislativa).....	pag. 49
2.3 O Consulado Jovellanista.....	pag. 68
Conclusão	pag. 81
Anexos	pag. 84
Bibliografia	pag.106

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é, primeiramente, dar a conhecer os dois lados controversos do Marquês de Pombal, Primeiro-ministro do rei D. José I, personagem muito comentada por todos e, por vezes, igualmente incompreendida. É o relato de uma vida e de uma obra bem construídas, assentes nos padrões vivenciais, aceitáveis ou não, da sua época. Por outro lado, o pioneiro do movimento espanhol da *Ilustración* – Jovellanos - dotado de uma inteligência invulgar, com objetivos específicos de modernização no seu país; desacreditado e exilado pela sociedade retrograda em que estava inserido. O objetivo assenta, portanto, no conhecer de perto os dois autores e pensar, aqui em particular, sobre as justiças e as injustiças na forma de governar.

INTRODUÇÃO

O século XVIII foi representativo de uma viragem das ideias, da maneira de pensar, de atuar e de modernização a nível europeu. É o século de ouro da Europa, em que os iluministas mostram a sua magnificência avançada, remetendo para a sua imitação, os países limitrofes.

Em Portugal, país periférico, uma figura importantíssima se destaca nesta modernização, representando no seu país, por um lado, o salvador das finanças, o regedor do património, o reformador da economia, do comércio, da indústria, do ensino, do exército, com o objetivo claro de estabelecer o seu país ao nível das outras nações europeias. Por outro lado, mostrou-se déspota iluminado, tirano, ministrando com mãos de ferro, enfraquecendo o poder dos nobres, exterminando-os, diluindo o poder do clero, extraditando-os, e dos influentes do reino, aterrorizando-os. É nestes parâmetros que se insere a personagem de Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro de um rei ausente, que lhe vai permitir todos estes abusos do poder e da impiedade humana. Mas falta-nos descobrir o porquê da existência de dois lados controversos da vida do futuro Marquês de Pombal, tão diferentes entre si, tão incompreensíveis! Quais as razões que o motivaram a deixar uma existência pela outra? Se tomou atitudes tão nobres e acertadas quando precisou de reerguer Lisboa, porque reage ele tão abruptamente com quem o enfrenta? De onde lhe vem o ódio declarado aos jesuítas e à família dos Távora? Todas estas questões são alvo de um estudo, mais ou menos pormenorizado, em que se estabelecem as dicotomias de tão nobre e – ao mesmo tempo – despótico representante do Estado português do século XVIII.

Em Espanha evidencia-se um ilustre jovem, cujas ideias surgem de e em prol do movimento da *Ilustración*. Reformista e modernizador da sua pátria, evolucionista, respeitado historiógrafo, poeta, dramaturgo, prosador, autor de vários ensaios e leis que requalificassem o seu país, e de tudo o que era necessário para uma transformação digna de Baltazar Gaspar Melchor de Jovellanos, o mentor, o patriota.

Mas quem foi Jovellanos? O que trouxe de novo este movimento da *Ilustración* para ser mal aceite no reino? Porque o odiaram tanto e o desterraram sem nunca deixarem que a sua obra nascesse? Como é possível estabelecerem-se tantos projetos de qualidade sem serem postos em prática, pelo menos pelo seu verdadeiro autor? Quem foram os verdadeiros inimigos de Jovellanos? São perguntas que ainda hoje os investigadores procuram esclarecer e que neste trabalho se pretendem dar a conhecer sobre a vida e sobre a obra de tão ilustre patriota.

**VIDA E OBRA DE
SEBASTIÃO JOSÉ DE
CARVALHO E MELO**

Época anterior ao Marquês de Pombal

Retrocedamos ao início do século XVIII. O reino de Portugal é sustentado por um rei ao qual denominaram de *O Magnânimo*, não só por ter reinado, praticamente, durante meio século, mas também por ter feito grandes realizações que beneficiaram a cultura artística, literária e científica do país. É neste reinado que Sebastião José de Carvalho e Melo inicia a sua carreira, e é por esta razão que vamos começar esta reflexão recorrendo ao contexto histórico do rei D. João V.

D. João V (1707-1750) reinou na cidade de Lisboa, cidade cosmopolita. O seu grande prazer alternava entre a organização cultural e a vistosa riqueza económica da capital. Este é um século em alta, porque se retomou a economia e D. João V tinha motivos para fortalecer, à grande, o seu reino. À semelhança de outros países, Lisboa era uma das cidades mais bem apresentadas da Europa, havendo, inclusive, quem a comparasse à vistosa Paris. O próprio rei a comparava e a tentava, inclusive, ultrapassar. A sua abundância era total, ao nível cultural e ao nível religioso (onde se contavam numerosos conventos, igrejas bem ornamentadas, muito valiosas, riquezas próprias da realeza – coches, baixelas, cristais, tapeçarias vindas de Paris e tudo o que a esta cidade igualasse).

Os altos e baixos da economia do reino eram evidentes de século para século. O século XVI, por exemplo, foi um século de sucesso para o reino de Portugal, com a descoberta da Índia, trazendo grandes mudanças económicas e riquezas, escasseadas por ambições posteriores. Com o passar do tempo, as populações foram emagrecendo, ao ponto de se considerarem as mais miseráveis da Europa. Ainda assim, uma grande descoberta fez com que os tempos mudassem e as sortes também. Diz-se que depois da descoberta das Américas, um tal de “Tourinho”, em 1573, (Oliveira Martins, 1882, p.147) “subindo o rio Doce, na América do Sul”, encontrou uma zona à qual deram o nome de Minas e é nessa zona que este indivíduo descobre esmeraldas.

Depois dele, em 1693, outros exploram a região e se dá início à exploração das Minas do Brasil. Refere Oliveira Martins (1882, p. 148) que por deficitária fiscalização se legalizou o comércio com a regra de que um quinto do ouro seria entregue ao rei D. João V, “rendendo-lhe esta prática 12 arrobas por mês”, que na altura representaria um disparate de dinheiro. Voltaram os cofres do reino a disparar em rendimentos acrescidos, graças a este negócio. O rei arrecadou uma fortuna incalculável, mas toda ela terá sido desperdiçada em caprichos próprios. Não demorou que o dinheiro acabasse e a dívida nacional crescesse novamente! Como? De forma muito simples: a sua grande paixão era a Liturgia, da qual era mestre, espalhando pelo reino a sua prática. Conta, ainda, Oliveira Martins que este rei “queria bem a todos os santos, mas tinha um fraco particular por São José, São Francisco de Assis e por Nossa Senhora das Dores” (Oliveira Martins, 1882, p.149) e, portanto, achou que as primeiras necessidades de um povo miserável estavam em Roma, a quem o rei imediatamente pediu diversas licenças para trazer padres para o reino; reivindicou “o dogma da Imaculada Conceição de Maria” – um sonho antigo da família de D. João V – fora as exorbitantes “reliquias, canonizações e indulgências” (Oliveira Martins, 1882, p.148) que pagava sem desdenhar o seu custo. “Não tem conta o que deu, também, pelo reino às igrejas, aos conventos de frades e freiras” (Oliveira Martins, 1882, p.150). Mandou construir o convento de Mafra, em 1711, um templo onde desmesuradamente investiu. “Nele mandou construir o maior sino alguma vez visto, com 80 toneladas de peso. Em toda a Europa não existia um sino assim. O ouro do Brasil foi assim derramado”. (Oliveira Martins, 1882, p. 152).

A indústria foi uma das atividades que maior sucesso trouxe à capital com o ouro do Brasil. Os investidores ingleses praticavam o seu negócio através das transações marítimas, retomando os portos para desenvolvimento da sua atividade, aplaudindo os devaneios deste rei que gastava sem questionar. “O português nunca soube senão ser lojista” (Oliveira Martins, 1882, p. 153) deixando o comércio entregue aos ingleses e aos italianos, sem que nada se produzisse em Portugal.

Tudo isto se deve ao Tratado de Methuen em 1703, em que os ingleses e o monarca português acordaram fortalecimentos económicos. Daí a economia portuguesa ter crescido a olhos vistos para o reino; no entanto, o povo continuava miserável.

D. João V tinha a pretensão de igualar a França. Abastecia-se em Paris, imitando o rei Luís XIV que, para além de trajar bem, possuía fábricas, academias e monumentos. O mesmo teve que fazer, implantando em Portugal “(...) a primeira fábrica de sedas, primordial e evidente necessidade de um reino que não fiava a lã nem o linho”. (Oliveira Martins, 1882, p. 151). Criou a Academia Real da História Portuguesa, em 1720, recrutando autores pobres do reino; um deles foi D. António Caetano de Sousa, a quem deu habilitações para publicar os seus escritos, a sua *História genealógica da Casa Real Portuguesa*.

Mas pouco demorou em tomar partido de novas alternativas. Começou por pedir ajuda económica à Santa Sé para renovar a capital ou, como refere Ana Cristina Araújo (2005, p.10) tornar Lisboa “numa nova Lisboa como uma nova Roma”. Assim se percebe um leve distanciamento da cidade das luzes para se aproximar da corte de Roma, embora não haja uma quebra total, uma vez que a modernização da cidade ainda passou pela imitação das muitas regalias, riquezas e extravagâncias vindas, sobretudo, da cidade iluminada. Esta modernização sentiu-se aos níveis literário, musical, académico, artístico e filosófico, com tremendo recurso ao barroco e consumos culturais ao gosto francês. Lisboa tornara-se, no século XVIII, uma cidade bastante visitada por forasteiros vindos sobretudo do Norte da Europa. A economia crescia, assim, a largos passos na cidade. Está provado que D. João V soube gerir a riqueza no seu país num primeiro momento, mas todas as extravagâncias do rei foram-no distanciando dos negócios relacionados com o comércio internacional, que veio a baixar de forma acentuada. Dá-se a entender, claramente, que o luxo se tornou muito mais importante do que qualquer transação que fortalecesse a economia do reino.

Sinais de crise começaram a ser notados sobretudo nos portos de Lisboa e Porto, onde o movimento dos navios portugueses baixara consideravelmente a partir de 1748. Conjuntamente, verificou-se a descida do vinho, do açúcar e do tabaco, produtos que sustentavam a posição económica portuguesa na Europa. Mas D. João V mantinha a vida luxuosa que sempre pretendia. O país não estava possibilitado de tamanhos gastos; a debilidade apresentou-se a vários níveis; o ouro brasileiro e os contratos comerciais desciam a pique.

Este rei teve vários sucessores ao trono. Dos três que nasceram de sua mulher – Mariana de Áustria – conhece-se uma filha, Maria Bárbara, que mais tarde viria a ser rainha de Espanha. O segundo foi um rapaz, o infante D. Pedro, de inteligência vaga, muito recatado e tímido. O terceiro foi D. José que subiu ao trono após a morte de seu pai, em 1750. D. João V foi ainda pai de três filhos que faleceram muito jovens e ainda de outros três filhos bastardos – filhos de três freiras do convento de Odivelas, já então conhecido pelas requintadas doçarias caseiras e pelos desejos do pecado que faziam o rei retirar-se, quase todas as noites, dos seus aposentos. D. João V fez questão de os reconhecer e instalar no Palácio de Palhavã, ficando conhecidos na História como os *Meninos de Palhavã* e a quem o rei D. José I aceitou como irmãos e empregou com vários cargos na corte, dotados de grande inteligência para os negócios.

Começa, portanto, em 1750, o reinado de D. José I, cujo nome completo era José Francisco António Inácio Norberto Agostinho. Nasceu a 6 de Junho de 1714 no palácio da Ribeira em Lisboa. Casou-se muito novo. Tinha apenas 14 anos quando lhe mandaram ver noiva. A escolhida foi uma princesa espanhola, Mariana Vitória de Bourbon, com 10 anos de idade. O jovem casal não tinha mais nada que fazer para além de comer, dormir e divertir-se, assistindo a espetáculos musicais, participando em festas e bailes da corte ou em grandes caçadas que se realizavam sobretudo no Ribatejo e no Alentejo.

Essa vida alegre e despreocupada prolongou-se demasiado. Assim, quando o pai morreu e D. José subiu ao trono com 36 anos, nunca tinha tido qualquer responsabilidade, não estava informado sobre os problemas do país nem sabia governar. No entanto, dois dias depois da morte do pai, tomou uma medida inteligente chamando para seus ministros três homens capazes de o ajudarem a dirigir o reino. Foram eles Pedro da Mota e Silva, Diogo Mendonça Corte Real; quanto ao terceiro ministro, foi ele quem, na verdade, governou durante todo o reinado de D. José I – chamava-se Sebastião José de Carvalho e Melo, mas ficou conhecido por um dos títulos que o rei lhe deu: Marquês de Pombal.

Formação Cultural

Sebastião José de Carvalho e Melo, afamado ministro do rei D. José I, é considerado, por muitos, o mais notável estadista do século XVIII. Nasceu em Lisboa a 13 de Maio de 1699, na rua Formosa. Faleceu em Pombal a 8 de Maio de 1782. Era filho do capitão de cavalaria da Casa Real, Manuel de Carvalho e Ataíde e de D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo e neto do seu homónimo, a quem chamavam o *estudante*, segundo consta. Refere-se aqui este avô para se conhecer um lado pouco digno de uma família da pequena nobreza, à qual não queriam pertencer. Segundo se conta, este seu avô e o seu pai, tinham fama de corromperem genealogias, ou seja, de mentirem sobre as suas origens por não aprovarem a denominação de pequenos fidalgos da província e para protegerem Sebastião José da chacota da sociedade.

Carvalho e Melo iniciou em Coimbra o primeiro ano de jurídico, mas dotado de um grande anseio de dominar, abandona os estudos e segue a carreira das armas, julgando ser essa a sua verdadeira vocação. Contudo, não correspondendo esta carreira às expectativas, pediu demissão e dedicou-se ao estudo da História, da Política e da Legislação.

Era, na sua mocidade, um rapaz muito bem visto e cobiçado pelas damas e por ele se apaixonou uma sobrinha do conde de Arcos, D. Teresa de Noronha e Bourbon, dama da rainha D. Maria Ana de Áustria. (Esta senhora casaria com Sebastião José em segundas núpcias, pois enviuvou de um seu primo, António de Mendonça Furtado). Este casamento não foi bem aceite pela família da noiva, que o considerava um mau partido; então o noivo decidiu raptá-la e foram viver para uma quinta em Soure, onde continuou, com interesse, os seus estudos de História, Política e Legislação. Apesar de tudo, este casamento permitiu a integração de Sebastião José no grupo representante da alta fidalguia. Não houve descendência neste primeiro casamento e a sua mulher acabou por falecer no ano de 1739, encontrando-se ele já em Inglaterra.

Entre 1739 e 1744, Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado como embaixador em Londres. Pouco aprendeu nos seis longos anos que lá permaneceu. Não chegou sequer a aprender a língua inglesa, nem para ler um simples jornal, comunicando apenas em francês, que era a língua mais falada na época. Sempre mostrou grande antipatia pelos ingleses, a quem acusava de estrangularem o desenvolvimento económico nacional. O seu único objetivo era o de determinar leis que equilibrassem a economia portuguesa e não estabelecer contactos amistosos com ninguém. O temperamento de Carvalho e Melo não era particularmente afetuoso. Pouco se ria, pouco se aproximava das pessoas, a não ser que de negócios se tratasse. Não seria a figura que melhor representasse Portugal no estrangeiro. Verdade se diga que o representante inglês em Lisboa também não morria de amores pelo desempenho de Sebastião José, tendo dele a seguinte impressão:

É o espírito coimbrão mais tacanho que eu tenho encontrado na minha vida. Teimoso, estúpido, de espécie verdadeiramente asinina. Um génio insignificante que ambiciona ser grande num país pequeno é um animal desassossegado. Creio que vamos ter muitas maçadas e aborrecimentos. (José H. Saraiva, 1983, p. 84)

Isto era escrito em 1745, quando ninguém presumiria que este simples enviado a Londres viria a ser o grande estadista, déspota iluminado do reinado de D. José I.

Em 1744 regressa a Portugal para se ocupar de uma questão de bens, devido à morte da sua primeira mulher. Um ano mais tarde, em 1745, foi transferido para Viena de Áustria. O Governo austríaco pedia a mediação do rei de Portugal num assunto que surgiu entre as cortes de Viena e de Roma, numa discórdia relativa aos direitos de *nomina da cúria*. Carvalho e Melo foi nomeado para dirigir as negociações, mas entra em conflito com o representante português em Roma, ficando mais uma vez mal visto perante D. João V, que o acusava muitas vezes de extrema incompetência. Ainda assim, há quem refira que foi graças a Carvalho e Melo que as duas coroas apaziguaram as suas controvérsias.

Depois da morte da sua primeira mulher, a rainha-mãe – Maria Ana de Áustria – mostrou-se amiga do embaixador, dando o seu parecer em relação ao segundo casamento de Carvalho e Melo com Maria Leonor Ernestina, condessa de Daun, também ela austríaca, sobrinha do conde de Daun, figura de destaque na Guerra de Áustria. Esta magnífica aliança assegurou a Sebastião José o lugar de Secretário de Estado no Governo de Lisboa, assim como uma boa reputação, pois a rainha interferiu por ele em Áustria exaltando a sua grandiosa inteligência. Chegou até a aconselhar-se com o futuro ministro sobre negócios relacionado com o cultivo de trigo, pois tinha-o numa grande consideração e até confiança.

O rei D. João V, no entanto, pouco satisfeito com as prestações de Sebastião José no estrangeiro, fê-lo regressar a Portugal em 1749. O rei morreu no ano seguinte e, de acordo com uma recomendação da rainha-mãe, o novo rei, D. José I, nomeou Sebastião José para Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Mais tarde, e depois de lhe mostrar total confiança, a rainha arrependeu-se, vindo a conhecer um lado déspota do ministro do reino. Ao contrário do pai, D. José foi muito bondoso e confiou-lhe o controlo do Estado.

Dividindo o tempo entre caçadas, touradas e festas, o rei foi deixando o governo cada vez mais entregue nas mãos do futuro Marquês de Pombal.

As primeiras funções que lhe tinham dado a desempenhar neste governo estão relacionadas com problemas da corte de D. João V, sobretudo questões económicas, mais especificamente:

(...) a questão do quinto do ouro do Brasil; a questão das mesas de inspecção de qualidade dos produtores (açúcar, algodão, e tabaco) nos portos das colónias, principalmente os do Brasil; a questão da venda dos diamantes das jazidas do território de Minas Gerais no mercado europeu; a questão da exportação dos rolos do tabaco e dos caixotes acumulados na alfândega de Lisboa; e, finalmente, a questão da dívida régia à praça de Lisboa (Miguel Real, 2005, p.18)

Deste modo, não seriam fatores políticos, mas fatores de debilidade económica do país a grande razão da entrada de Carvalho e Melo no primeiro governo de D. José, pois nos seus primeiros anos de administração, Sebastião Melo ganha o prestígio do rei, pelo enorme sucesso conseguido aquando da reabilitação financeira do quinto do ouro do Brasil e, também, por ter conseguido ultrapassar, rapidamente, muitas das questões financeiras que se apresentavam problemáticas para o reino. *Economia primeiro, que é como quem diz, contas reais em bom estado* parece ser o lema de Sebastião José nestes seus primeiros anos de consulado, que, aliás,

(...) permanecerá uma constante nos seus vinte e sete anos de actividade governativa. Salvador das finanças do reino e reorganizador do Estado, é indubitavelmente esta a marca primeira da dedada política de Pombal. (Miguel Real, 2005, p.23).

Assim, Carvalho e Melo vai reagindo pragmaticamente a situações problemáticas, solucionando-as segundo uma orientação “centralista, dirigista e proteccionista que se acentuará na década de 60” (Miguel Real, 2005, p.24).

REFORMAS REALIZADAS – TEXTOS ESCRITOS

(Produção legislativa)

Em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo já era primeiro-ministro do reino. Governou com mão de ferro, impondo a lei a todas as classes, desde os mais pobres até à alta nobreza. Impressionado pelo sucesso económico inglês (a única ideia preconcebida de Pombal, nestes seus primeiros anos de governo é operacionalizar reformas de carácter comercial que economicamente robustecessem Portugal face à concorrência internacional da Inglaterra) tentou implementar medidas que incutissem um sentido semelhante para a economia portuguesa.

Tinha decidido elevar o seu país à grandeza da civilização europeia, não temendo represálias. O seu único interesse, dizia, era trazer modernização e novas formas de rentabilizar a economia portuguesa. Vinha decidido a realizar os seus projetos à viva força, enfrentando tudo e todos os que lhe surgissem no seu caminho.

Considerando como uma grande desgraça para Portugal a dependência em que se encontrava da Inglaterra, entendeu que o modo mais simples de acabar com ela seria proibir com penas severas a exportação de metais preciosos, querendo assim restabelecer arbitrariamente a balança do comércio, exigindo que os ingleses levassem de Portugal mercadorias correspondentes ao preço daquelas que nos enviavam. Logo no início da sua carreira foi implementando reformas que considerou indispensáveis para o fortalecimento da economia do reino. Nesta lógica, em 17 de Janeiro de 1751, tratou da redução dos direitos sobre o tabaco; em 27 do mesmo mês tratou da redução dos direitos sobre o açúcar; seguiu-se a organização da companhia do Grão-Pará e Maranhão, sendo que esta não foi muito bem entendida nem aceite pela Mesa do Bem Comum e, por isso, puniu os seus membros com penas severas. Também se ocupou com empenho na reorganização do exército português que, segundo ele, se tratou de um grande lapso do reinado anterior e fê-lo com a ajuda do Conde de Lippe, que se encontrava, na altura, em Lisboa para resolver questões relacionadas com o Aqueduto das Águas Livres.

Não havia homens preparados para uma possível guerra, nem armas que os ajudassem. A construção de navios fortaleceu a nossa marinha; o comércio e a agricultura também foram favorecidos pelo futuro Marquês de Pombal. Mas para tudo isto precisou de pedir ajuda externa, que educasse/ orientasse os portugueses para estes trabalhos.

Em sua gestão, Pombal pôs em prática um vasto programa de reformas, com o objetivo de racionalizar a administração sem enfraquecer o poder real. Para atingir essa meta, o ministro incorporou as novas ideias divulgadas na Europa pelos iluministas, apesar de manter aspetos despóticos e a sua política comercial que tanto defendia. Assim, pouco depois de estar no poder, já vários eram os descontentamentos dos países vizinhos que falavam sobre a plena confiança que D. José depositara no seu primeiro-ministro, dando-lhe total liberdade para resolver qualquer assunto do reino, governando como um déspota.

Aos poucos, Sebastião José foi assumindo a direção das pastas dos outros ministros, tornando-se, ele, o autor de vários decretos e leis que aparecem com o nome de Pedro da Mota e Diogo de Mendonça, cujos finais de vida foram muito desgostosos. O primeiro morreu velho e esquecido, sendo substituído por Sebastião José na pasta do reino; o segundo recebe, em 1746, ordem para abandonar a corte em três horas, sendo acusado de um crime considerado de lesa-majestade: “excitar com horrorosos escândalos a paz, civilidade e obediência que tinha por natureza, homenagem, fidelidade e obrigação de guardar” (José H. Saraiva, 1983, p. 86). Sebastião José fica sozinho no poder. Talvez fosse este o seu grande objetivo. Quem substituiu os antigos ministros foram vassallos seus, cumprindo ordens suas. Para a secretaria do reino, vaga pela morte de Pedro da Mota, nomeou para Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros D. Luís da Cunha Manuel. Descontente não se sabe por que motivo com Diogo de Mendonça, Sebastião José mandou-o prender e deu-lhe por sucessor Tomé Joaquim da Costa que também, pouco tempo depois, foi desterrado para Leiria.

Ao mesmo tempo fundava Sebastião José a Aula do Comércio:

(...) a primeira que houve na Europa, e de onde em pouco tempo saíram auxiliares hábeis da escrita, na arrumação das contas e na aritmética, preciosos colaboradores que até aí faltavam nas casas de negócios e nas estações públicas (...) (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p. 321).

Criou igualmente a companhia para a pesca da baleia nas costas do Brasil e a companhia para a pesca do atum nas costas do Algarve. Fez com que tudo voltasse a funcionar, porque parados não dão lucro nem reconhecimento no exterior.

Quanto às Reformas por ele administradas procedeu, primeiramente, à Reforma da Economia. Entre outras realizações, o seu governo procurou incrementar a produção nacional à concorrência, desenvolver o comércio colonial e incentivar o desenvolvimento das manufaturas. No âmbito dessa política, em 1755, foi fundada a Companhia do Comércio, à qual o ministro concedeu isenção de impostos no comércio e nas exportações, com o objetivo principal de alinhar a economia do país com a economia europeia. Um dos aspetos menos positivos do plano económico tem a ver com o facto de Carvalho e Melo nunca ter dado grande importância à construção de estradas, o que viria possibilitar o movimento das mercadorias do comércio interno. Este aspeto não o preocupava porque o seu grande objetivo incidia no comércio externo, nomeadamente o comércio ultramarino, cuja estrada principal se fazia representar pelo mar.

Os jesuítas foram os que mais se revoltaram com a fundação desta nova Companhia, uma vez que lhes vinha retirar os privilégios comerciais. Não obstante em 1757, segue a divulgação das leis que estabeleciam a total liberdade e independência dos índios que habitavam as missões dos jesuítas – outra das regalias retiradas.

Sucedem-se as Reformas religiosas – as novas ideias pombalinas estabeleciam um ponto final no modo empenhado e militante por que os inicianos tinham evangelizado os índios brasileiros.

A ação reformadora de Pombal estendeu-se, ainda, no âmbito da política e do Estado, sendo que, nesse campo, o Primeiro-Ministro se empenhou no fortalecimento do absolutismo do rei e no combate a setores e instituições que poderiam enfraquecê-lo; por outro lado, diminuiu o poder da Igreja, subordinando o Tribunal do Santo Ofício ao Estado e em 1759 expulsou os jesuítas da metrópole e da colônia, confiscando os seus bens, alegando que a Companhia de Jesus agia como um poder autónomo dentro do Estado português.

Irrompe uma nova Reforma, na Educação, e é nesta que vem introduzir importantes mudanças no sistema de ensino do reino – que até essa altura estava sob a responsabilidade da Igreja, dos jesuítas, cujos colégios foram encerrados – passando-a ao controlo do Estado, que instituiu nas cidades lugares para professores de Literatura Latina, Retórica, Gramática Grega e também alguns de Língua Hebraica. Criou o Colégio dos Nobres, com o intuito de proporcionar aos descendentes das famílias aristocráticas uma formação moderna, substituindo, conseqüentemente, o Colégio de Santo Antão, que os padres jesuítas mantinham com grande reputação. Sente-se agora um grande vazio cultural. Apesar de tudo, haviam sido os jesuítas os propulsores do ensino até então. E agora era o momento de arranjar alternativas. Um novo ensino, que transmitisse os conhecimentos do passado mas também que viesse acrescentar as novas ideias já difundidas no resto da Europa. Tarefa que, ainda assim, lhe pareceu de fácil concretização.

José Hermano Saraiva diz a este respeito que:

(...) a reforma do ensino começou pelos «estudos menores», para os quais foi criado um corpo de «professores régios», em substituição de mestres predominantemente eclesiásticos e em certos casos jesuítas (...) Mais tarde, passou-se à reforma do «Estudo Geral» de Coimbra. Os nossos estatutos, corroborados pelo rei em 28 de Agosto de 1772 e elaborados por uma Junta de Providência Literária (...) foram entregues solenemente em Coimbra pelo próprio Marquês, em 29 de Setembro. (José H. Saraiva, 1983, pp.343 - 45).

É importante esclarecer que toda esta tentativa de modernização do ensino acontece, mas sem êxito. Não obstante em 1759, criou o ensino público menor, correspondendo ao atual ensino primário e secundário, que também falhou totalmente, mas que se restaurou 4 ou 5 anos depois, com o acordo da Real Mesa Sensória e se abriram 400 escolas. Nasce, portanto, o ensino público sob o mandato de Pombal e cria o concurso público de professores, tendo estes direitos próprios e um soldo mensal.

A Universidade de Évora, que pertencia aos jesuítas, foi extinta, e a Universidade de Coimbra sofreu uma profunda reforma, sendo totalmente modernizada, cultivando as ciências exatas e da natureza, incluindo na mudança quadros de professores mantidos pela coroa nos novos estabelecimentos de ensino. O Marquês de Pombal introduziu, de igual modo, importantes mudanças no aparelho de Estado, implementando a criação das primeiras compilações de direito civil, que substituiu do direito canónico, representando o primeiro passo para a sua afirmação enquanto estadista e o Estado como entidade superior e autónoma face ao resto da sociedade, inclusive da própria Igreja Católica. De facto, o Estado português pronunciou-se várias vezes em desacordo com a Santa Sé, estabelecendo-se um corte de relações diplomáticas até à morte de D. José I e posterior subida ao trono de D. Maria I.

A reforma pombalina manifestava interesse pelas ciências da natureza e pelas ciências de rigor, que tão afastadas se encontravam do ensino universitário. Contudo, incidia também sobre as faculdades jurídicas, procurando atualizar o seu ensino através de uma perspetiva historicista que estava de acordo com as diretrizes do absolutismo esclarecido de D. José, do Marquês de Pombal e dos seus súbditos (alguns dos quais eclesiásticos). Assim, salientou-se a reforma da Faculdade de Medicina, que procurou seguir as sugestões apresentadas por Ribeiro Sanches, em 1763, sobre a necessidade de uma investigação experimental, o que levou à fundação do Teatro Anatómico e do Dispensatório Farmacêutico e a criação de duas novas faculdades, a de Matemática e a de Filosofia.

Muito se modificou em Portugal desde a entrada de Sebastião José para o Governo, não fosse, também, o excesso de poder que o rei lhe deu e que o fez distanciar, perdendo a confiança que muitos lhe tinham inicialmente.

O CONSULADO POMBALINO

O Marquês de Pombal foi a figura chave do governo português entre 1750 e 1777. Aboliu a escravatura nas Índias portuguesas, reorganizou o exército e a marinha, reestruturou a Universidade de Coimbra acabou com a discriminação entre cristãos-velhos e cristãos-novos, mas uma das mais importantes reformas foi elaborada no campo da economia e finanças, já que foram criadas companhias e associações corporativas que regulavam a atividade comercial, assim como a reforma do sistema fiscal. Todas estas reformas cobraram-lhe a inimizade das altas classes sociais, em especial da nobreza, acabando por ser responsabilizado pela expulsão dos Jesuítas, de Portugal e das suas colónias.

Salientemos que a sua administração ficou marcada por contrariedades célebres: a primeira foi o Terramoto de Lisboa de 1755, um desafio que lhe conferiu o papel histórico de renovador arquitetónico da cidade; pouco depois, o Processo dos Távoras, que se apresentou como uma intriga, vindo a incidir em consequências dramáticas e, por fim, a insistente expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e da Europa.

Miguel Real, no seu ensaio intitulado *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa* apresenta, a este respeito, duas fases variadas da vida de Sebastião José de Carvalho e Melo; cognominou a primeira de “Primeiro Pombal”, caracterizando-o como “excelente diplomata, pragmático e economicista”, que na altura do terramoto tomou as medidas que achou necessárias para ajudar os desprotegidos e erguer a cidade de Lisboa. Para tal, manteve-se isolado durante uma semana onde pensou na melhor maneira de tirar o país da tremenda desgraça.

Foi o único membro do Estado que não fugiu de Lisboa. A capital renasceu dos planos quase pessoais do Marquês de Pombal. Reflete a ideia que ele tinha do Estado: casas e monumentos construídos com a mesma altura, em linhas retas. Aproveitou todos os recursos que pôde, pessoas que vagueavam pela cidade, para ajudarem na tarefa de limpeza e reconstrução da mesma.

Refere-se que o seu grande lema era “enterrar os mortos e cuidar dos vivos”, algo que é contestado por Camilo Castelo Branco, no seu livro *O Perfil do Marquês de Pombal*, dando a autoria da frase ao Marquês de Alorna. Realizou 33 leis numa semana e, com a ajuda do povo, conseguiu restabelecer as primeiras necessidades. Fez planos de reconstrução, com a cooperação do engenheiro Manuel da Maia e de Eugénio dos Santos, e pôs mãos à obra, implantando uma gestão extremamente eficaz na reconstrução. Há quem acredite que a calamidade que se abatera sobre Lisboa fora uma grande oportunidade política para Sebastião José. Oliveira Martins (1882, p.174) vai mais longe e diz a este respeito que “o terramoto fez-se homem e reencarnou em Pombal, seu filho”, pelas atitudes avassaladoras que do pós-terramoto advieram. Isto é, após o trágico acontecimento, patenteia a existência de um “Segundo Pombal”, déspota, tirano, sem dó nem piedade, com uma enorme determinação de afastar tudo e todos os que se interpunham no seu caminho. E é neste sentido que M. Real refere que

(...) nada verdadeiramente movia o Marquês de Pombal contra os jesuítas no dia da sua tomada de posse; sem as sucessivas revoltas dos jesuítas (...) sem os constantes relatórios de seu irmão (Francisco Xavier de Mendonça Furtado) narrando os obstáculos postos pelos inacianos à sua acção governativa, Pombal não se teria tornado o principal inimigo europeu da Companhia de Jesus, expulsando os seus membros de Portugal e exigindo do Papa a extinção da Ordem (...) revelando um segundo Marquês de Pombal, cuja personalidade e acção governativa se evidenciam apenas a partir da segunda metade da década de 50. Será este «segundo» Pombal, vanguardista, monopolista de Estado, eivado de atitudes extremas, que marcará definitivamente a cultura portuguesa. (Miguel Real, 2005, pp.40-41).

O conflito surge pela ação dos missionários no Grão - Pará e Maranhão que prejudicavam os interesses governativos do Ministro. Seriam, portanto, alvos a abater, pois a sua influência na sociedade portuguesa e as suas ligações internacionais eram um entrave ao fortalecimento do poder régio.

Neste sentido, Sebastião José publica, em 1757, um folheto com um ataque cerrado à ação da companhia: *A Relação abreviada da República que os Religiosos das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos*

domínios Ultramarinos das duas Monarquias e da Guerra que neles têm movido e sustentado contra os exércitos Espanhóis e Portugueses. Esta pequena obra foi traduzida em francês, em italiano e em alemão, marcando a primeira campanha internacional que Pombal iria conduzir contra os jesuítas, até obter do Papa Clemente XIV o extermínio da mesma.

A Companhia de Jesus era muito influente no meio político do reino e eram jesuítas os principais confessores da família real. Quando o rei D. José I se apercebeu das intenções de destruição do seu Ministro, enviou um magistrado da sua confiança ao Brasil para lhe trazer informações sobre o que realmente se estava a passar. O que é facto é que o relatório esperado pelo rei nunca chegou às suas mãos, porque primeiro encontrou as do abominável ministro.

Todos estes aspetos fizeram levantar um imenso alvoroço, mostrando cada vez mais uma personalidade e ação governativa que se evidenciaram desde 1750, revelando-se numa fase a que podemos denominar por Pombalismo antinobiliárquico, pois todos os que se cruzassem no seu caminho, nos seus negócios ilícitos eram castigados, não lhe interessando quem eram, nem de onde vinham; simplesmente não aceitava quem o enfrentasse, nem jesuítas, nem alta fidalguia. Depois do Terramoto, Pombal e os jesuítas eram inimigos declarados. Os jesuítas gozavam de grande prestígio naquela época. Eram os responsáveis por praticamente todas as instituições de ensino e pelos seminários para a formação de padres da América portuguesa.

D. José I decide ampliar os poderes do seu ministro, o que, naturalmente, desagradou aos inacionos. Converte-se num ditador exímio e à medida que o seu poder cresceu, os seus inimigos aumentaram e as disputas com a alta nobreza tornaram-se frequentes. Outra coisa não seria de esperar! Consta que desde o seu casamento com a sua primeira mulher, Teresa de Noronha, sobrinha do conde de Arcos, que o ódio de Sebastião José aumentara de forma desmedida.

Os pais da noiva nunca o tiveram em grande conta e nunca consentiram o casamento de ambos. Por esta razão, decide Sebastião José raptar a sua noiva, permanecendo durante sete anos numa quinta em Soure. A nobreza detestava-o pelo facto de ter uma origem social mais baixa – a sua família

pertencia à pequena nobreza, mas não tinha grande fortuna – e não lhe perdoavam a influência maliciosa que exercia junto do rei. De cada vez que ele atacava um grande senhor, o ódio dos nobres crescia. Não admira, pois, que se tivessem feito várias tentativas para o afastar, mas o resultado era sempre o mesmo: o marquês descobria a conspiração e o conspirador acabava por ser punido.

Em 1758, D. José I é ferido numa tentativa de regicídio, sendo que os acusados foram a família dos Távora e o Duque de Aveiro, acabando executados após um acelerado julgamento. Outra das personagens em quem primeiramente pensou como autor do crime, mas sem êxito, foi no irmão de D. José I, D. Pedro. Acontece que a herdeira do trono, a princesa D. Maria, tinha como consorte “presuntivo (...) aquele que as leis da monarquia, o decoro da coroa, a razão de Estado e os votos da nação como o só possível, D. Pedro (...)” (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p. 176). O rei sempre se mostrou muito relutante em relação a este casamento. Não o considerava pessoa de confiança nem apto para as funções a que corresponderia. A licença papal ainda chegou consentida de Roma, mas o rei deixou-a no esquecimento, entre muitos outros papéis. Carvalho podia dar graças por o rei ter reagido desta forma, pois considerava o infante D. Pedro – se realmente contraísse o matrimónio com a princesa – como mais uma pedra no sapato.

Nunca demonstrou interesse em ajudar a princesa neste assunto por receio que D. Pedro tomasse todos os seus cargos e poderes no reino. De nada lhe serviu! D. José I morre e D. Maria escolhe o seu tio para ser seu companheiro e Rei de Portugal, tornando-se D. Pedro III.

É importante perceber o porquê da acusação à família Távora e a todos os outros implicados. O rei sempre mostrou muito apreço à sua rainha, mas a verdade é que ele tinha amantes, uma das quais, a linda e formosa Teresinha Távora, casada com Luís Bernardo Távora. Todos sabiam do “affaire”, mas ninguém se atrevia a comentar, até porque, assim, sentiam-se protegidos, pois enquanto durasse, Carvalho e Melo não poderia conspirar contra estes nobres. Mas o pior aconteceu. Relata-se que, numa noite em que D. José I se encontrou com Teresinha, o marido e outros familiares prepararam-lhe uma emboscada, acusações que os Távora negaram até à morte. Contrataram-se dois atiradores que o atingiram, mas não mortalmente. Sebastião José não

mostrou misericórdia, tendo perseguido cada um dos conjurados, incluindo mulheres e crianças e com este golpe final, o poder da nobreza foi decisivamente contrariado, marcando ele, uma vitória sobre os inimigos do rei. Tudo aponta que um dos implicados neste atentado foi o duque de Aveiro, tal como nos faz chegar J. Lúcio de Azevedo

(...) o duque de Aveiro apresentou-se audazmente na Ajuda, a pedir notícias do rei. O marquês de Angeja, camarista, disse-lhe que levara uma queda. O duque sossegado, passado algum tempo, saiu de Lisboa (...) Era já então crença geral que ele dera os tiros, e os íntimos provavelmente o felicitavam pela sua coragem (...). (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p.196).

No mínimo estaria envolvido no atentado, pois deu sinais de quem estava preocupado em saber se realmente o rei morrera ou escapara à fuzilaria. Foi submetido a uma tortura típica da época, e de tal forma rigorosa que o duque de Aveiro acabou por confessar que os mandatários do atentado foram:

Os Távora, pai, mãe e dois filhos; o conde de Atouguia; Manuel e João de Távora, seus cunhados, que, sabendo da conjuração, não tomaram parte no atentado; conde e condessa da Ribeira; Manuel de Sousa Coutinho, que oferecera uns mulatos para executores do insulto; o marquês de Alorna, ciente da trama, porém alheios à execução (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p.190)

O Processo dos Távora refere-se a um escândalo político português no século XVIII. Os implicados foram torturados até à morte, que ocorreu num patíbulo montado em praça pública. A Marquesa D. Leonor de Távora foi decapitada, mas o terrível carrasco ainda teve a impiedade de lhe contar como iriam aniquilar os seus filhos e marido. Mandou ainda o Ministro enforcar dezenas de pessoas, incluindo mulheres grávidas, para mostrar que o povo tinha que ser fiel ao rei.

Agustina Bessa-Luís acrescenta a este respeito que também Luís Bernardo de Távora, o marido da amante do rei, lingrinhas e desavergonhado, apavorado até da sua própria sombra, não aguentou tamanha dor no julgamento e confessa que tudo o que aconteceu se deve ao relacionamento amistoso e religioso entre a sua mãe, o padre Malagrida e a Companhia de Jesus, dando a entender que seria uma conspiração perfeita sobretudo para Sebastião José, que tinha sede de os destruir a todos.

Os interrogatórios viriam a ser mais morosos do que as execuções. A marquesa de Távora, porém, não foi submetida a nenhum tipo de questionário; os juízes limitaram-se a condená-la à morte sem oportunidade de defesa. Carvalho e Melo aproveitou mais uma ocasião para juntar o útil ao agradável, matando dois coelhos de uma cajadada só, isto é, implicar a marquesa sob a acusação de conspiração em conjunto com os jesuítas na pessoa do rei. João Lúcio de Azevedo refere o seguinte acerca desta execução:

Das confissões arrancadas na tortura, de testemunhos singulares, induções forçadas, e o espectro da universal conspiração, se urdiu a sentença dos regicidas, talvez menos contra eles que contra os seus supostos inspiradores, os jesuítas. Das mulheres comprometidas nas declarações do duque de Aveiro – que acabou por confessar no excesso da dor física – foi justificada a marquesa de Távora. A truculência dos juízes poupou a duquesa de Aveiro e a condessa de Atouguia, e a razão seria que ao propósito de Carvalho bastava sacrificar a primeira, grande amiga dos jesuítas, principalmente do mais que todos detestado Gabriel Malagrida. (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p.199).

A execução foi violenta mesmo para a época. As canas das mãos e dos pés dos condenados foram partidas com paus e as suas cabeças decapitadas e depois os restos dos corpos queimados e as cinzas deitadas ao rio Tejo.

O palácio onde viviam foi demolido e o terreno salgado para que nunca mais nada ali crescesse. O suplício dos Távora instalou o medo no povo deste reino durante os 18 anos que se seguiram. J. Lúcio de Azevedo (2009, p. 199) descreve o sentimento do povo e o ambiente que se estabeleceu em Lisboa desde o extermínio:

(...) Lisboa mergulha em um mar de espanto e silêncio. As cinzas dos suplicados de Belém, esparsas ao vento, pairavam sobre ela (...) Respirava-se a medo, no perpétuo terror dos esbirros (...) E por dezoito anos foi assim sempre.

Outro indiciado no atentado foi o Padre Gabriel Malagrida, jesuíta desde as missões do Grão-Pará e Maranhão. Também ele representava uma ameaça para o ministro do reino, pois Malagrida era muito querido na família real; era o confessor-mor da Rainha-mãe e exercia muita influência na corte.

Este jesuíta começou por representar ameaça aquando do terramoto, porque pregava com intuição que tudo se tratou de um castigo divino. Dizia que Deus estava zangado com os portugueses por causa dos seus pecados e pela perseguição aos jesuítas. Carvalho demonstrava grande repulsa pelos jesuítas desde a sua entrada em Portugal, pois, segundo ele, fruíamos de um país que considerou bastante *culto, próspero e poderoso*, mas com a chegada destes ao país,

(...) as letras agonizaram, o comércio definhou, a navegação decaiu, o poder militar abateu, perderam-se as virtudes cívicas e desapareceu o equilíbrio nas relações, assim entre a coroa e a Igreja, como entre o rei e os vassalos. (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p. 293).

Malagrida dizia que o terramoto foi a forma que Deus arranjou para que os homens se rendessem aos seus pecados e, com certeza, o Todo-poderoso não queria uma reconstrução eminente, mas sim uma redenção. Sebastião José tinha os seus objetivos traçados e não iria permitir que o jesuíta lhe estragasse os planos, com conversas à família real que deturpassem as suas ideias. Exilou-o para Setúbal, mas ele não se calou e a quantos o procuravam anunciava castigos ainda maiores.

Entre os seus fiéis encontramos a família Távora. Toda a gente sabia que D. Leonor de Távora não fazia nada sem o consultar primeiro. Assim, foi fácil implicá-lo no atentado. Mas não se conseguiu provar que tivesse aconselhado a matar o rei, embora Sebastião José de tudo fizesse para o incriminar. Malagrida, numa ação de desespero e contradição dos factos de que era acusado, decide escrever ao Juiz da Inconfidência, dizendo ter graves

comunicações a fazer-lhe. Neste sentido, Carvalho e Melo, ansioso pelas declarações do jesuíta, reúne-se com ele em Setúbal.

Este último, muito tranquilamente, lhe rediz aquilo que já dissera outrora: pedir que acautelassem o rei de um possível e grande perigo, explicando que não se pode considerar culpado de algo que advertiu, mas que ninguém quis dar ouvidos. J. Lúcio de Azevedo mostra-nos, claramente, que os grandes injuriados por Carvalho e Melo e considerados responsáveis pelo atentado a D. José I foram os jesuítas.

Estava mais do que na altura de tomar medidas drásticas em relação à Companhia e aos seus mentores. Comunicou a Roma, ao Pontífice, quais as providências que iria tomar para expulsar a Companhia de Jesus do território português.

Deu, inclusivamente, a conhecer todo o processo de que estavam os jesuítas acusados, para proceder à sua expulsão:

(...) O acto era dos jesuítas, maquinado e promovido por eles; não só os que a sentença declarara cúmplices, ou os religiosos do reino, mas todos os membros da corporação (...) (J. Lúcio de Azevedo, 2009, pp. 206-207).

Finalmente, Carvalho e Melo atinge o ponto fulcral da sua vingança a quem o afrontava desde o terramoto de 1755.

A Junta da Inconfidência acabou por condenar Malagrida como autor de crimes contra a religião, acusado de herege, ganancioso, hipócrita e portador de uma imaginação desvairada.

Foi queimado vivo alguns dias depois e a Companhia de Jesus declarada ilegal. Todas as suas propriedades foram confiscadas e os jesuítas expulsos do território português e do Ultramar. Depois de tudo malograr para, finalmente, vingar o jesuíta odiado, fez questão de dar a conhecer a toda a Europa e é pelos documentos *Dedução Cronológica*, tradução latina do mesmo documento denominado na Europa por *Relação Abreviada*, traduzida em francês, italiano e alemão, que a notícia se espalhou. Relatava nos documentos todas as inconformidades, no seu entender, proferidas pelos

jesuítas na América, assim como as influências pouco cristãs, e até a tentativa de regicídio ocorrida em Portugal.

Esta foi considerada a obra mais extensa e importante redigida contra os jesuítas. Todos os países, em que as traduções foram disponibilizadas, uniram-se e estabeleceram a confusão nos espíritos, criando uma universal atmosfera de suspeita sobre a Companhia de Jesus. Roma, que defendia com desvelo os jesuítas, não aceitou a *Relação Abreviada*, proibindo a sua publicação. Carvalho via-se agora insultado pelo Papa Clemente XIV, que lamentava tamanho alarido e que não aceitava as justificações incriminatórias aos jesuítas. Sebastião José tinha de arranjar maneira de extinguir, definitivamente, a Companhia de Jesus.

Apesar das tentativas do Papa, este nunca conseguiu impor a permanência dos jesuítas nos reinos que pretendiam expulsá-los, sendo, inclusive, “mal - tratado” pelo rei D. José I e pelo seu ministro. Foi em Junho de 1770 que saiu o núncio para a extinção da Ordem de Portugal e o rei, por mais uma vez ter confiado no seu ministro absolutista, em forma de recompensa, deu-lhe o título de Marquês de Pombal. No ano seguinte, os outros países europeus aceitaram a abolição e também eles assinaram. Camilo Castelo Branco oferece aos leitores uma conclusão perfeita sobre a pavorosa perseguição do Marquês aos jesuítas, proferindo o seguinte:

O que eu pretendo sustentar é que o Marquês de Pombal matou jesuítas sem prova de culpa, uns nas masmorras da Junqueira, outros nas do Castelo da Foz, muitos de fome nos porões dos navios de transporte e o mais irresponsável de todos, porque era demente, em estrangulação pública e infamantíssima na Praça do Rossio. (Camilo Castelo Branco, 2003, p.137)

A revolta dos jesuítas foi exaltada por toda a Europa. Reivindicavam os exageros excessivos por quantos os odiavam, mas nunca baixando os braços, tentaram levantar a opinião pública contra o golpe que os aniquilava. Itália esteve sempre do seu lado, foi onde tiveram maior êxito, encontrando no sucessor de Clemente XIV, o cardeal Braschi, que subiu ao trono com o nome de Pio XIV, um grande protetor que veio dar ânimo aos jesuítas, impedindo

qualquer tipo de malfeitoria por parte dos executores da Companhia. Digamos que foi ele quem fez renascer a Companhia de Jesus.

Destaquemos que o grande alarido foi causado pelo Marquês de Pombal. Aquele que mais ódio, desprezo e rancor lhes tinha era o Marquês. Aquele que maior reivindicação sustentou e de tudo fez para os extinguir, sem dó nem piedade, foi o Marquês. É verdade que os outros países da Europa também os expulsaram sem desdém, mas nenhum demonstrou atitudes tão pouco humanas como as do Marquês de Pombal, sendo que até os ajudavam no seu desterro, tal como comenta Camilo Castelo Branco:

O duque de Choiseul, em França, vingou prostrar morta a instituição odiada, mas não se foi contra o cadáver às punhaladas, não encerrou nem queimou os padres; pelo contrário deu casa e pão aos que ficaram na penúria. E o espanhol, conde de Aranda, mandava sustentar em Roma os jesuítas desterrados. (Camilo Castelo Branco, 2003, p.138)

Em suma, pela sua ação rápida, aquando do atentado ao rei, D. José I atribuiu ao seu leal ministro o título de Conde de Oeiras em 1759 e, dez anos mais tarde, tal como já se referiu, em 1769-1770 (não se sabe ao certo), o título de Marquês de Pombal, pela bravura demonstrada depois de expulsar os jesuítas. Com tanto poder, sentia-se terminantemente capacitado para fazer o que quisesse. Assim, e em conclusão a esta primeira parte da vida deste Ministro, podemos salientar que o *Segundo Pombal*, referido por Miguel Real, deixou de governar a partir da convicção de um bem comum universal – o Reino – parceiro de todos os grupos e classes sociais, passando a distinguir pessoas e grupos merecedores do apoio do Estado.

Entramos, agora, numa fase de declínio, do acabar do Marquês de Pombal. Uma das precariedades descobertas no último período da vida de D. José I, descobertas sim, pois havia já algum tempo que existiam, referiam-se à gestão económica e financeira. Era por muitos sabido que o Marquês de Pombal mantinha os exageros na corte, sobretudo as exigências dos nobres, da fidalguia e do próprio rei. A instabilidade apresentava-se desprovida de bens e meios sustentáveis apenas para os criados – que reclamavam 4 ou 5 anos de ordenado – para os comerciantes e negociantes da corte e estrangeiros, que

vendiam as mercadorias, mas que não usufruíam do valor que elas valiam por falta de pagamento.

Apesar das dívidas existirem, os exageros na corte também não teriam fim. Nada se poupava para que o espetáculo fosse tão bom como o que se encontrava no resto da Europa. O ministro, para lisonjear o seu rei e manter o seu poder despótico, assentia em todos os seus caprichos.

Em 1769, Lebzelterh, a respeito da má gestão da economia na época de Pombal, refere que,

Este povo que D. João V, apesar de seus gastos desmedidos, da sua liberdade excessiva, deixou ao morrer, abastado, contente e feliz, oferece à primeira vista a imagem da indigência e da escravidão. (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p.333)

Não poderia haver pior comparação! Ele que tanto se esforçou em implementar novas medidas que permitissem um grande salto na economia portuguesa limita-se, agora, a ser acusado de má gestão económica e financeira. Camilo Castelo Branco relata que um mês antes de D. José I sucumbir e, portanto, em Janeiro de 1777, surge a “última façanha” do déspota iluminado, mais um acontecimento atroz ocorrido na praia da Trafaria, habitada por homens, mulheres crianças e por uma centena de intrusos foragidos ao recrutamento. Ao todo contam cinco mil pessoas. Existia uma ameaça de guerra por parte da vizinha Espanha.

O Marquês, para se defender de um eventual ataque, não dispunha de mais de 40 mil homens, mas a Marinha portuguesa via a solução no Erário Régio, que continha 75 milhões “(...) amuados, estéreis, escondidos como um roubo (...)”. (Camilo Castelo Branco, 2003, p. 185).

É óbvio que Pombal, homem insensível, pouco generoso, não aceitou com bons olhos gastar tudo que, custosamente, guardou nos cofres do Estado. Resolveu queimar toda aquela gente numa grande fogueira. Chamou Diogo Inácio de Pina Manique que lhe disponibilizou 300 soldados e algumas dúzias de archotes. Na madrugada seguinte, cinco mil pessoas dormiam na Trafaria: mulheres, homens, crianças, velhos, enfermos, fugitivos, mas o exército, às

ordens do Marquês, fê-los arder até não haver rasto, o que não seria difícil, pois as casas eram feitas de madeira e as pessoas morreriam no próprio sono. Acordaram alguns no meio de tremendo sufoco, correndo nus por entre as chamas, pedindo auxílio para saírem de tamanha crueldade. O cerco era cerrado.

Ainda assim houve quem sobrevivesse graças aos soldados compadecidos, que transgrediam as ordens que tinham, mas os poucos que escaparam renderam-se a uma miséria encimada pela fome dos dias seguintes. Camilo Castelo Branco termina a crítica ao Marquês, pelos seus feitos na Trafaria, dizendo que:

este quadro faz de si tamanho horror e tanta afronta à espécie humana, que envergonha o protraí-lo. (Camilo Castelo Branco, 2003, p.186).

J. Lúcio de Azevedo sobre esta última ira de Pombal refere que

(...) o clamor sobre a barbaridade foi geral. Carvalho justificou-se mais tarde, dizendo que o lugar era um couto de criminosos, os pescadores não pagavam os tributos, espancavam os fiscais, e que o rei para os punir ordenara que se arrasasse a povoação. (J. Lúcio de Azevedo, 2009, p. 328).

Tudo fazia, alegava, com as ordens do rei!

Miguel Real apresenta um comentário explícito e conclusivo sobre o percurso decrescente de Pombal, expressando o seguinte:

Assim, os perturbadores acontecimentos entre 1755 e 1759 (...) alteraram radicalmente o estilo de governação do Marquês de Pombal (...). Nestes dois anos, pela Relação Abreviada, pela correspondência com o Papa, pela reacção ao atentado, disponibilizando os instrumentos de tortura da Inquisição, levados pelos Estaus para Belém, e pela violência contra os seus presumíveis adversários ou simples contestadores, denota-se objectivamente uma mudança de política, estendendo Pombal o seu modo de solucionar as questões económicas entre 1750 e 1755 à totalidade da acção governativa do Estado (...) (Miguel Real, 2005, pp. 68-69)

Com a subida de D. Maria I ao trono, deu-se uma grande mudança no reino, denominada de *Viradeira*, época de reação contra Pombal. O poder do primeiro-ministro desmoronou-se após a morte do rei, sendo expulso e apedrejado pelo povo enraivecido e pela rainha que não o queria voltar a ver em Lisboa.

Em forma de curiosidade segue o seguinte parágrafo que me foi transmitido numa das visitas realizadas ao Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras.

Depois de a Rainha D. Maria I ter afugentado o Marquês de Pombal das terras de Lisboa, este deu-se ao trabalho de ir até à sua terra Natal – Pombal – viagem que para a altura demoraria uns dias, onde recolheu terra do chão, terra de Pombal, colocou-a na sua carroça e regressou a Lisboa. Foi ao encontro da sua Rainha, espalhou a terra pelo chão e colocou-se encima da terra de Pombal. Disse-lhe: *Senhora, agora não me podeis expulsar, pois estou a pisar terras de Pombal e não de Lisboa.* É uma lenda contada por muitos, mas desconhecida por outros tantos.

Pouco depois do seu desterro, foram aparecendo provas da sua tirania, entre outras coisas, contas que não pagava. Foi deste tipo de denúncias que surgiu o famoso processo *Mendanha*, onde constavam acusações gravíssimas de abuso de poder, roubo e outros tipos de fraude. O caso Mendanha surge quando este indivíduo decide comprar certas propriedades ao ministro de D. José I, mas que, após averiguação dos territórios, diz-se lesado e roubado, recusando a totalidade do pagamento, do qual já tinha cedido uma parte. Pombal, enfurecido e indignado pelas acusações, decide mandá-lo prender.

Andou de cadeia em cadeia, até que se fixou num dos fortes da ilha Terceira. Considerado infame e indigno chefe de família, decide o tribunal enclausurar as duas filhas e doar tutor ao filho. Na hora da liberdade, saiu enraivecido, pedindo justiça. Em primeiro lugar era necessário anular a venda fraudulenta e depois punir o tirano. Mendanha venceu esta batalha e o Marquês, apesar do desterro e da doença avançada foi punido pelo crime de fraude.

Que grande contradição! Vida luxuosa durante o reinado, mas contraindo dívidas que no exílio lhe foram cobradas pelos credores (algumas ainda do tempo de Londres e Viena). Assim, num primeiro momento, o reinado de D. Maria I foi penoso pela quantidade de calotes inclusive aos criados da corte (14 ordenados em atraso e outros que iam dos 4 aos 5 anos).

O Marquês de Pombal está, definitivamente, arruinado, só, transtornado psicologicamente, gozado e maltratado pelo povo e por todos aqueles que o seguiam e aclamavam diariamente na corte de D. José I.

Independentemente de ter sido bom ou mau governante, foi claramente déspota, tirano em muitas das suas acções, mas foi também um reformador e, sobretudo, o precursor do Portugal Moderno...
(António Pedro Vicente, nº 15-16, 2003)

Devido à sua avançada idade, o Marquês de Pombal é poupado pela rainha, à qual pediu perdão, sendo a sua única mas rigorosa punição, o desterro. Morreu com avançada doença de lepra na sua propriedade em 8 de Maio de 1782, passando os seus últimos dias de vida em Pombal, onde ainda redigiu a *Representação apologética* e a *Memória Secretíssima* apelando à sua inocência e às injustiças de que se achava vítima, já que, como defendia, tudo fez por ordem e vontade do seu rei, D. José I.

Morre em Pombal; é transferido para a Igreja das Mercês, onde foi batizado e, posteriormente, trasladado para a Igreja da Memória (erguida por D. José I, depois da tentativa de regicídio), onde se encontra ainda hoje. É hoje lembrado numa enorme estátua colocada numa das mais importantes praças de Lisboa que tem o seu nome e também pelo seu palácio edificado em Oeiras.

VISITA AO PALÁCIO MARQUÊS DE POMBAL EM OEIRAS

Todas as imagens apresentadas neste trabalho foram recolhidas por mim.



Fig. 1 – Fachada do Palácio de Oeiras

Construído pelo arquiteto húngaro Carlos Mardel na segunda metade do século XVIII, foi a residência do Marquês de Pombal, sobretudo quando pensava em recolher-se, tirando férias das suas responsabilidades enquanto ministro do Rei D. José I. O Palácio e os seus jardins são caracterizados por possuírem elementos arquitetónicos e artísticos (estuques, azulejos, estátuas, bustos, etc.) raros e de grande beleza.

A quinta foi formada aos poucos, comprada em porções, e só depois construída num todo. Existe a denominação de quinta de Baixo, onde podemos encontrar o palácio, os jardins e a adega/celeiro. E a quinta de cima, onde ainda hoje encontramos a casa da Pesca e a Cascata dos Poetas. A produção de bichos-da-seda era realizada na Quinta do Marco que, hoje em dia, se caracteriza apenas por um edifício; os restantes edifícios, deteriorados pelo tempo, detinham à sua volta os terrenos de lavoura, de vinhas, olivais e outras árvores de fruto.

Já na segunda metade do século XVIII, as quintas foram vendidas, ficando a Fundação Calouste Gulbenkian responsável pela quinta de baixo e a quinta de cima comprada pelo Estado, para dar lugar à Estação Agronómica Nacional.

Os jardins são, nada mais e nada menos, do que a simbologia da sua profunda cultura, típica de um europeu das luzes.

Durante os verões de 1775 e 1776 foi a residência do Rei D. José I e da sua família. Era nos jardins, em torno do palácio, que se realizavam os eventos culturais: teatro, bailado e música e que se mantém ainda no presente, sobretudo no verão.

Mandou construir a Capela do Solar, concluída em 1762, na sua casa de Oeiras, a qual dedicou a Nossa Senhora das Mercês, porque se batizou na Igreja das Mercês, junto à Rua Formosa, no Bairro Alto. Quem a construiu foi o arquiteto Carlos Mardel, seu amigo desde o Terramoto e quem a ornamentou, no seu estilo Barroco, Rococó, foi Giovanni Grossi – estuques de Giovanni Grossi e pinturas de António Gonçalves.

Fig. 2



Fig. 2 e 3 – Altar da Capela do Solar



Fig. 3



Fig. 4 – Tribuna da Capela

Era um homem que seguia a evolução dos tempos e da modernidade. Como tinha frequentado durante muitos anos as cortes de Londres e de Viena de Áustria, quis trazer as ideias de outros países para o seu país, numa tentativa de modernização bem conseguida.

Existem igualmente três Santas mumificadas, oferecidas pelo Papa Clemente XIV, pelo excelente trabalho exercido aquando da questão entre Viena de Áustria e Roma, sobre *nomina da cúria*.

Fig. 5



Fig. 6

Fig. 5, 6 e 7 – Santas Mumificadas oferecidas pelo Papa Clemente XIV ao Marquês de Pombal

Fig. 7



Era uma igreja particular, mas que aos poucos Pombal foi deixando que se tornasse pública, embora não se juntasse com o resto da população a ouvir missa, deixando-se ficar escondido, assistindo por um dos galarins principais que acediam diretamente ao altar, sem sequer ser visto.

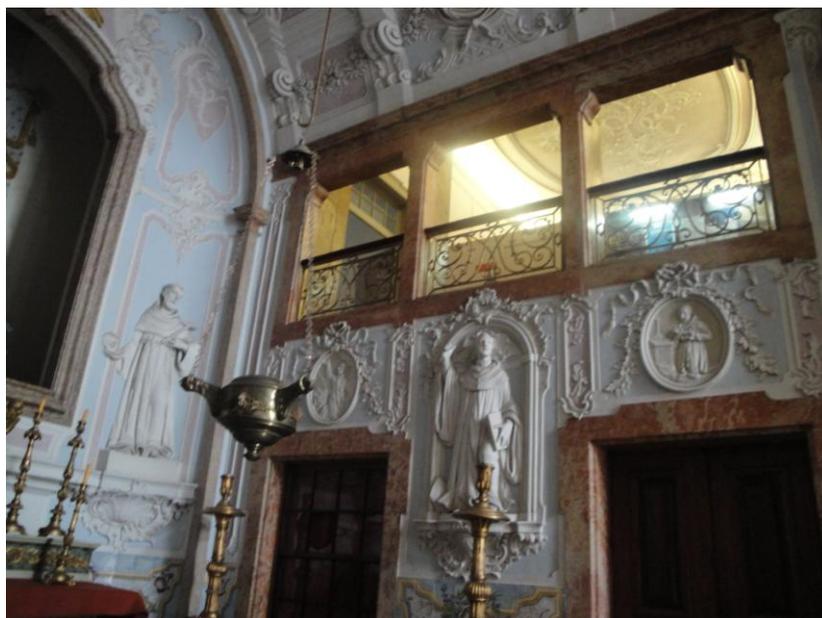


Fig. 8 - Interior Capela do Solar

Esta casa do Marquês também era frequentada pelo Rei D. José I. Sabemos que passou lá os dois últimos verões da sua vida, porque o Rei precisava de fazer a sua cura nas termas de Cascais e seria menor a moléstia de ir e vir para Lisboa. Ali estaria mais perto e descansado, o que melhoraria e aceleraria a sua recuperação. Recuperação que, apesar de tudo, era lenta, pois sofria de uma septicémia que o impedia de falar e de engolir. D. José I era um homem bonito para a época, mas que se via agora degradado com a paralisia e a deformação faciais.

É de salientar que todas as refeições do Rei eram bem ornamentadas, com baixelas importadas, de qualidade, que encontrariam o seu fim no lixo, porque só o rei comia naqueles pratos, talheres e copos, sendo que nunca voltaria a repetir a mesma loiça. Assim, os criados, pegaram nas peças partidas e construíram uma espécie de altar, que ainda hoje é visível no jardim da quinta de palácio.



Fig. 9 – Escadaria revestida de azulejos

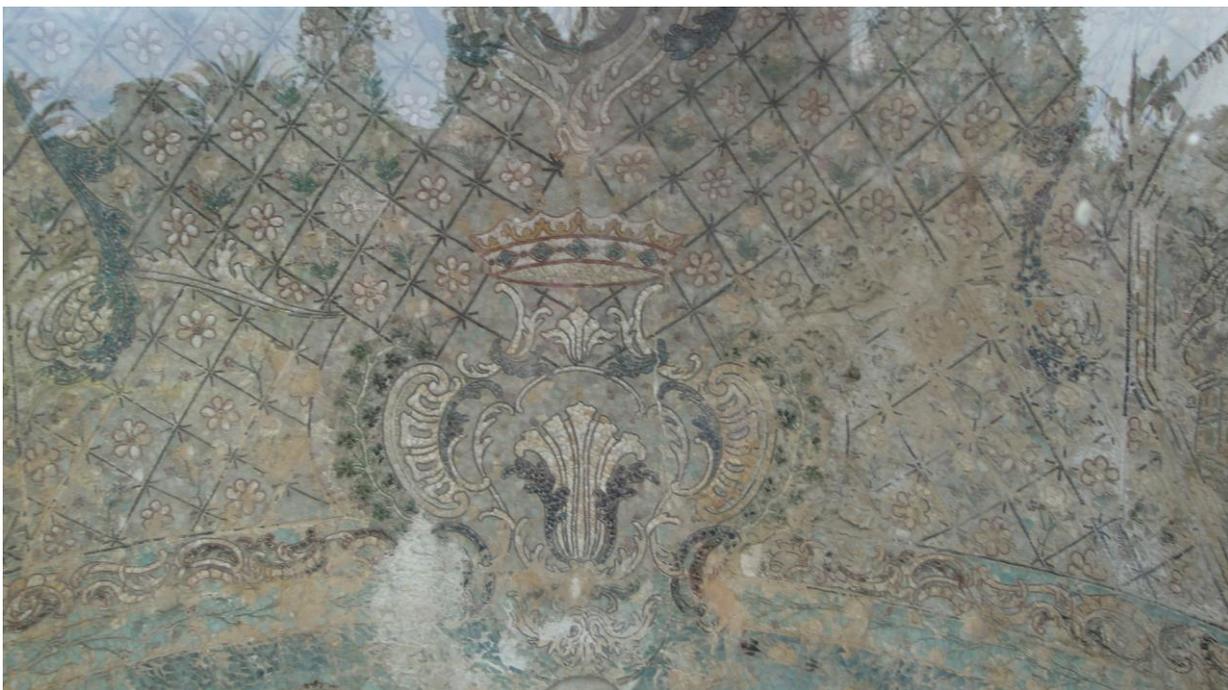


Fig. 10 - Azulejo construído com as loiças das refeições do Rei

Numa das salas que dava acesso para todas as divisões da casa, podemos observar um teto pintado por uma pintora portuguesa – Joana do Salitre – assim conhecida porque vivia na Rua do Salitre, em Lisboa. É uma pintura pouco comum, na qual estão representados os três irmãos: o religioso – Paulo de Carvalho; o legislativo – Sebastião José e o jurídico – Francisco Xavier, que mantinha o patronato do Grão-Pará e Maranhão, no Brasil. Existe uma curiosidade nesta pintura, que é a forma como entrelaçam as mãos, formando o número 8, símbolo do infinito, porque acreditavam que estando os três juntos, nada nem ninguém os poderia deter. Representando o poder e a boa administração; projetos para todo o sempre. Este número simboliza, também, paciência, equilíbrio e intuição.

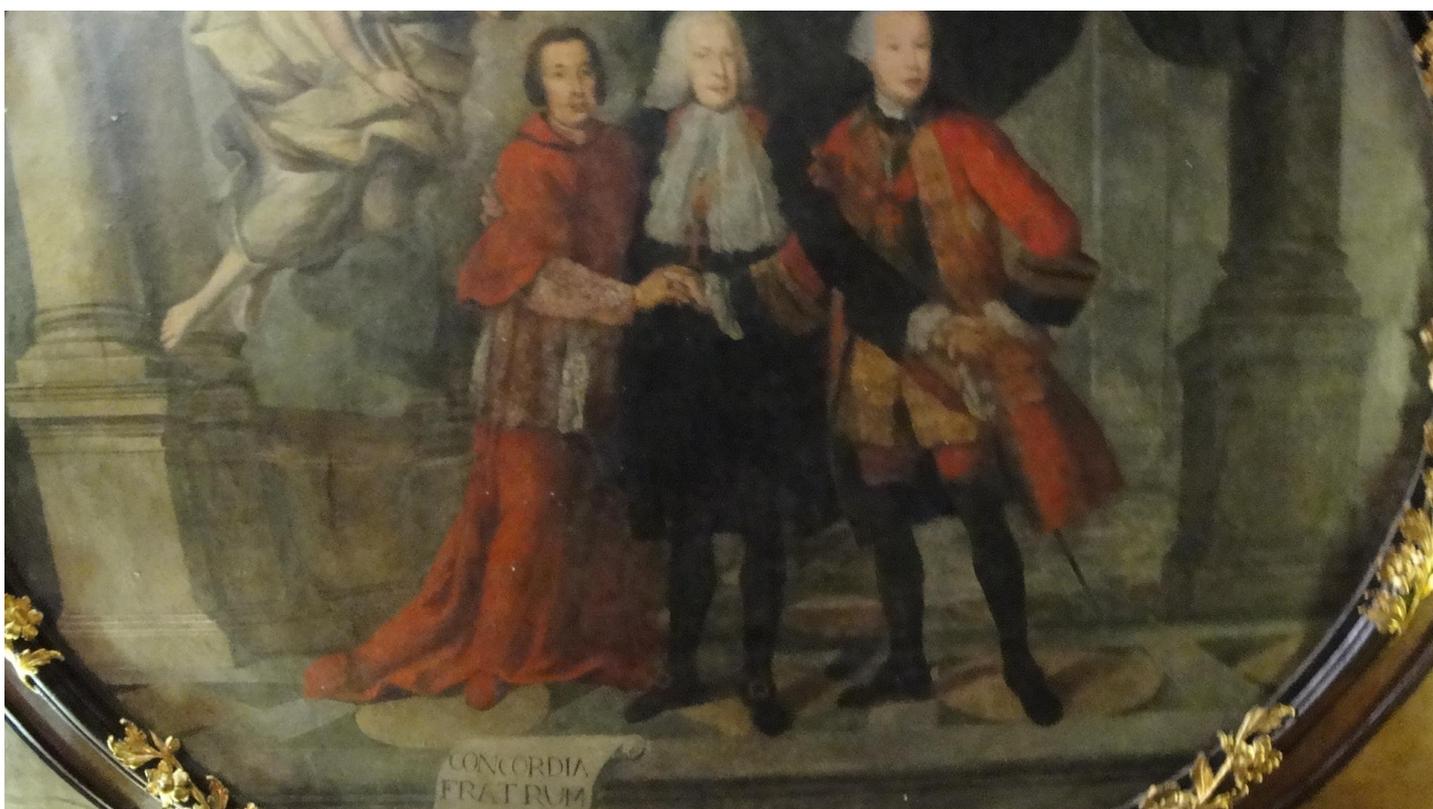


Fig. 11 - Pintura de Joana do Salitre, representando a união e o poder dos três irmãos

Esta curiosa simbologia, do número 8, também a podemos observar no brasão da família Carvalho e Melo: uma estrela com 8 bicos, o pombal que mantinham na quinta também era estruturado com 8 cantos.



Fig. 12 – Brasão da Família Carvalho e Melo



Fig. 13 – Porta da Cavalaria no interior do Palácio

Também podemos apreciar uma grande coroa, representativa do seu estatuto de Marquês.



Fig. 14 – Coroa representativa do Estatuto de Marquês

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA

O interesse agrícola do Marquês era notável! Tudo se plantava e cultivava na quinta de Oeiras, assim não tinha que mandar vir nada do estrangeiro. Para além do mais, tornou-se numa grande fonte de empregabilidade para a região, dando trabalho a muitos homens e mulheres que defendiam os poderes da agricultura portuguesa.

Criava também bichos-da-seda e tinha pessoas que, diariamente, iam desfiar os casulos para assegurarem a produção da seda. Tinha um enorme pombal virado para Lisboa, e ainda hoje o bairro que se situa em frente ao pombal ficou conhecido por esse mesmo nome.

Havia também uma produção de azeite, sendo que ainda hoje é visível o lagar para o efeito.



Fig. 15 – Fachada Lagar do Azeite

No jardim existem várias estátuas e bustos. Uma delas é representativa das quatro estações, que era muito comum na altura; a ria que permitia um belo passeio de barco pela quinta.



Fig. 16 - Estátua representativa das Quatro Estações do Ano

Na sala de jantar existiam os bustos representativos da fartura, em que águas canalizadas permitiam o acesso à sala de jantar; sala que tinha uma saída direta para o exterior, o que lhes possibilitava, em tardes e noites de verão, fazerem refeições mais tranquilas e informais.



Fig. 17

Fig. 17 e 18 - Buços representativos da fartura



Fig. 18

D. Maria I visitou muitas vezes o palácio pois, apesar de não gostar de Sebastião José, mostrava muito apreço pela restante família e pelo palácio em si que considerava de beleza rara e incomparável.

A CASCATA DOS POETAS OU GRUTA DOS NOBRES

Sebastião José era um homem muito culto para a sua época e quis mostrar a sua cultura mandando construir um monumento lindíssimo, fazendo um culto enorme aos poetas por ele honrados.

Esta cascata, feita inteiramente de rochas marítimas, está ornamentada com a figura de Neptuno – deus do mar ; originariamente era o deus das fontes e das correntes de água, dos terremotos, com quatro poetas que ele dignifica: Homero; Vergílio; Camões e Tasso (poeta italiano). Era uma cascata muito interessante, aparentando uma gruta.



Fig. 19 – Cascata dos Poetas
Esta obra foi realizada por Joaquim Machado de Castro

Pombal levou o rei a passar foral à vila de Oeiras, à maneira dos forais de D. Manuel, para que o povo olhasse para esta vila com a mesma dignidade histórica que as outras tinham.

Há poucas décadas que a Câmara Municipal de Oeiras compilou o *Memorial das posturas de Oeiras*, inclusive do tempo de Pombal. As leis que lá encontramos referidas a Pombal são muito curiosas e gostaria de fazer referência a três:

→ proibição de mulheres Bravas: quer isto dizer que toda a mulher que discutisse na rua teria que pagar 500 réis de multa;

→ proibição de jogar à bola nos dias de semana: só aos domingos, depois da missa, senão pagavam 500 réis de multa;

→ proibição da fala: a comunicação entre homem e mulher na rua, em público, era punida com 500 réis de multa.

Leis desenvolvidas pelo Marquês de Pombal, segundo o seu estatuto e a personalidade que sempre demonstrou.

Ainda a título de curiosidade, pode-se referir que, apesar da mudança que pretendia o Marquês para o reino, não se refletia na fysicalidade da pessoa de Sebastião José. Por outras palavras, mais importante do que uma mudança de visual era a mudança peremptória do país. Agustina Bessa-Luís conta-nos que o aspeto do Marquês não era o mais apreciado na época em que se encontrava, até porque usava a sua cabeleira ao estilo de 1725. Estando, portanto, fora de moda.

Era alvo de chacota por parte dos adultos e visto como um “papão” para as crianças. A explicação para isto é a seguinte: segundo consta, existia entre a Rua do Arco e o Vale de Alcântara um aqueduto que denominaram de “Aqueduto do Carvalhão” no qual, as pessoas que aí viviam, deviam pagar a Sebastião José por habitarem terras que lhe pertenciam. “Carvalhão” era, portanto, um cognome negativo, com o qual se metia medo às crianças.

**VIDA E OBRA DE
GAPAR MELCHOR DE
JOVELLANOS**

FORMAÇÃO CULTURAL

Para se conhecer melhor este autor castelhano, recorreu-se a vários documentos, mas em particular à obra de José Miguel Caso González, mas quem nos irá contar muito da vida de Jovellanos será o seu contemporâneo e fiel amigo, Juan Agustín Ceán Bermudez.

Baltasar Gaspar Melchor Maria de Jovellanos nasceu a 5 de Janeiro de 1744 em Gijón, nas Astúrias, onde foi batizado no dia seguinte, a 6 de janeiro, dia de Reis e por isso lhe deram o nome dos três reis magos; faleceu em 28 de Novembro de 1811 em Puerto de Vega. Era filho de Frederico Gregório de Jovellanos Carreño e de Francisca Apolinária Jove Ramírez. Foram pais de 12 crianças, apesar de nem todos terem sobrevivido. Ora vejamos: o primeiro foi um rapaz, Francisco de Paula (1731) e depois Petronila (1732), que morreram ainda crianças; seguiu-se-lhe Benedita (1733), pouco agraciada pela natureza, mas que conseguiu casar, em 1757, com Baltasar de Caso e Cienfuegos, *Conde de Peñalba*. Era pouco formosa, mas dotada de uma espiritualidade e inteligência incomum. O seu filho, Baltasar de Caso Jovellanos, vai ter um papel importante na vida do nosso Jovellanos, chegando inclusive a ser o seu herdeiro. Nasceram depois Juana Jacinta (1734); Catalina de Sena (1738); Juan Bautista (1739) que também faleceu jovem; Miguel (1740); Alonso (1741); Francisco de Paula (1743), o mais comentado na vida de Jovellanos; em décimo nasce o nosso protagonista (1744); e ainda Maria Josefa (1745) e Gregório (1746).

Como podemos observar, tratava-se de uma família numerosa, muito unida e acarinhada pelos seus membros. A educação era um tema fundamental para o patriarca. Nem que fosse para terem apenas o conhecimento das letras, Dom Francisco pretendia que os filhos estudassem e se formassem. Era regra geral que o filho mais novo tomasse conta da casa e da família, pois tinham poucas posses e nem todos poderiam usufruir dos bens familiares. Sendo assim, os outros irmãos teriam que ingressar na Igreja ou no serviço militar para poderem assegurar a sua sobrevivência. Foi o que aconteceu com Francisco de Paula, que seguiu a carreira militar em Cádiz e

Jovellanos foi destinado à vida eclesiástica, onde permaneceu desde os 7 até aos 11 anos, dedicando-se à aprendizagem da gramática e do latim.

Foi criado no seio de uma família nobre de Gijón, onde termina os estudos e parte, em 1757, para Oviedo com a intenção de estudar Filosofia. Depois, em 1760, segue para Ávila para fazer os estudos eclesiásticos; em 1761 é graduado em Direito Canónico, na Universidade de Osma (Soria), sendo que obteve a licenciatura pela Universidade de Ávila em 1767. No ano seguinte foi-lhe concedida uma bolsa de estudo – pelo Colégio Mayor San Ildelfonso, na Universidade de Alcalá – para seguir os estudos eclesiásticos e é aí que conhece Cadalso e Campomanes, ministros do reinado de D. Carlos III. Depois de se licenciar, vem ocupar o lugar de magistrado da *Real Audiencia de Sevilla*. Desempenhou a função de presidente *del crimen y oidor* em 1774. No ano seguinte, em 1775, torna-se num dos promotores da *Sociedad patriótica de Sevilla* (estando a trabalhar como secretário das Artes e Ofícios). Como escritor, foi poeta, dramaturgo, crítico de arte e literatura, analista de problemas jurídicos, políticos, económicos, históricos; pedagogo e teórico da educação; promotor de temas asturianos e grande conhecedor da História, da Jurisprudência e da Cultura espanholas.

Em termos de carreira diplomática, Jovellanos ascendeu pelos seguintes passos: foi presidente da...

Cuadra de la Real Audiencia de Sevilla (1768), Oidor de la Real Audiência de Sevilha (1774), Alcalde de Casa y Corte (1778), Consejero de las Ordenes Militares (1780), miembro de la Real Junta de Comercio, Moneda e Minas (1783), encargado de la Comisión de Minas en Astúrias (1790), subdelegado de Caminos de Astúrias (1792), promotor del Real Instituto Asturiano (1793); Consejero del Consejo de Castilla (1794); comisionado comisario del Gobierno (1797), Embajador de España en Rússia (1797); Ministro de Gracia y Justicia (1797-98) e, finalmente, representante por Astúrias en la Junta Central (1808-1810). (Caso Gonzalez, 1998, pp.38-42)

REFORMAS REALIZADAS – TEXTOS ESCRITOS (produção legislativa)

Iniciemos, de uma forma mais detalhada, este seu percurso de vida, pois é nele que percebemos as acusações e o destino que lhe deram. Retrocedamos, portanto, até à sua terra natal.

De Gijón, foi enviado para a universidade de São Francisco de Oviedo para estudar filosofia, entre 1757 e 1759. Sempre foi um aluno de qualidade, com grande talento e capacidade de perceber o que para outros estaria obscuro; foi-lhe concedido um papel importante pelo bispo Maurique de Lara e deram-lhe, para continuar os estudos, um ordenado eclesiástico, que não era muito, mas que servia muito bem para uma criança de 13 anos. Daí, seguiu para Ávila onde estudou direito canónico, graduando-se no dia 9 de Junho de 1761.

Em Oviedo foi, ainda, eleito colegial *nemine discrepante*, entrando, assim, num grupo social importantíssimo. Jovellanos sempre se mostrou interessado para trabalhar qualquer tipo de assunto. Começou no colégio Maior de São Ildfonso a desenvolver as suas virtudes e sabedoria, mostrando, também, uma grandiosa apetência para a poesia, para o teatro e com uma ampla cultura e espírito abertos aos novos desafios do movimento da *Ilustración*. A *Ilustración* é um movimento que surge no século XVIII e era explicado pelos seus mentores como sendo uma capacidade de resolver assuntos de forma intelectual e natural. “O Dicionario de la Lengua Española, de La Real Academia Española” (1992, tomo II, p. 1142) define esta corrente como o “Movimiento filosófico y literario del siglo XVIII europeo y americano, caracterizado por la extrema confianza en la capacidad de la razón natural para resolver todos los problemas de la vida humana”.

A carreira eclesiástica era uma finalidade que Jovellanos queria seguir, talvez pelo hábito e experiência que tinha, para além dos conhecimentos e ideias que ia demonstrando ao longo dos seus estudos e alargando horizontes no âmbito do movimento da *Ilustración*. Quem o tentou demover desta ideia de continuar a carreira eclesiástica foram uns primos seus, os marqueses de Casatremañes e Juan Arias de Saavedra, seu grande amigo, que quase o obrigou a interromper a sua viagem até à Galiza para corresponder ao cargo de presidente do crime – *Alcalde del Crimen de la Real Audiência de Sevilla*.

Jovellanos, no final do ano de 1767, decide, então, trocar uma carreira pela outra e segue para Sevilha. Ingressa no mundo da magistratura que, por ser novidade e ter noção de que sozinho, num primeiro momento, não daria conta do recado, rodeou-se de amigos, como o marquês de São Bartolomeu e de um companheiro de estudos, Martim de Ulloa. Foi um período da sua vida muito agradável, promissor, pois afeiçãoou-se de tal forma ao seu novo cargo que todos o tinham em linha de conta. Era claro e conciso nos seus discursos e na emissão do que pretendia transmitir. Caso González refere uma passagem interessante em que González de Posada o elogia:

(...) el conde Floridablanca confesaba que oyendo hablar al Sr. Jovellanos era preciso cerrar los oídos o condescender com lo que queria; tal era en él la combinación feliz de prendas naturales y adquiridas, que en su tiempo no se conoció en España hombre más querido ni más celebrado (Caso González, 1998, p. 30)

Tem, também, o privilégio de privar com Pablo de Olavide em Sevilla, personagem muito influente pelos conhecimentos que detém do movimento da *Ilustración*, desenvolvido em toda a Europa. Possuía uma enorme biblioteca com obras que promoviam a corrente que os regia. Era lá que recebia os maiores literatos da região e foi lá que se incluiu Gaspar de Jovellanos, participando nas tertúlias. Manuel Fernandez Álvarez, na sua obra *Jovellanos, el patriota*, conta--nos as vantagens que estas sessões trouxeram à vida intelectual de Don Gaspar:

pese a su juventud, Jovellanos pronto toma parte activa en aquella dinámica tertulia. Precisamente sus años de Sevilla están marcados por su producción literaria, incluida la poesía (...) (Manuel Fernández Álvarez, 2008, p. 84).

É em 1767 que a vida de Jovellanos dá uma grande volta e todos os sonhos que tinha e todos os projetos se deterioraram pela mão inimiga. Pelo que até agora pudemos observar, Jovellanos era um jovem que estudou e tentou colocar em prática toda a sua filosofia. Não pretendia modificar as coisas, mas sim melhorá-las.

Mas, ao que parece, as influências de certos amigos que viajavam pela Europa, tal como José Cadalso e alguns contactos em Madrid com Campomanes e com Aranda lhe abriram o espírito à inovação, de tal maneira que achou que algo no seu país deveria mudar. Mudança que poucos perceberam, não atingindo as suas verdadeiras intenções. Daí surge, com maior ênfase, o movimento da *Ilustración*, cujo objetivo principal seria o de mudar as mentalidades conseguindo, assim, homens novos (no sentido de terem ideias inovadoras) para se encontrar um mundo melhor. É nestas ideias que Jovellanos se vai basear nos seus primeiros anos em Sevilha.

Caso González explica ao leitor que é importante distinguir esta nova filosofia de Jovellanos, do movimento reformista da época e acrescenta que

Cuando reformistas como Floridablanca o Campomanes hablan de educación, se están refiriendo a la preparación de los individuos para rendir lo más posible em beneficio de Estado; sin embargo, cuando un ilustrado habla de educar a todos los ciudadanos, está pensando fundamentalmente en la libertad del individuo, es decir, en su capacidad de opción entre las diversas posibilidades que se le presentan. La famosa fórmula todo para el pueblo, pêro sin el pueblo no es típica de la Ilustración, sino del absolutismo reformista, que se imponem en los gobiernos del centro de Europa (...). (Caso González, 1998, p. 31-32)

Ou seja, Jovellanos pretende que haja uma mudança para todos e que seja de todos.

Começaram desde logo estas mudanças no tribunal de Sevilha, pois decidiu que nas suas audiências não faria uso da habitual peruca que qualquer juiz ou advogado utilizaria. Para o *Conselho de Castilla*, esta atitude não passou de um ato de rebeldia contra os usos patentes nos Ministérios. Foi criticado, inclusivamente, pelos companheiros que não perceberam o porquê de tanta aversão ao institucionalizado desde havia séculos.

Ficou conhecido como o advogado sem peruca, ou como refere Caso González, “ (...) el alcalde sin peluca era un provocador, pero su provocación terminó com el destierro de tales signos externos de autoridad.” (Caso González, 1998, p.33).

Ora, logo desde o princípio nos apercebemos que as coisas fúteis foram as que primeiramente chamaram a atenção daqueles que viriam a tornar-se seus inimigos. Quando existe uma intrínseca forma de trabalhar é muito complicado modificar as coisas, mas ele tinha que tentar.

As provocações de Dom Gaspar – como é muitas vezes tratado pelos historiadores espanhóis – não ficariam por aqui. A *Ilustración* que defendia não permitia a habitual tortura feita aos acusados, por um lado porque ao serem torturados acabavam por confessar um crime que não cometeram ou então incriminariam outros que nada teriam feito, só para se verem livres da tortura. Além disso, foi considerado pela *Ilustración* um ataque à dignidade humana. Apesar de todas as tentativas, não conseguiu suprimir esta técnica.

Outra renovação que tentou implementar refere-se às taxas que os juízes impingiam aos réus em proveito próprio. Jovellanos tentou acabar com esta prática, mas mais uma vez se via rodeado de colegas que lhe pediam para não exercer gratuitamente, pois alargaria o seu trabalho prejudicando os outros com estas suas atitudes. Dom Gaspar pensou no assunto e, apesar de ter sido obrigado a voltar ao sistema vigente, as taxas que recebia eram muito simbólicas.

Continua com o seu excelente trabalho e dedica-se também à escrita, cultivando vários géneros literários, como a poesia e o teatro. Jovellanos era um homem atraente, do seu tempo, apapricado pelas mulheres que tanto o fizeram sofrer de amores, de tal forma que decidiu escrever toda a sua paixão e desamor em poemas bastante requisitados, escritos num estilo sensual, e nos quais demonstra, pela primeira vez na poesia espanhola, o contraste entre a dor e a solidão provocada pela ausência da amada. A sua obra poética mais completa é escrita entre 1769 e 1770 e denominou-a de *Elegia a la ausência de Marina*.

Como autor dramático, podemos evidenciar duas obras de extrema importância: a tragédia *La muerte de Munuza* (ou *Playo*) e *El delincuente honrado*. A primeira foi composta em Sevilha no ano de 1769, se bem que a corrigiu entre 1771 e 1772, sendo que foi objeto de reelaboração e deu lugar a uma nova versão entre 1782 e 1790.

A segunda foi escrita em 1773 e teve um grande êxito teatral, tanto no país como fora dele, durante uns 60 anos. Obviamente que hoje estas obras não representariam nada de especialmente importante no contexto social em que vivemos. Trata-se, portanto, hoje em dia, de uma obra com pouco interesse, mas que está incluída nas normas e na época em que foi escrita. Surge no âmbito das ideias inovadoras que o movimento da *Ilustración* trouxe ao país influenciando, também, nas inovações do teatro espanhol. Jovellanos pegou, sobretudo, no tema das injustiças jurídicas do século XVIII, que condenavam qualquer indivíduo sob penas de tortura física, prendendo-os fossem culpados ou inocentes, não se importando com a declaração da verdade, e escreveu *El delincuente honrado* numa forma de criticar a justiça espanhola. Caso González apresenta-nos as leis consideradas numa visão jovellanista, as que colocou em cena para mostrar às pessoas a sua forma de pensar em termos de vida real:

Jovellanos considera que la legislación debe aplicarse a modificar las ideas vulgares y erróneas, pero que, sin embargo, a la hora de dictar leyes, no pueden tenerse en cuenta más que las vigentes, sean buenas o malas. Por eso la legislación sobre duelos es injusta, porque hoy pensamos, poco más o menos, como los godos, y, sin embargo, castigamos los duelos con penas capitales. (Caso González, 1998, p.45)

Em 1774 foi nomeado pelo rei D. Carlos III *Oidor de la Real Audiência* com o objetivo de estabelecer nova gestão económica no ocidente andaluz. Critica a má prática da economia e ainda propõe uma nova reforma na agricultura, pois os pequenos agricultores eram contentados com fracas quantias de dinheiro, não se investindo no desenvolvimento da mesma. Juntaram-se várias personalidades, respeitosas das ideias de Jovellanos e, em carta aberta, decidiram criar a *Sociedad Económica de Amigos de Sevilla*, com o intuito de preservar os direitos dos trabalhadores e a inovação na hora de atuar.

Jovellanos pretendia estabelecer as melhores condições possíveis para tornar Sevilha numa capital a nível europeu. O *Consejo de Castilla*, em 16 de Dezembro de 1777 dá a autorização para esta sociedade e nomeia Jovellanos como Secretário da Comissão Industrial do Comércio e da Navegação.

Escreve *El Informe en Expediente de Ley Agrária* e decide enviar o documento ao *Consejo de Castilla*, que acabou por publicá-lo no ano de 1784. Nesse testemunho, Jovellanos mostra-se partidário em eliminar todo e qualquer obstáculo político, moral ou físico, em prol da liberdade, incluindo os baldios, a fiscalização, a falta de conhecimentos úteis dos proprietários, assim como dos trabalhadores e as desastrosas condições em que se encontravam. Estas medidas criariam as condições para a constituição de um mercado de terras, um aumento da produção e da criação de um mercado nacional unificado que possibilitaria o aumento da população e do seu nível de vida, servindo isto de base para o princípio da industrialização. Já em 1778, um dos temas que lhe tocou foi o dos internatos que recebiam pobres, mulheres e crianças abandonados ao sabor do vento e que ele tratou de maneira a estabilizar a situação.

A modernização pretendida e levada a cabo por Jovellanos também interferia na educação dos jovens, que deviam estudar as ciências necessárias para o bom funcionamento e continuação da prosperidade. Mas nessa altura era ainda muito cedo para se preocupar com esses assuntos. Cargos mais importantes o esperavam em Madrid, chegando numa altura em que a *Ilustración* tinha encontrado o seu apogeu.

Foi em 1778 que a Câmara do *Consejo de Castilla*, na pessoa de Campomanes, referiu a necessidade de nomear alguém para o cargo de presidente de *Casa y Corte*. Jovellanos figurava primeiro da lista. Era um homem muito inteligente, perspicaz, que tratava qualquer assunto com a veracidade necessária. Por tal, era requisitado por todos os senhores da corte e nomearam-no presidente da Câmara de *Casa y Corte* no dia 27 de Agosto de 1778, em parte graças à influência do seu amigo, o Duque de Alba. Começou a preparar a sua partida para Madrid.

Não foi muito fácil deixar todos os seus amigos e conhecidos que o viram crescer na carreira e como pessoa, que o apoiaram nas suas decisões e o contrariaram noutras.

Decide, então, escrever a *Epístola heróica de Jovino* (utilizava este cognome para esconder a sua identidade enquanto escritor) *a sus amigos de Sevilla*. Nela reflete todos os bons momentos que passou em Sevilha e a saudade imensa que aquela região lhe provocara, como nos conta Manuel Fernandez Álvares (2008, p.88), retirando da sua epístola uma passagem da saudosa Sevilha:

Voyme de ti alejando por instantes/ oh! Gran Sevilla! El corazón cubierto/ de triste luto y del continuo llanto/ profundamente aradas mis mejillas; Voyme de ti alejando y de tu hermosa/ orilla, oh! Sacro Betis! Que otras veces,/ en días! Ay! Más claros y serenos/ era el centro feliz de mis venturas;

Apesar de, como referirei mais tarde, o seu regresso não tenha sido nas melhores condições, nem num período favorável da sua vida.

Chega a Madrid no dia 13 de Outubro e toma o seu lugar de presidente no dia 20 do mesmo mês. Entra na tertúlia de Campomanes, no *Consejo de Castilla*, sendo que este lhe encomenda diferentes trabalhos que o enaltecem, reconhecendo em Jovellanos um homem de ampla formação. Não foi uma tarefa muito simples no início porque o cargo que lhe tinham dado não era propriamente do seu agrado. Tratava de pequenos furtos, roubos menores, e não atribuía muita lógica ao alarido que lhes dispensavam. Ele pretendia algo maior, trabalhos mais compensadores e que pudesse resolver com maior empenho. Como não lhe avançavam nada, decide escrever ao rei e falar-lhe da degradação das prisões; tema que já o havia influenciado nos seus tempos de Sevilha. Explica no documento que a degradação é de tal ordem que encontra instalações decadentes, funestas e miseráveis, que até o bom homem que as frequenta se torna injusto sem o ser.

Apresentou um plano de reformas que consistia, sobretudo, em reeducar os presidiários, dando-lhes a oportunidade de firmarem as suas ideias, de as colocarem em prática, tornando-os pessoas futuramente úteis para a sociedade. A tentativa é de louvar, mas as ajudas para tais reformas nunca chegaram e a obra nunca se realizou.

Plenamente integrado na vida cultural de Madrid, advém membro da *Real Academia de la Historia* (1779), de la *Real Academia de San Fernando* (1780) y de la *Real Academia Española* (1782) (Francisco Rico e Caso González, 1983, pp.380). Também nessa altura foi chamado para que se tornasse diretor da Real Academia de Belas Artes, pelo gosto que demonstrava pelas Letras e pela Arte, tomando lugar também na *Real Academia de la Lengua* (1781), assim como depois também se inscreveu na Academia de Cânones, Liturgia, História e Disciplina Eclesiástica. Muito interesse demonstrou ele por todas estas artes, mas a verdade é que nem sempre tinha tempo para assistir às reuniões. Em 22 de Abril de 1780 Jovellanos é nomeado pelo rei Conselheiro de Ordens Militares, pelo trabalho que tem desenvolvido e pelas suas ideias e obrigações sempre eloquentes e acertadas. Foi membro da junta do comércio da *Sociedad Económica Matritense*, tornando-se, em 1784, o seu diretor, onde redige diversos estudos sobre a economia de Espanha, entre os quais dá maior primazia ao *Informe en Expediente de Ley Agrária*, anteriormente referida, na qual alega a liberalização do solo, recolhendo o pensamento liberal, norma sobre a qual o *Consejo de Castilla* tinha voltado as suas esperanças com pretensão de reformar e modernizar a agricultura peninsular. Ainda em 1782 foi nomeado para dirigir a eleição do novo prior de São Marcos. Jovellanos faz essa viagem com o seu irmão Francisco de Paula, “su amado Pachín”, como é referido por Manuel F. Álvarez (2008, pp.46) que, entretanto, se juntou a ele em Madrid. Já era um hábito seu escrever num *Diário* todas as suas viagens que empreendia e desta vez não foi diferente! Escreveu a partir de 1782 *Cartas del Viaje de Astúrias* de grande importância artística, descritiva e antropológica, acrescentando algumas inovações a ponderar na área do cultivo e da criação de animais.

Na primeira carta fala-nos sobre a viagem que fez entre Madrid e Leão e refere que enquanto esteve em São Marcos de Leão pensou em como poderia ajudar as pessoas daquela terra a inovar e a desenvolver a sua economia. Restaurou a biblioteca da cidade, arranjou novo mobiliário e copiou documentos importantes que ainda hoje se conservam. Ainda na carta, Dom Gaspar faz alusão à necessidade de haver uma estrada que ligue Leão a *Gijón* e outra das Astúrias a Castela, o que facilitaria bastante a comunicação entre as povoações e os meios comerciais. Esta renovação fazia parte do projeto geral das estradas de *Castilha* e foi aceite pelo *Consejo de Castilha* e mandado executar pelo primeiro fiscal, Campomanes, em 1782. Também em *Castilha*, num ambiente de renovação, surge a necessidade de uma Sociedade Económica dos Amigos do País, onde os ilustrados pretendiam retomar instituições constituídas por nobres e eclesiásticos, a fim de se promover o progresso económico de Espanha. Como o fariam? Jovellanos e os seus ilustrados só pensavam na necessidade de reformas para melhorar o país e um dos objetivos era organizar, nessas instituições, centros de estudo para a nobreza e para o povo, assim como pretendiam desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio. O senão surge porque estas sociedades económicas, vigentes ao longo do país, apenas contam com as suas ideias de renovação e com as suas vontades, porque os apoios não são disponibilizados para estas realizações e os seguidores de ideias de séculos passados não demonstram interesse na realização da modernização no seu país. Tudo isto se pode encontrar no seu *Diário* que escreve ao longo das suas viagens, onde foi redigindo tudo o que havia de bom nas cidades que visitava, mas também refere uma grande necessidade de melhorar aspetos importantes para o desenvolvimento das mesmas.

Regressa, entretanto, a Madrid e, a pedido de Campomanes, escreve o *Discurso sobre la necesidad de unir al estudio de la legislación el de nuestra historia y antigüedades*, onde tentou demonstrar que era necessário fazer-se uma abordagem à história civil que explique a origem, os progressos e as alterações da constituição do país, assim como a legislação, os costumes, as glórias, mas também as suas misérias.

Contribuiu, ainda, com a *Memoria para el arreglo de la política de los espectáculos y de las diversiones públicas y sobre su origen en España e Sobre la necesidad del estudio de la lengua para comprender el espíritu de la legislación*, porque considera que para um jurídicó é importante não só conhecer profundamente bem a língua materna, mas também a forma como funcionava em séculos passados, de onde se retira toda a legislação em vigor. O seu grande objetivo nesta Academia era o de acabar com o despotismo iluminado patente, propondo, assim, reformar um problema fundamental da política nacional. Isto vai causar-lhe dissabores que mais à frente serão revelados.

Outras das ocupações de Jovellanos foram as sátiras. Conhecem-se algumas. Numa delas denuncia o adultério da mulher nobre, da alta sociedade,

que baja al Prado provocando com su deshonesto manera de vestir a los hombres; la que pasa las noches fuera de casa, mientras el marido cornudo ronca a pierna suelta. (Caso González, 1998, p.93)

Na outra foi mais além, pois decidiu criticar os abusos da justiça e o facto de se deixar subornar. A luxúria também era uma constante no reino que, para vestir bem, gastava os erários públicos deixando o país na miséria, querendo realçar o facto de que se tratava de um bando de nobres que apenas se sabia divertir com supérfluos vícios e que não se ocupava da boa organização que era necessária no país. Escreve ainda outra *Sátira contra la mala educación de la nobleza*, acusando-a de se armarem em grandes senhores da sabedoria, mas que, na realidade, são apenas portadores de um estatuto social elevado. Com esta sátira pretende acabar com as diferenças entre classes sociais e reaver o mesmo direito para todos. Foi uma das sátiras que Jovellanos não assinou como sua, mas que rapidamente a descobriram como tal e representou, certamente, bastante para lhe atirarem com as hostilidades dos anos seguintes, pois foi criando inimizades por todas as terras em que passou (Salamanca, Madrid, Oviedo, Gijón) e que influíram nos seus projetos de inovação, nos seus planos, nas suas petições e pretensões.

Ainda com importância relevante se refere que, para comemorar o aniversário da inauguração da Sociedade Económica de Madrid, celebrado a 8 de Novembro de 1788, Jovellanos apresentou o seu *Elogio de Carlos III*. O rei morreria poucos dias depois, a 14 do mesmo mês. Não se tratou de um elogio fúnebre e, na verdade, nem seria um elogio ao rei, mas sim uma exaltação da política ilustrada e da reforma económica, que se foi desenvolvendo neste reinado. Nele dá a conhecer o estado lastimoso em que o país se encontrava quando este rei subiu ao trono e as inovações conseguidas pela mudança, pois era hábito referir que onde acabava a ciência começava a literatura, ou seja, ambas faziam parte fundamental e integrante dos seus planos de reforma no país. Só assim conseguiria obter o resultado que pretendia. Seria, também, este texto, uma forma de apelar ao sucessor Carlos IV, para que mantivesse esta ordem de trabalhos tão bem conseguida no reinado de Carlos III. A intenção não foi, de todo, disparatada, mas as políticas mudaram para mal dos pecados de Gaspar de Jovellanos e para os ilustrados.

Sobe ao trono Carlos IV, cuja rainha era Maria Luísa de Parma e o seu preferido, o conhecido *Príncipe de la Paz*, Manuel Godoy, que denota grande repugnância pelos ilustrados e ainda mais por Jovellanos. Também podemos referir que Don Gaspar não morria de amores pela rainha, tal como nos indica Manuel F. Álvarez (2008, p. 198), citando Jovellanos:

(...) y eso ocurría cuando en el trono ya no se hallaba el admirado Carlos III con su notorio prestigio entre los ilustrados, sino su hijo, el torpón Carlos IV, alguien que ni siquiera era español, y que, para mayor desgracia, unía a su estupidez la penosa situación de estar casado con la pamesana. Sin duda, la pobreza moral y intelectual de la corte que le llamaba era lo que encogía a Jovellanos.

Jovellanos foi desterrado um ano e meio depois, e o *Elogio a Carlos III*, certamente, influenciou nesta decisão.

Félix Herrero Salgado põe em destaque as diferentes etapas do percurso de vida de Jovellanos até à morte do rei Carlos III:

(...) Primero: Jovellanos ha ampliado enormemente su campo de acción: a los temas económicos, políticos, jurídicos, literarios, educativos, se añaden ahora los de investigación, el arte, la arquitectura, //

la ingeniería, la minería. Segundo: su capacidad de trabajo y su curiosidad son ilimitadas. Tercero: el final de la cita nos lleva a conjeturar que// algo há cambiado en la Corte. Así es. Em 1788 muere Carlos III; su muerte quiebra el grupo de los ilustrados y hace salir a flote a los soterrados reaccionarios. (Félix H. Salgado, 1976, p.14)

Como conselheiro das Ordens Militares, Jovellanos participou em muitos dos assuntos que corrompiam o funcionamento dos estudos eclesiásticos. Ficou responsável por reformar os colégios de Salamanca, mais precisamente os de Calatrava, Alcântara e Santiago. Seguiam desde o reinado de Felipe V uma filosofia muito desatualizada, com o método e disciplina da época, pobre nos seus conteúdos e ensinamentos. Apresentou-se ao rei Carlos IV um plano de melhoramento dos colégios, ao qual denominaram de novo *Plano de Estúdios*, que não foi aceite pelos antigos eclesiásticos, acusando-o de “innovaciones peligrosas, hijas del espíritu de sedición y novedad” (Caso González, 1998, pp.112), palavras que atribuíram a Jovellanos. Ora bem, este plano não foi aceite porque os antigos colegiais que ali permaneciam não aceitavam ficar sem as suas regalias mensais, muito menos abdicar de parte delas para a renovação necessária do colégio, sobretudo ao nível da educação, onde se pretendia que os alunos estudassem Filosofia, Teologia e Direito Canónico – disciplinas deste novo plano. Foi posto em prática com autorização do rei. Foi a sua obra-mestra.

Todas estas novas ideias de Jovellanos eram, claramente, mal aceites pela corte e por todos os grandes senhores que desempenhavam altas funções na mesma. Algo teria que ser feito e o melhor que conseguiram foi, para já, afastá-lo da corte de Madrid. Expliquemos, então, o sucedido.

Em 1790, estando Dom Gaspar em Salamanca a tratar deste seu novo projeto, recebe a notícia – pelo marquês de Casajara – que o seu grande amigo Francisco de Cabarrús, diretor do Banco de São Carlos, do qual Jovellanos também fazia parte, tinha sido preso, acusado de desviar fundos económicos. Não hesita em largar tudo e ir em seu auxílio.

Por conseguinte, é obrigado a viajar pelas Astúrias, Cantábria e País Basco, com o pretexto de ter a missão de inspecionar as minas de carvão,

assim como as perspetivas do seu consumo, mas tudo não passava de um esquema para o afastarem.

Com alguma tristeza, e apesar de não passar de um pretexto para não ir ao encontro do seu amigo Cabarrús, Jovellanos para lá se dirige e cumpre à risca aquilo que lhe foi pedido: analisar as minas e procurar soluções.

Após a fiscalização, o carvão mostrara-se favorável ao aumento da produção, mas para que isto acontecesse era fundamental a liberalização da exploração mineral. Logo depois das investigações feitas, apresentou novos dados com os resultados adquiridos, conseguindo que se liberalizasse parcialmente a exploração do carvão em 1793. A este respeito, e tal como nos refere Caso González, Jovellanos apela à estimulação dos donos das embarcações a exportarem as mercadorias para outras zonas do país e inclusive para o estrangeiro

(...) y que se establezca en Asturias una escuela teórica y práctica para enseñar la minerología, las matemáticas, la física, la química y la navegación. (Caso González, 1998, p.127)

Nem todos interpretaram as suas atitudes como sendo as de um homem que luta pelo seu país, sem querer adquirir maior reconhecimento do que o realmente merecido.

Começam aqui as calúnias e os mal-entendidos para com Jovellanos na corte. Um dos possíveis motivos que levou os inimigos a despontar tamanho ódio foi o facto de durante vários anos, no reinado de Carlos III, Jovellanos atuar como personagem importante em Madrid, defendendo ideias e projetos que não eram nem de perto, nem de longe os defendidos pelo grupo do despotismo ilustrado. Em 1789 dá-se início à Revolução Francesa que veio provocar reações importantes no governo espanhol, não só pela importação de novas ideias revolucionárias, mas também pela possibilidade de o grupo dos ilustrados poder exercer influências decisivas numa série de mudanças políticas do país, mas os reis não pretendiam nada com as ideias vindas de França. Manuel F. Álvarez diz a dada altura, o seguinte:

(...) De forma que la persecución contra Cabarús (que además de ilustrado unía su sospechosa condición de francés) no era por motivos económicos. Era el primero en una lista de proscritos. Quien lo apoyara sería un temerario. (Manuel Fernández Álvarez, 2008, pp. 124-125)

Eis, então, o possível motivo: Jovellanos representava uma ameaça para o Estado, visto que o reinado anterior o tinha em linha de conta, desconfiando por isso que as suas ideias e o movimento que defendia iam ao encontro das ideias dos franceses.

Claro está que outros não seguidores do movimento ilustrado, demonstraram desagrado, intimidação e exilaram-no nas Astúrias, por intermédio da prisão do seu amigo Cabarrús, para que não ganhasse força com os revolucionários franceses. Este desterro durou até ao ano de 1797.

Iniciam-se, então, para Jovellanos, os anos que todos os biógrafos consideram como os mais felizes da sua vida só pelo motivo de se dedicar a viajar pelas Astúrias e pelo norte da Península. Entre 1790 e 1791 viajou várias vezes até Salamanca para se encarregar da reforma dos *Colégios de las Ordenes Militares* e como subdelegado das estradas de Astúrias (1792) tenta acelerar a conclusão das obras da estrada de Castela, a fim de quebrar as barreiras de isolamento em que Gijón se encontrava em relação às outras povoações. Todavia, a falta de fundo económico impossibilitou o que ambicionava, mas teve a iniciativa de pôr em funcionamento a sua obra mais querida – *El Real Instituto Asturiano de Náutica y Mineralogía* – inaugurado em Gijón no ano de 1794 e onde tentou aplicar as ideias da reforma do Ensino, dando prioridade ao ensino prático.

Esta escola, ao fim de alguns anos, daria a Gijón e a outras regiões do país um número suficiente de pessoas capazes de servir na Marinha real e mercantil e de aperfeiçoar o cultivo das minas e de outros importantes assuntos como o é a indústria e o comércio, em benefício da nação. Mas estas escolas trariam grandes encargos monetários, os quais o país não dispunha. Assim sendo, apesar de ser um projeto bastante ambicioso e importante, demorou a ser exequível, embora as tentativas de contribuir para esta ação tenham sido constantes. Note-se o facto de o irmão de Jovellanos, Francisco de Paula, ter disponibilizado uma casa própria e encarregar-se de lecionar algumas das

disciplinas pretendidas pelos reformadores. Mesmo assim, os opositores preferiam que o Instituto tivesse a sua sede em Oviedo por diferentes motivos que Caso González refere e que passo a citar:

(...) los alumnos serán fundamentalmente hijos de los marineros, y Gijón tiene menos que los demás puertos de la costa, esto sería un privilegio discriminatorio. Además, hay otra dificultad, la de que los marineros son pobres, y por lo mismo no pueden sostener a sus hijos en aquella carrera y les sería sin duda más fácil ejecutarlo en esta ciudad, en donde podrían servir a algunos de los muchos particulares que en ella viven y al mismo tiempo, si tuviesen capacidad se aplicarían a alguna de las otras ciencias, con las ventajas que se dejan advertir y nunca podrían esperar en Gijón. Además, Gijón es mucho más caro para la manutención que Oviedo. (Caso González, 1998, p.151).

Para além dos factos apresentados, temos que referir a não aceitação dos eclesiásticos tradicionalistas a estes novos estudos que consideravam como heresias do século. Outro grande inimigo foi a Inquisição, que o perseguiu a fim de encontrar livros *non gratus* no novo ensino que pretendia instituir.

No final do ano de 1795, publicado já o *Informe en el Expediente de Ley Agraria*, a Inquisição tenta proibir a obra, mas sem sucesso porque o prestígio de Jovellanos tinha crescido muito pelo enorme êxito deste *Informe*, onde apelava a que se modificassem as leis vigentes para um melhoramento da agricultura no país.

Em 1797 é nomeado como embaixador na Rússia para resolver um assunto que colocou em conflito a Rússia e a Prússia. Esta nomeação não lhe agradou totalmente porque teria que abandonar a sua vida doce e tranquila para se lançar a um mundo longínquo e ignoto. Manuel Fernández Álvarez mostra-nos o seu descontentamento, citando Jovellanos:

(...) yo solo lloro de pena de dejar un pueblo que me ama y de gozo de ser amado (...) Todo alegría por de fuera; todo en mí aflicción por lo que me aguarda, por lo que pierdo en abandonar un pueblo que me quiere bien, y una dulce residencia que me encanta. (Manuel Fernández Álvarez, 2008, p.196)

Mas tudo deu uma grande viravolta e acabou por não abandonar o seu país, pelas necessidades de o acudir na sua aflição. Petição feita por Manuel Godoy, segundo consta.

Façamos um parêntesis para apresentar o personagem referido nesta história, mas não pelos melhores motivos. Falamos de Manuel Godoy, filho de um coronel do exército, vindo do seio de uma família pobre da Extremadura espanhola, tendo em 1784, aos 17 anos, ido para Madrid e ingressado nas Guardas do Corpo do Rei.

Apresentado no ano seguinte aos futuros reis de Espanha, os príncipes das Astúrias, ganhou a amizade de ambos, e ainda há quem diga que tenha sido amante da rainha. Com a subida ao trono dos príncipes, em 1788, a carreira de Godoy progrediu rapidamente. Em 1792, aos 25 anos, era nomeado primeiro-ministro. Godoy começou por seguir uma vida política de neutralidade em relação à Revolução Francesa, tentando salvar a vida de Luis XVI, mas a condenação à morte deste, e a reação de Carlos IV à execução do Rei de França, provocaram a declaração de guerra à Espanha pela Convenção Francesa em Março de 1793.

Voltando ao nosso texto, Godoy, possível inimigo declarado de Jovellanos, convida este último para o cargo de ministro de *Gracia y Justicia*, abandonando a missão que lhe tinham destinado na Rússia. Era mais necessário aqui, para reformar os estudos universitários, ocupar-se das medidas propugnadas no *Informe* e para amortecer o partido reacionário encabeçado pela Inquisição. Godoy apresenta-se, num primeiro momento, como um amigo fidedigno de Jovellanos. Escreve, inclusive, nas suas *Memórias*, tal como podemos ler na obra de Caso González, que a nomeação de embaixador na Rússia e de ministro de *Gracia y Justicia* foi da sua autoria:

Don Melchor de Jovellanos abundaba en los principios de una estrecha filosofía, cuya profesión le produjo los poderosos enemigos que contaba en el reino. Qué no me costó de tentativas y esfuerzos para que le nombrase el Rey ministro! Conseguido ya por mí que Carlos IV depusiese las viejas prevenciones y le llamase a su servicio, hubo alguno todavía que, alabando la capacidad de Jovellanos y sorprendiendo la lealtad de Carlos IV, consiguió persuadirle que convendría enviarle a la corte de Petersburgo para renovar allí y incrementar hábilmente nuestras antiguas relaciones con la Rusia. El nombramiento fue hecho. Yo hice escribir a Jovellanos que aceptase, dejando lo demás a mi cuidado; y así fue como, dormido su enemigo, días después logre llevarle al ministerio (Caso González, 1998, p.17)

Na realidade toda esta história não passou porém de uma grande mentira, uma intriga.

Félix Herrero Salgado vem contradizer esta afirmação de Godoy e dá o prestígio a Cabarrús no seguinte parágrafo:

Cabarrús vuelve a la corte; logra el nombramiento de su amigo para el ministerio de Gracia y Justicia, al que há precedido su designación para la embajada de Rusia, pronto revocada. (Félix H.Salgado, 1976, p.17)

Se, realmente, foi Godoy o interveniente pela viagem de Jovellanos para a Rússia, é possível que ficasse contente por poder afastá- -o de Espanha, embora se acredite que lhe custasse tomar essa decisão, pois o cargo que iria desempenhar era altíssimo e de grande prestígio e, normalmente, era Godoy quem usufruía desses postos. Existem diferentes teorias sobre quem realmente era inimigo de Jovellanos na corte; se a rainha ou se Godoy. Alguns autores apontam para a rainha, sempre com um ar aperaltado, pouco graciosa com Jovellanos e com os partidários das novas ideias implementadas pelos ilustrados. Por outro lado, há quem afirme que tudo fosse conjurado por Godoy; outros ainda entram em defesa deste último.

De qualquer forma, lá terá o nosso Dom Gaspar que ausentar-se de Gijón, mas parte triste, desconsolado, tal como podemos observar no parágrafo seguinte:

Oyéronse cascabeles; el hortelano dijo que entraba una posta de Madrid; creímos-lo chanza de algún amigo; el administrador de Correos, Faes, entrega un pliego com el nombramiento del ministerio de Gracia y Justicia. Adiós felicidad, adiós quietud para siempre! Empieza la bulla, la venida de amigos y la de los que quieren parecerlo; gritos, abrazos, mientras yo, abatido, voy a entrar a una carrera difícil, turbulenta, peligrosa. Mi consuelo, la ezperanza de comprar com ella la restauración del Dulce retiro en que escribo esto; haré el bien, evitaré el mal que pueda. Dichoso si vuelvo inocente, dichoso si conservo el amor y opinión del público, que puede ganar en la vida obscura y privada! (Caso Gonzáles, 1998, p. 179)

E não se enganou; ganhou muitas inimizades, embora outros se mantivessem fiéis ao ilustre ilustrado.

Godoy tinha ideias muito específicas de governação no país. Tinha uma influência enorme com os grandes senhores, da alta sociedade. Casou com uma prima do rei, filha do Infante D. Luís, que se chamava Maria Teresa e era condessa de Chinchón, o que o fazia elevar-se ao mais alto nível do poder.

Expõe ainda Caso González que Jovellanos assistiu a um episódio de adultério – ato condenável e por ele criticado em forma de poesia – cometido por Godoy quando decidiu organizar um jantar, estando a esposa presente, e para o qual convidou a sua amante Pepita Tudó, sentando-se ele ao centro das duas senhoras, o que escandalizou Jovellanos, dizendo o seguinte a este respeito:

Este espectáculo acabó mi desconcierto; mi alma no puede sufrirle; ni comi, ni hablé, ni pude sosegar mi espíritu; huí de allí. (Caso González, 1998, p.182)

Usava e abusava da decência das pessoas. Resolveu o caso de Cabarrús para conseguir arranjar mais um aliado para as suas traulhices; encarregou Jovellanos do Ministério de *Gracia y Justicia*, Saavedra pelo da *Hacienda* e Ezpeleta como governador do Conselho, uma escolha feita por Godoy e Cabarrús sem que o povo tivesse direito ao voto. Preparou de forma maquiavélica esta oferta a Jovellanos (e aos outros companheiros) que, por sua vez, adivinhou desde o princípio que se trataria de uma armadilha que lhe perturbaria a vida.

Dom Gaspar não queria descontentar o rei; sabia que contava com a sua inteligência e preponderância para a resolução dos problemas do país que lhe incutia resolver e só por isso ele se manteve firme neste novo mas sacrificado cargo. Não colaborava com as injustiças; não aceitava desrespeitos e, como tal, ele e os colegas decidiram contar ao rei as atitudes impróprias que Godoy praticava na sua corte – estamos a referir-nos ao caso do adultério com Pepita Tudó. O rei, por sua vez, pouco contente com o que ouvira, conta à rainha que decide acabar com os exageros e os abusos de Godoy.

Numa forma de vingança, quiçá, Jovellanos é envenenado e perde a sensibilidade da mão direita,

efecto de cierta confección que se habia propinado poco antes en Madrid, preparada por sus enemigos. (Caso González, 1998, p.183)

De todos os inimigos que tinha há uma enorme possibilidade que tenha sido Godoy o autor do envenenamento, mas nada está provado em relação a ele. O que se pode afirmar é que, depois de entrar no Ministério, alguém o tentou matar, administrando-lhe pequenas doses de veneno.

Ainda assim, um dos problemas que lhe mandaram resolver foi a reforma do Tribunal da Inquisição, no sentido de poder cortar os altíssimos poderes que tinha e dos quais fazia uso próprio. É bom que fique claro que o que Jovellanos pretendia era modificar o sistema da Inquisição e não exterminá-la.

Outra das reformas que lhe incutiram foi nas universidades espanholas, onde deveria arranjar novos planos de estudo. Tarefas muito difíceis de concretizar, pois as regras enraizadas não pretendiam ser reformadas. Começou o seu estudo na Universidade de Salamanca, como já se referiu, e que não olhava com bons olhos as intenções do ministro. Tinham as suas próprias doutrinas que seguiam cegamente. Apesar de tudo, houve alguns bispos, apreciadores das suas ideias. Jovellanos propõe ao rei o contributo do bispo António Tavira para avançarem com a reforma, mas Dom Gaspar não duraria mais do que um mês neste Ministério, sendo substituído por José António Caballero que aniquilou qualquer tentativa de reforma.

A Inquisição foi a que mais ofendida se mostrou perante as atitudes do ministro e a ela se foram juntando os inimigos acusando-o “(...) de ateuista, hereje e inimigo declarado da Inquisición (...)” (Caso González, 1998, p. 197). Sente uma enorme tristeza e confirma o sentimento que supôs no início deste novo cargo. Pouco havia a fazer; aproveitaram-se das suas fraquezas e Jovellanos acaba por se demitir do Ministério de *Gracia y Justicia*.

Escreve uma carta a Francisco António Quintana e a Juan Nepomuceno Pedrosa, onde explica que foi a melhor decisão que tomou:

Acabando de llegar a mi casa, después de haber dejado el ministerio por salvar mi vida. (Caso González, 1998, p.198).

Na verdade receava que o tentassem envenenar novamente.

O CONSULADO JOVELLANISTA

Depois do desconsolo de Madrid, no dia 16 de Agosto de 1798 e pelo mau estado de saúde, deteriorada pelos efeitos que o veneno lhe provocou, vai descansar e tomar as águas curativas de Trilho (Guadalajara), regressando a Madrid para recolher as suas coisas e mudar-se definitivamente para Gijón.

Voltou a entregar-se ao Instituto, mas os problemas económicos e o desprestígio continuaram a agravar-se. Felix Herrero Salgado descreve este regresso turbulento a Gijón, ostentando os seguintes aspetos:

En Gijón no encuentra ya la tranquilidad de la etapa anterior: al vacío de su Hermano Francisco de Paula, muerto en su ausencia, se añade una serie de contratiempos – ataques ya abiertos, investigaciones sobre inversión de los fondos, dudas sobre la finalidad del Instituto, asuntos familiares – que van minando su animosa moral. (Félix H. Salgado, 1976, p.18)

Faz uma petição aos diferentes bispos das Astúrias explicando o que pretendia com o Instituto e quais as vantagens que traria para o país, mas muitos deles não lhe responderam sequer e os que o faziam mostravam-lhe pouca vontade em o ajudar neste seu empreendimento. Sabe-se que um dos bispos, Peláez Caunedo, velho amigo de Jovellanos, lhe escreveu sem intenção de o ajudar, criticando o facto de querer desenvolver projetos que para os outros eram impossíveis de realizar. Deixo ao leitor a oportunidade de ler o que Jovellanos obteve como resposta deste bispo://

(...) Si se ha de juzgar por la sabiduría, honor y altas virtudes del director Cienfuegos, pocos progresos se pueden esperar para la educación y ejemplo de la juventud. En las actuales circunstancias sería lo más acertado que usted se dedicase al cuidado de su casa, tomando estado y olvidando otros proyectos u vanidades del mundo, que ya nos ha dado bastantes desengaños.(Caso González, 1998, p.210)

Manuel F. Álvarez dá a autoria da resposta ao pedido de Jovellanos não ao bispo Peláez Caunedo, mas sim ao Bispo de Lugo. São contradições apenas na autoria, porque o texto é integralmente igual, tanto na obra de Caso González como no de Manuel F. Álvarez.

Jovellanos respondeu e ganhou um inimigo, ou será que ganhou dois?

(...) Sin duda que un Obispo debe instruir al clero que le ayuda en su ministerio pastoral; pero también debe promover la instrucción del pueblo, para quien fue instituido el clero y el episcopado. Debe mejorar los estudios eclesiásticos pero también debe promover las mejoras de los demás estudios, que usted llama profanos, y que yo llamo útiles, porque en ellos se cifra la abundancia, la seguridad y la prosperidad pública (...) lo que ciertamente no cabe en las obligaciones ni en los derechos de un Obispo, es injuriar a sus prójimos con injusticia y sin necesidad. (...) Me aconseja usted que cuide de gobernar mi casa y tomar estado. El primer consejo viene a tiempo, porque no vivo de diezmos y cobro mi sueldo en vales; el segundo tarde, pues quien de mozo no se atrevió a tomar una novia por su mano, no la recibirá de viejo de la de tal amigo. (Manuel F. Álvarez, 2008, pp. 186-187)

Mesmo assim, nunca desistiu do seu projeto empreendedor, apesar de todas as restrições, intrigas e outras muitas formas que arranjaram de desacreditar o valor do Instituto. Jovellanos começava a ser uma espécie de homem odiado, inimigo irreconciliável, que precisava de ser erradicado. No seu *Diário*, onde anotava os acontecimentos do seu dia-a-dia, conta-nos como até o abandonaram os seus amigos mais íntimos e a solidão em que se encontrava em 1800 e nos primeiros meses do ano de 1801.

Não obstante tamanha desgraça, ainda tinha forças para incrementar um novo desafio: conceber o *Diccionario do Dialecto de Astúrias e a sua Geografia*, convidando alguns amigos – Juan Lespardá e Juan Nepomuceno San Miguel – para fomentarem o projeto. Mas mais uma vez foi-lhe vedada a autorização, dando a Real Academia de História – que também pensou em desenvolver um projeto parecido com o de Dom Gaspar – a tarefa a Francisco Martín Marina, que lhe pede, inclusive, ajuda para a realização desta nova obra.

Na sua obra, Caso González apresenta-nos uma carta em que Dom Gaspar mostra o seu descontentamento a Martín Marina:

La idea que usted me comunica fue siempre objeto de mis deseos, y veo ahora que la toma a su cargo un sujeto capaz de desempeñarla cumplidamente. Desde que llegué a mi casa em 1790 pensé en formar una reunión de sujetos que se dedicasen a tratar de las cosas de nuestro país, con el deseo de que algún día se reuniese los materiales necesarios para escribir una historia civil y natural. Parecíame que no pidiendo al principio sino noticias de hecho, podría hallar, en médio de la penúria de literatos que padecemos, algunas personas que entrasen en mi desígnio, pues que bastaba para ello juicio y aplicación. Pero di con tanta frialdad, aun en los que creia más bien// dispuesto, y vi en todos los demás tanta lejanía de la empresa, que hube de abandonarla a mejor tiempo, y aunque nunca he dejado de pensar en ella, debo confesar a usted que la época deseada no llegó todavía (Caso González, 1998, p.216)

É normal esta sua reação! Um homem que pudesse, efetivamente, desempenhar este papel só poderia ser Jovellanos que, ao longo das suas viagens, descrevia todas as vilas, cidades ao pormenor, sendo que todos os escritos foram recolhidos e formaram as famosas *Cartas del Viaje de Asturias* onde, para além da descrição completa dos palácios e outros tantos monumentos e estradas, refere a natureza bela, esplêndida com que nesses caminhos deparou.

Depois de aparecer uma *Delación Anónima*, Jovellanos foi preso em sua casa e considerado réu de Estado, na madrugada do dia 13 de Março de 1801. Ou seja, a luta contra Jovellanos não havia terminado com a sua retirada do Ministério de *Gracia y Justicia* – representativo do Ministério da Justiça em Portugal – em que era acusado de ser o cabecilha dos novos afrancesados da *Ilustración*. Era considerado um homem demasiado influente, sábio e honrado e só esta retirada não bastaria aos inimigos. É uma parte da operação que se fez em 1800 para acabar com todos os ilustrados influentes do país. Tudo isto era obra de Manuel Godoy que regressou ao poder ordenando, de imediato, a detenção de Jovellanos. É por ele que nasce esta *Delación Anónima*, embora nunca se tenha provado a sua autoria. É a partir deste documento que se inicia a campanha antiilustrados.

Foi levado de Gijón para León na madrugada do dia 14 de Março, pois quiseram primeiro revistar todos os seus livros, procurando algo que o pudesse incriminar. Esta realidade foi sofredora especialmente para os familiares de Jovellanos, a quem proibiram qualquer tipo de comunicação com o exterior. E quem mais falta dele sentiu foram as famílias pobres que eram apoiadas por ele. As causas desta prisão continuavam sendo incógnitas para Jovellanos. Teria sido vítima de Godoy ou de Caballero? Félix Herrero Salgado diz a este respeito que

(...) se sabe que Caballero, que le habia sucedido en el Ministerio, puso todos los medios a su alcance para que no pudiese comunicarse con los reyes. Pero Jovellanos parece apuntar más alto: el tratamiento indigno en Bellver, escribiría «hará patente a todo el mundo la bajeza con que el marqués Caballero servía al odio implacable de los autores de mi desgracia».(Félix H. Salgado, 1976, p.19)

Conduzido até à ilha de Maiorca, permaneceu preso primeiro na *Cartuja de Valldemosa* durante um ano. Lá cria amizade com os monges; estuda as plantas e monta uma farmácia de plantas medicinais; continua os seus estudos da reforma do ensino; passeia; envia cartas aos amigos, mas com o máximo cuidado, porque os que recebiam notícias suas eram muitas vezes encarcerados.

Foi nestes anos difíceis da sua vida que Jovellanos mostrou a sua coragem e a sua boa-fé para com os outros e os outros para com ele, pois, por mais que o impedissem de comunicar com o exterior, Jovellanos sempre o fez, inclusive quando enviava as cartas ao rei. Os monges do convento, que acompanhavam o seu degrado diário, achavam por bem que ele pudesse passear pelos campos do convento, para melhorar um pouco aquela vida sedentária em que caíra; todas estas amizades o fizeram reavivar, continuando a cuidar dos seus projetos e do bem-estar dos outros. Ceán Bermudez explica como era a vida de Jovellanos ao longo desta etapa:

Reconocido a la generosidad con que la comunidad le trataba, sin permitir que satisficiese el gasto que hacían él y sus criados, presentó en la biblioteca del monasterio, que él mismo había arreglado y ordenado, algunas obras que consideró necesarias para la instrucción de los monjes; contribuyó con crecidas cantidades a la construcción de la nueva iglesia, y costeó un paseo con su calzada, que trazó desde la puerta que sale a al huerta, adornado de árboles, que regaba con sus manos. Además socorria con pensiones a los pobres jóvenes en el estudio de la latinidad, y con limosnas diárias a los vecinos necesitados de Valdemuza, que no olvidarán su caridad mientras permanezcan el pueblo y el monasterio. Y para hacer más Dulce, útil y entretenida aquella solitaria residència emprendió estudiar la botánica, aprovechandose de las luces y conocimientos en esta ciência del religioso boticário del convento, que había conocido en el del Paular el año 1780. Trabó aqui con él estrecha amistad, y paseando juntos por aquellos montes y amenos valles en busca de plantas y hierbas, explicaba el religioso sus figuras, virtudes y demás propiedades; y ordenando don Gaspar esta explicación en forma de elementos, llegó a ser esta obra muy preciosa e interesante a la salud pública de aquel país. (Caso González, 1998, pp. 227-228)

Caballero toma conhecimento de que as suas ordens não estavam a ser cumpridas à risca, que o réu mantinha contacto com o exterior e que até escrevia ao próprio rei, "(...) no para implorar su gracia, sino para reclamar su suprema justicia" (Félix H.Salgado, 1976, pp.20). Foram-lhe retirados todos os materiais de escrita, limitando-o, portanto, naquilo que melhor sabia fazer e que contribuía para a sua sobrevivência.

Com dois capangas à porta da cela, a comunicação entre Dom Gaspar e os criados não dava sequer para ser iniciada, mas mesmo com todo este esquema aparatoso, Jovellanos mantém o contacto tanto com o exterior como no interior do convento. Guardas, oficiais, criados, amigos que o acompanhavam diariamente, sabiam que era um homem de bem. Não podiam deixar de cumprir ordens, mas deixavam-no fazer tudo quanto quisesse e necessitasse. Longe de abandonar a sua atividade, dedicou--se à leitura e à escrita.

Em Valldemosa iniciou o *Tratado teórico – práctico de enseñanza*. Foi, depois, num ato de fúria de Caballero, reencaminhado para o Castelo de Bellver, situado também em Palma de Maiorca, até ao ano de 1808, decidindo--se que o seu desterro devia ser mais lúgubre e isolado. O motivo foi o facto de ter escrito ao rei, a pedir que se fizesse justiça e que lhe dissessem o porquê das acusações e do desterro.

Já que não teve oportunidade de o fazer nas Astúrias, aquando do tratamento da língua pela inovação do dicionário e ao que diz respeito à sua Geografia, decide apreciar a cidade de Palma e especializa-se na História desta ilha, escrevendo as *Memorias del Castillo de Bellver*, onde faz uma enorme comparação à mãe natureza, sendo considerada uma obra de prodígio documental, da reconstrução histórica e vivencial daquele Castelo. Ao fim e ao cabo, podemos afirmar que Jovellanos se sente feliz dentro da sua própria prisão. Francisco Rico, na sua *Historia y Critica de la Literatura española*, transmite-nos, da seguinte maneira, o sentimento que Jovellanos sustinha da mãe-natureza, única satisfação oferecida pelos longos dias e noites fechado naquele Castelo:

Jovellanos describe lo que siente, pero además lo que le es externo se traba intimamente a su alma sensible, porque el paisaje se describe en función de su estado de ánimo. Las liebres que ve cruzar ante sus pies, rapidas y medrosas, huyendo de su propia sombra; la perdiz que le anuncia com su canto donde tiene el nido; el bosque que rodea al Castillo; (...) el rielar de la luna en la bahía de Palma y los juegos de luces y sombras en el bosque, todo esto no son solo elementos observadores y sentidos, sino vida que se une a la suya, y que acaba expresando su soledad, su tristeza y su abandono. No es un paisaje creado en funcion de un sentimiento; es un paisaje real que a Jovellanos le emociona y //

através del cual el sentimiento expresa toda la dolorida carga del hombre injustamente perseguido y desamparado. (Francisco Rico e Caso González, 1983, p.375)

Em 1807 escreve a Godoy para que o ajude a sair daquela triste situação, pedindo compaixão e um pouco de alívio, sobretudo pelo seu estado de saúde e pela avançada idade. Mas não obtém resposta.

A situação política espanhola tinha piorado entre 1807 e 1808. A invasão Francesa surge no país trazendo alguns problemas, pois Godoy não percebeu que Espanha também era objetivo de ataque por Napoleão. Quando o motim de Aranjuez coloca no trono a Fernando VII, por abdicação de Carlos IV, Jovellanos tem direito à sua liberdade, mas este pede para ser julgado pelos seus crimes, pois até à data limitaram-se a encarcerá-lo sem poder defender-se.

Foi libertado e, antes de voltar a Madrid, desloca-se novamente à *Cartuja de Valldemosa* para passar a Semana Santa com os monges do convento, a quem expõe que, para que tudo volte à normalidade, é importante acabar com os vícios que Godoy instituiu enquanto déspota. Estamos em Março de 1808 e Espanha está em vésperas da guerra pela Independência. Napoleão Bonaparte consegue prender a família Real em Bayona e pede ao Rei que abdique do seu trono em nome do seu irmão José Bonaparte. Os ilustrados do país dividem-se entre aqueles que acreditam que Napoleão e José I irão resolver os problemas de Espanha e aqueles que consideram que os espanhóis, sozinhos, darão conta do recado. Os primeiros, chamados de afrancesados, tentaram, sem sucesso, convencer Jovellanos para que colaborasse com o governo de José I, chegando, inclusive, a proporem-lhe que voltasse a desempenhar as suas funções de ministro.

Recusava uma e outra vez, mas no mês de Setembro, e depois de tanta insistência, aceita o cargo de Representante das Astúrias na *Junta Suprema Central Governativa del Reino*, criada para lutar contra Napoleão e constituída no dia 25 de Setembro de 1808 em Aranjuez.

Quando se instaura a Regência, no dia 31 de Janeiro de 1811, Jovellanos pede autorização para se retirar para as Astúrias. Refugia-se em Muros, onde passa vários meses. Aqui, pelos ataques da Junta Central e o tratamento incorreto por parte da Junta da Galiza a Jovellanos, decide escrever a *Memoria en defensa de la Junta Central*.

Em 7 de Agosto de 1811 tenta voltar à sua terra natal porque os franceses já lá não estavam, mas decidem invadir novamente a cidade, o que o faz abandoná-la por via marítima, onde depois de uma enorme tempestade vai ancorar em Puerto de Vega. Jovellanos está muito fraco de saúde e morre no dia 28 de Novembro de 1811, com 67 anos de idade, sendo – anos mais tarde – trasladado para o Instituto Jovellanos, onde permanece até à atualidade.

É de salientar, para terminar, um dos textos escritos pelo autor, e citado por Caso González, referindo os seus sentimentos por ter sido acusado durante tantos anos, de forma feroz e sem piedade:

Y que? Después de haber servido a mi patria por espacio de cuarenta y tres años en la carrera de la magistratura con rectitud y desinterés, (...) después de haber sufrido (...) una persecución sin ejemplo en la historia del despotismo, y en la que sin precedente culpa, juicio ni sentencia, me vi de repente arrancado de mi casa, despojado de todos mis papeles, arrastrado a una isla, recluso por espacio de 13 meses en un monasterio, trasladado después a un castillo, y encerrado e sepultado en él por 6 años; después que, obtenida mi libertad, al punto mismo en el que empezaba a peligrar la de mi patria, no solo abasé con firmeza la santa causa de su defensa (...) después que, nombrado para el gobierno central, cuando los muchos años y trabajos y una prolija enfermedad tenían arruinada mi salud, no solo renuncié al descanso y al deseo de conservar mi vida, sino que consagré sus restos al servicio de mi nación admitiendo aquel encargo, y dedique (...) el más puro y ardiente celo; en fin (...) me veo atacado y ofendido en mi honor y desairado y insultado en mi persona (...) (Caso González, 1998, p.265)

CASA MUSEU DE JOVELLANOS

Todas as imagens apresentadas neste trabalho foram recolhidas por mim.

Gijón é uma linda cidade situada nas Astúrias, rodeada de mar e natureza, que Jovellanos tanto enuncia nos seus diários. É nela que se localizava a sua casa, onde foi criado com o carinho dos pais e dos irmãos mais velhos.



Fig. 20 – Vista Panorâmica de Gijón

A casa de Jovellanos é um dos edifícios senhoriais mais antigos de Gijón. Foi transformada e restaurada, dando origem ao *Museu Casa Natal de Jovellanos* pela *Fundación Municipal de Cultura del Ayuntamiento gijonés*, em 1983, sendo considerado Monumento Histórico-Artístico, onde se realizam exposições de pintura e escultura, muitas vezes relacionadas com o seu tempo.

Situada no bairro de *Cimadevilla* é uma casa palácio construída entre os séculos XIV e XV – aos poucos, pela família do ilustrado – onde nasceram Jovellanos e os seus irmãos.

Foi-me referido que a fachada principal da “Casona” sofreu reformas em 1971 para se poder iniciar o processo a que estaria destinado a ser – o museu representando esta ilustre figura do século XVIII espanhol.

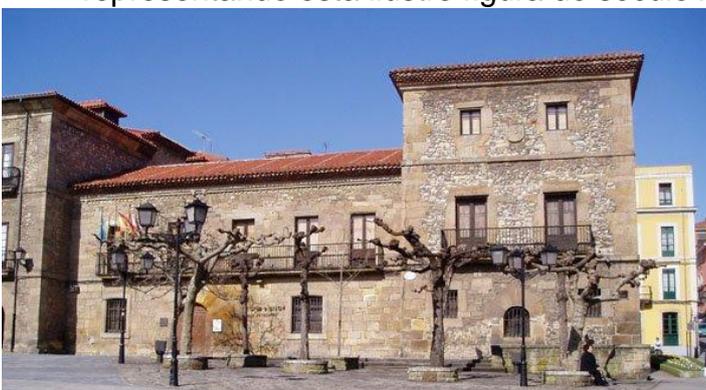


Fig. 21 – La Casona de Jovellanos

O Museu está situado dentro do perímetro da antiga muralha romana. A casa é constituída por duas torres laterais e com um alargado corpo central. Foi lá que se comemorou o Bicentenário de Jovellanos, reunindo o espólio que resta da época e do autor.



Fig. 22 – Comemorações do Bicentenário de Jovellanos



Fig. 23 – La Casona de Jovellanos

No primeiro piso da *Casona* observam-se várias recordações de Jovellanos, como a árvore genealógica da família e o manto de “*Caballero de Alcántara*”. Do mobiliário original conservam-se os armários do estilo barroco, dois conjuntos de cadeiras e um baú, todos do século XVIII. É nesta sala que, normalmente, se faz apelo à sua Biografia, pois era neste espaço que costumava estar sempre que o reenviavam para a sua terra natal.



Fig. 24 – Sala Jovellanos

Nas restantes salas e pátio interior apresenta-se uma seleção do riquíssimo património artístico conservado no Museu, com inúmeras obras de arte sobretudo de artistas asturianos dos séculos XIX e XX.



Fig. 25

Fig. 25 e 26 – Salas interiores de La casona



Fig. 26



Fig. 27 – Pátio interior de La Casona

Anexo à casa encontramos a *Capilla de los Remédios*, oratório do século XVIII, já muito restaurado, onde descansam os restos mortais do Ilustrado.



Fig. 28 – Capela dos Remédios



Fig. 29 – Interior da Capela dos Remédios



Fig. 30 – Restos mortais de Jovellanos no interior da Capela dos Remédios

No total, a Casa Museu de Jovellanos reúne mais de 600 obras entre pintura, mobiliário, fotografias, peças arqueológicas, etc.

Em termos de comparação com o Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, diremos que a *Casona de Jovellanos* não é tão representativa do espírito do ilustre Don Gaspar, por terem reconstruído quase a totalidade dos compartimentos, tornando-o num museu de arte moderna e contemporânea.

CONCLUSÃO

O Marquês de Pombal liderou a governação do reinado de D. José I e tal como se referiu no início deste trabalho mostrou, ao longo dos seus 27 anos de governo, duas perspetivas da sua política bem distintas para um homem só.

Em primeiro lugar, delineou a modernização das estruturas do Estado, que se encontravam muito enfraquecidas, reformando o exército, que desde o reinado de D. João V se encontrava decadente; promoveu novas leis que reabilitaram o reino; a nível fiscal reorganizou os impostos, acabou com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos; fomentou a economia capitalista, fundando a Companhia de Vinhos do Alto Douro cuja produção e venda do vinho do Porto passou a pertencer ao reino e não aos ingleses, como até então se fazia; reformou o ensino, modernizou a Universidade, dando-lhe o impacto de um ensino moderno, que igualasse os ensinamentos do resto da Europa. Teve o papel principal quando o Terramoto surgiu, em 1755, sendo que foi o único que não abandonou a sua cidade e que ajudou todos quantos encontrava no seu caminho. Reconstruiu Lisboa com a ajuda dos arquitetos e do povo, pensando tudo ao pormenor sob pena que outra tragédia idêntica ou parecida voltasse a abalar os habitantes do reino.

Foi, sem dúvida, um homem que transportou a sua pátria no coração. Um reformador absoluto em prol do seu povo, do bem-estar da sua gente e do auxílio realista que a Europa viu renascer da escuridão, do medo, da degradação, da decadência. Devemos muito ao senhor Sebastião José de Carvalho e Melo e todos os autores e pessoas singulares se deveriam lembrar dele apenas nestes trâmites, não fosse o outro lado da personagem tão aterrorizador e sombrio.

O contrassenso surgiu logo após o Terramoto, onde obteve o poder absoluto, tratando de assuntos que pertenciam ao rei D. José I, de quem pouco sabemos, nem conhecemos rigor em decisão alguma.

Começou Sebastião José a exercer a sua própria política, tratando assuntos antigos. Ora se até ao Terramoto era visto como um fidalgo qualquer da província, estava agora na hora de mostrar que o seu valor ultrapassava o pensamento dos nobres. Primou o absolutismo real e destruiu todas as forças que, a seu ver, limitavam o poder do rei ou, por outra, o poder de quem

mandava – dele próprio. Assim, liquidou os grandes senhores da nobreza e alguns pertencendo à pequena burguesia, para mostrar que todos deviam fidelidade ao governante. Ultrapassou todos os limites da impiedade humana ao chacinar a família dos Távora, sem nada de concreto se ter provado, por se sentir magoado com as acusações de pequeno fidalgo da província, escasso em património e o desprezo que Sebastião José se julgou vítima por parte das altas patentes da nobreza, nomeadamente desta família. Abateu os altíssimos membros do Clero, mais precisamente os jesuítas que, sendo confessores da família real, usufruíam de um poder político enorme. Eram uma ameaça sobretudo a nível político, nível este que nenhum outro poderia exercer senão ele. Chegou inclusivamente a conseguir que toda a Europa extinguisse a companhia. Tal não era a sede deste déspota em mostrar ao mundo inteiro que Portugal estava enganado quanto à sua condição genealógica, económica e vivencial.

Apesar de tudo, este seu enorme ego não durou muito pois, com a subida de D. Maria I ao trono tudo terminou. No seu desterro, a forma como todas as classes sociais o contemplaram mostrou que afinal tinham razão: foi um fidalgo que mostrou o seu lado humano, ajudando a restabelecer o seu país a todos os níveis, com o louvor do povo, mas que logo se desvaneceu ao não ser capaz de manter essa postura coerente, mostrando que estavam enganados a seu respeito.

Podendo vir a ser lembrado como o homem pequeno que se tornou num nobre de valor incalculável pelos feitos dignos de um representante do Estado, mostrou-se, pelo contrário, tirano, déspota, rebaixando todos e mostrando na sua superioridade, um lado desumano jamais visto. Este será sempre o borrão que manchará a vida e a obra do Marquês de Pombal.

Jovellanos foi o grande propulsor do movimento da *Ilustración*, corrente intelectual e humanística por ele desenvolvida no século XVIII, em que tomou as rédeas da questão para dar um novo impulso à modernização do seu país.

Com um enorme sentido patriótico incomum, criticou e foi implacável com tudo aquilo que pensou que devia reformar, integrou as Academias de renome pela instrução e cultura demonstradas, completou os padrões de um homem estudioso, humanista, racional, que escreveu nos diferentes géneros literários, ditou as leis que achou necessárias, transformou pensamentos e atitudes, desenvolveu a sua terra natal, dotando-a de grandiosa oferta cultural, dando ênfase às suas condições naturais, como escreveu nos seus diários, implementou o sistema de ensino público que achou desajustado sendo necessária a sua renovação para o desenvolvimento da região e dos cidadãos. Mas sofreu, por tudo isso, a incompreensão de muitos compatriotas, chegando a padecer numa prisão durante sete anos, sem saber por que motivo o encarceravam. Jovellanos foi desacreditado. Um jovem que lutou pela sua pátria, elevando-a ao mais alto patamar da modernidade e que foi incompreendido, mal julgado pelas ideias novas que instituía desde o reinado de Carlos III, mas que lhe cortaram quando Carlos IV subiu ao trono e trouxe consigo a sua rainha e o Príncipe da Paz, fazendo-lhe múltiplas acusações, uma das quais era o facto de ser o cabecilha dos novos afrancesados, defendendo as ideias ilustradas, as da revolução de Napoleão Bonaparte.

Porém, soube sempre, até no meio das circunstâncias mais adversas, manter o ânimo firme e o espírito livre, continuando o seu trabalho mesmo encarcerado, dando primazia ao estudo da natureza, das letras, enfim, das necessidades de mudança do seu país.

Continua a ser um personagem muito admirado, embora muitas vezes seja, ainda, mal interpretado. Contudo, é uma das celebridades espanholas que melhor entendeu as necessidades do país no século XVIII e que sempre soube qual seria o melhor caminho para um futuro mais propício.

ANEXOS

**CARTA DE RECURSO ESCRITA PELO MARQUÊS DE
POMBAL À RAINHA D. MARIA I**

Transcrição do documento : *Recurso que á Rainha...D. Maria 1ª dirigiu em 1778 o Marquez de Pombal... Primeiro Ministro, que havia sido de Estado, depois de se achar deposto desse emprego...*

Na súplica à Rainha D. Maria I, o Marquês de Pombal tenta persuadi-la, fazendo um apanhado do seu percurso enquanto primeiro-ministro no reinado do seu pai. Apresenta quase uma tese sobre os benefícios de certas atitudes que tomou para o fortalecimento da economia e da expansão do comércio no país, tapando o lado negro que executou e que todos conhecemos.

Justifica o porquê de certas posses, de que é acusado agora pelos inimigos da sua pessoa, afirmando que tudo o que usufruiu foi-lhe dado e conseguido com o consentimento do seu rei e comprado com os ordenados que ganhava enquanto ministro do reino.

Deduz-se que não tenha sido por estes motivos que a Rainha Regente o tenha perdoado de uma prisão certa, mas sim pela avançada idade de Carvalho e Melo e pela doença que o consumia diariamente.

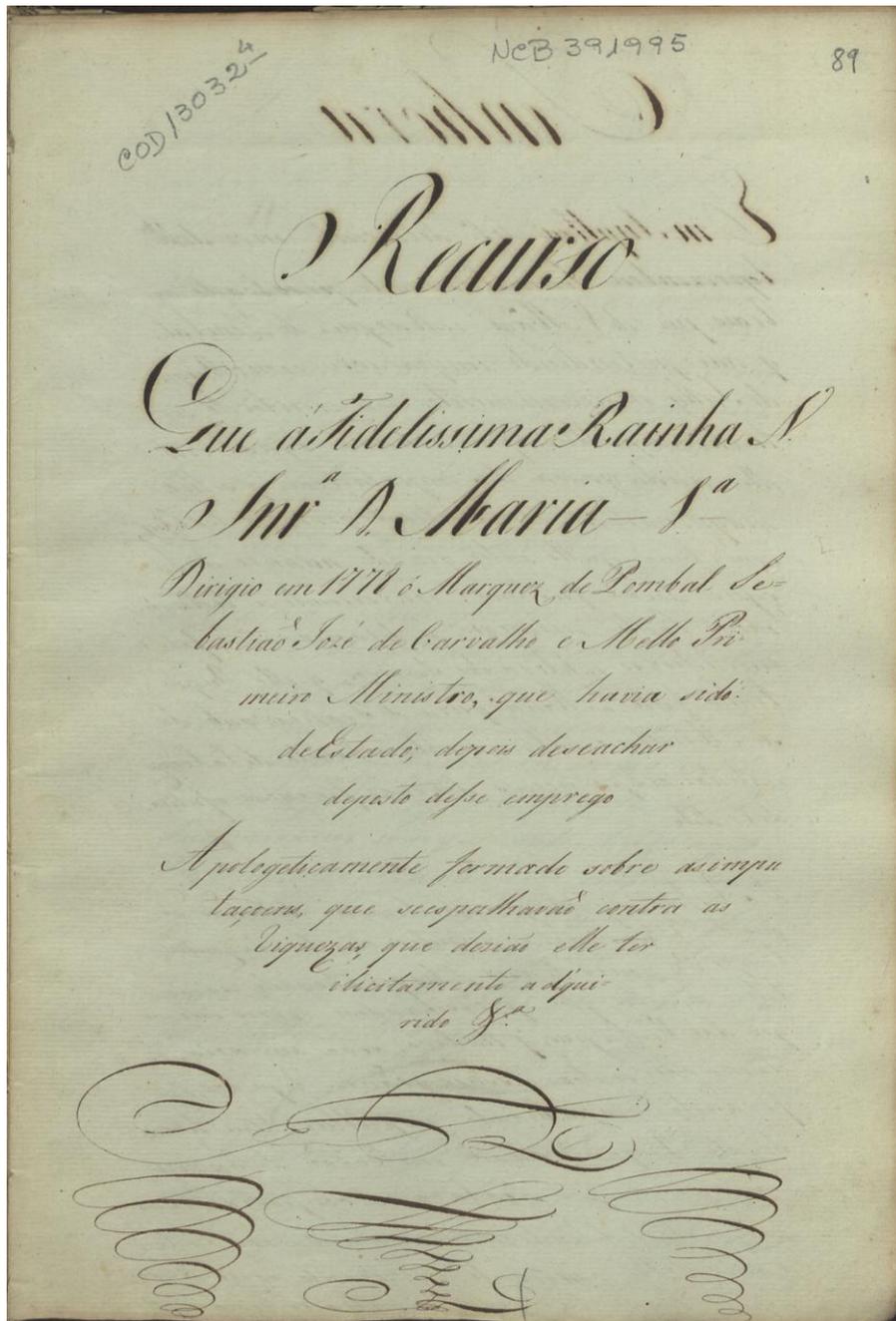
Foi, portanto, uma decisão tomada com o coração de uma rainha que todos aclamavam pela bondade genuína.

Trata-se de um documento de interesse, por ter sido escrito pelo Marquês de Pombal logo após o seu desterro. Descobri o documento na Biblioteca Nacional de Portugal, na secção de manuscritos reservados, com a seguinte cota: CDO 13032// 4 volume, onde me foi reproduzido e do qual fiz parte da transcrição, para apresentar ao leitor um pouco da defesa constituída pelo Marquês perante a rainha D. Maria I. O documento não foi transcrito na sua totalidade por se tratar de uma obra extensa; assim, pegou-se apenas nos parágrafos que se acharam relevantes sobre a defesa do Marquês de Pombal. Deparei-me com algumas diferenças ortográficas e, embora não seja um tema abordado neste trabalho, gostaria de deixar a opinião de Agustina Bessa Luís sobre a escrita e a ortografia do Marquês de Pombal.

Agustina Bessa Luís diz-nos a este respeito que a sua caligrafia transmite os sentimentos do seu tempo (vastos), de uma aprendizagem desatenta, com um latim pobre, uma escrita e oralidade vastas, aprendida de um qualquer frade com poucos estudos. Sendo ele um nobre pobre, pouco poderia melhorar, ainda que quisesse, as suas habilitações:

A sua ortografia ressentiu-se sempre dessa aprendizagem descuidada; enquanto o cortesão dava muita importância à aparência exterior, à linguagem refinada, o fidalgo de província ficava-se pela «ensaboadela do vilão», rudimentos ensinados por um preceptor famélico ou por um frade mais ou menos ignorante. (Agustina Bessa Luís, 2003,p.15)

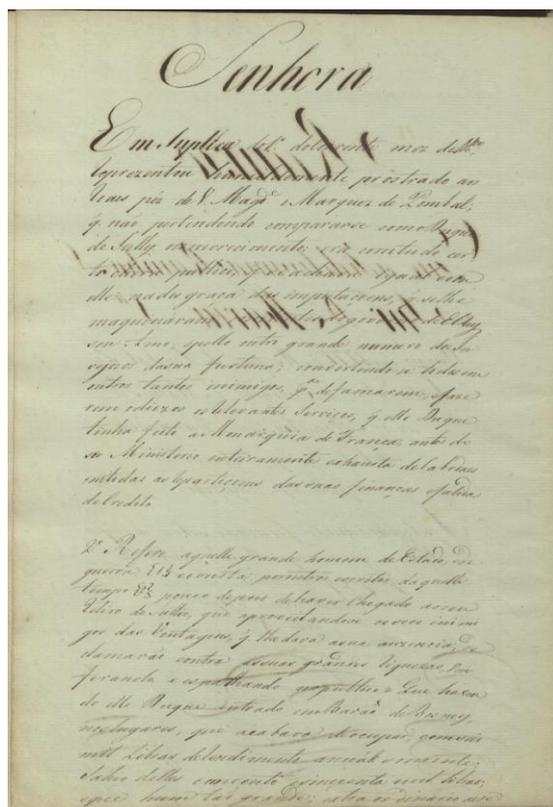
TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO



RECURSO

Que á Fidelíssima Rainha N. Snr^a D. Maria I, dirigio em 1778 o Marquez de Pombal Sebastião Jozé de Carvalho e Mello Primeiro Ministro que havia sido de Estado; depois desechar desposto desse emprego.

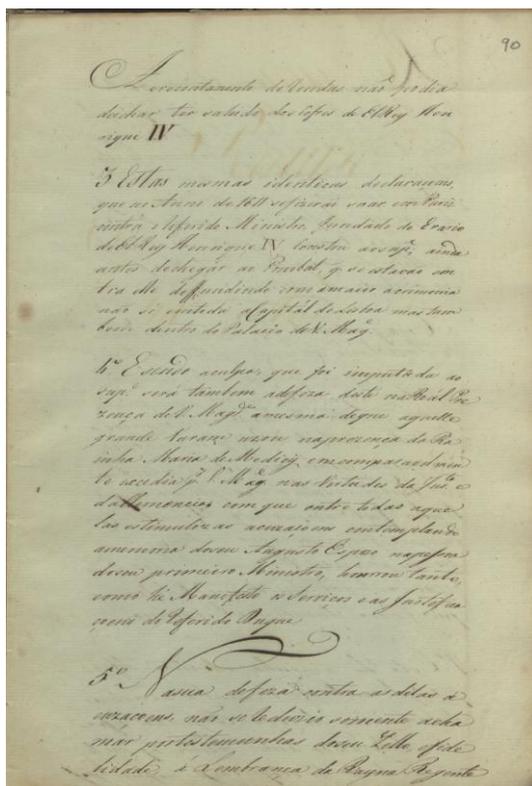
Apologeticamente formado sobre as imputaçoes, que se espalharam contra as riquezas que dezião elle ter illicitamente adquirido.



SENHORA

Em suplica de V. que docorrente mez de Março representou humildemente prostrado aos reaes péz de vossa Magestade, Marquez de Pombal; que não pertendendo compararse com o Duque de Sully no merecimento: hera contudo certo e hera publico, que se achava igual com elle na desgraça das imputaçoes que se lhe maquinaram contra elle do governo de El Rey sem temer aquelle outro grande numero dos invejosos da sua fortuna; convertendo-se todos em outros tantos inimigos que defamaram e fizeram odiozos os relevantes serviços, q este Duque tinha feito à Monarquia de França, antes do seo ministério inteiramente exausto (...) em todas as repartiçoens as suas finanças falidas de credito.

2º refere aquelle grande homem de Estado, de Guerra «1» e consta por outros escritos daquele tempo «2» pouco depois de haver chegado do seu retiro (...) que aproveitando-se os seus inimigos das vantagens que lhe dava a sua ausência; declaravão contra as suas grandes riquezas (...) e espalhando no publico que havendo este Duque entrado em Barão de Rosny nos lugares que acabava de ocupar com seis mil libras de rendimento anual (...)



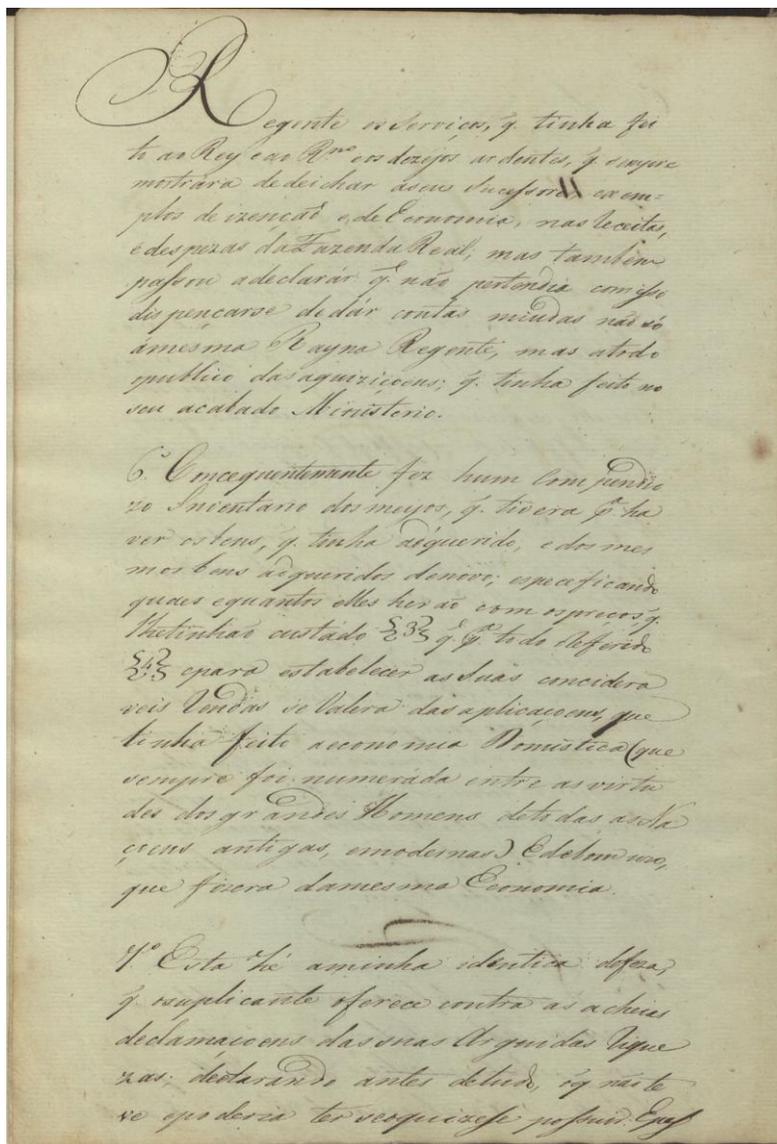
Acrescentamento de rendas não podia deixar ter; era tudo dos cofres de El Rey Henrique IV.

Estas mesmas identicas declaraçoens, que no anno de 1611 se fizeram usar em Paris contra o referido ministro, fundado do Erario de El Rey Henrique IV, constou aos (...) ainda antes de chegar ao Pombal, q se estavão contra elle deffundindo a maior cerimonia não se entenda a Capital De Lisboa mas também dentro do Palacio de Nossa Magestade.

E sendo a culpa, que foi imputado ao sup. Será também a defesa deste na Real Prezença de V. Magestade a mesma de que aquelle grande tirano usou na presença da Rainha Maria de Mediey, emcomparavelmente accedia a S. Magestade nas virtudes justiça e da clemencia com que entre todas a que (...) estimulou as acuzaçoens.

Contemplando a memoria do seu Augusto Esposo na pessoa do seu primeiro Ministro, honrou tanto como hé manifesto os serviços e as justeficações do referido Duque.

Na sua defeza contra as ditas acusaçoens não se reduziu somente achar por testemunhas de seu zello e fidelidade, à lembrança da Rainha Regente.



Regente os serviços, q. tinha feito ao Rey e ao R.^{no} em desejos ardentes, q. sempre mostrara de deixar a seus successores, exemplos de izenção e de Economia, nas receitas, e despesas da Fazenda Real, mas tambem passou a declarar q. não pretendia com isso dispensarse de dar contas minhas, não só à mesma Rainha Regente, mas atodo opublico das aquiziçoens; q. tinha feito no seu acabado Ministerio.

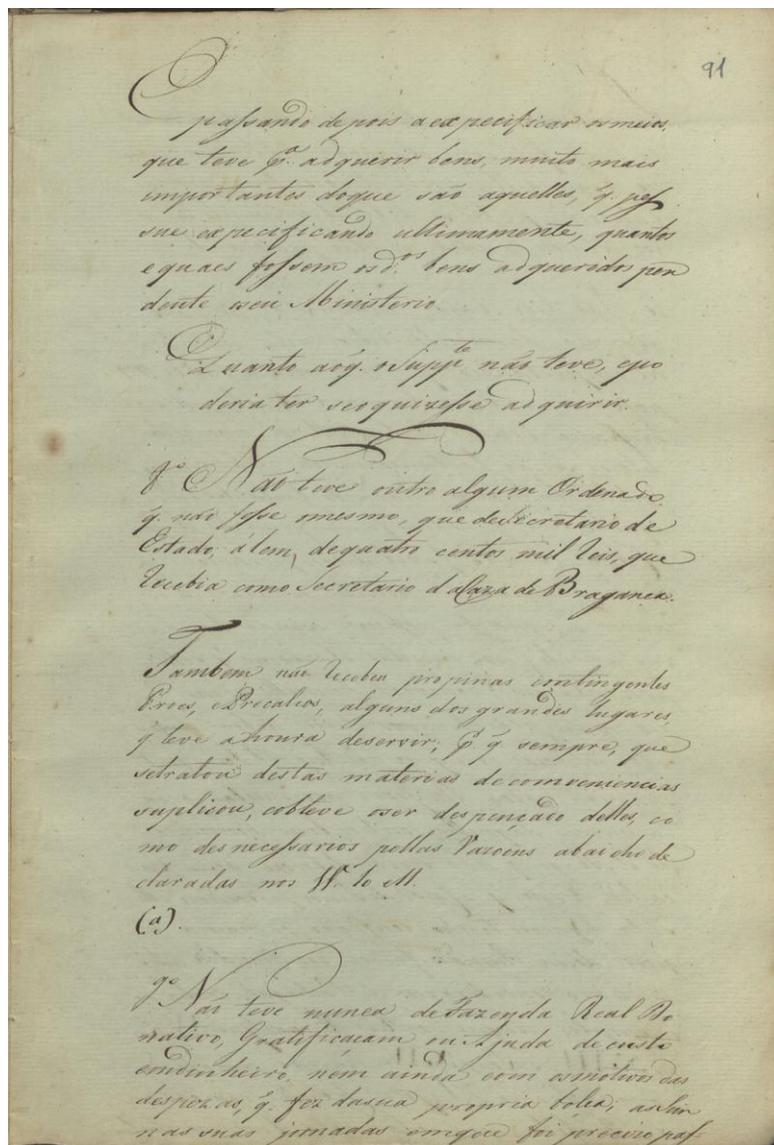
6. Consequentemente fez hum bom fundo no Inventario dos meços, q. tivera q. haver os bens, q. tinha adquirido, e dos meços q. não adquiridos de novo, especificando quantos egualtes ellas havia com os meços q. tinham custado 533 q. 9. todo o referido 533 para estabelecer as suas conciderações Unidas e laboradas applicações que tinha feito a economia Doméstica (que sempre foi numerada entre as virtudes dos gr. azeites Hormens de todas as escholas antigas e modernas) Edabim nos, que ficara da mesma Economia.

4.º Esta he a minha idéntica defeza, q. replicante oferece contra as acções declamatórias das onas Orguidas Regulares, declarando antes de tudo, q. não se quer dar a ter a queixosa pessoa. Graf

Regente ; os serviços que tinha feito ao Rey e ao R.no (reino) e os desejos ardentes que sempre mostrara de deixar a seus successores; exemplos de izenção e de economia, nas receitas e despesas da Fazenda Real; mas tambem passar a declarar que não se pretendia com isso dispensarse de dar contas minhas, não só à mesma Rainha Regente, mas atodo opublico das aquiziçoens; que tinha feito no seu acabado Ministerio.

Consequentemente fez hum compendiozo inventario dos meyoys que tivera de haver os bens, que tinha adquirido, e dos mesmos bens adquiridos denovo; especificando quaes equantos eles herão com os preços que lhetinhão custado (...) q de todo oreferido e para estabelecer as suas consideráveis rendas se valera das applicaçoes que tinha feito a economia Domestica (que sempre foi numerada entre as virtudes dos grandes Homens de todas as Naçoens antigas, e modernas) E debom uso, que fizera da mesma economia.

Esta hé aminha idêntica defesa, q o suplicante oferece contra as acheias declamaçoens das suas arguidas riquezas; destacando antes detudo, o q não teve e que devia ter se quizese possuir.

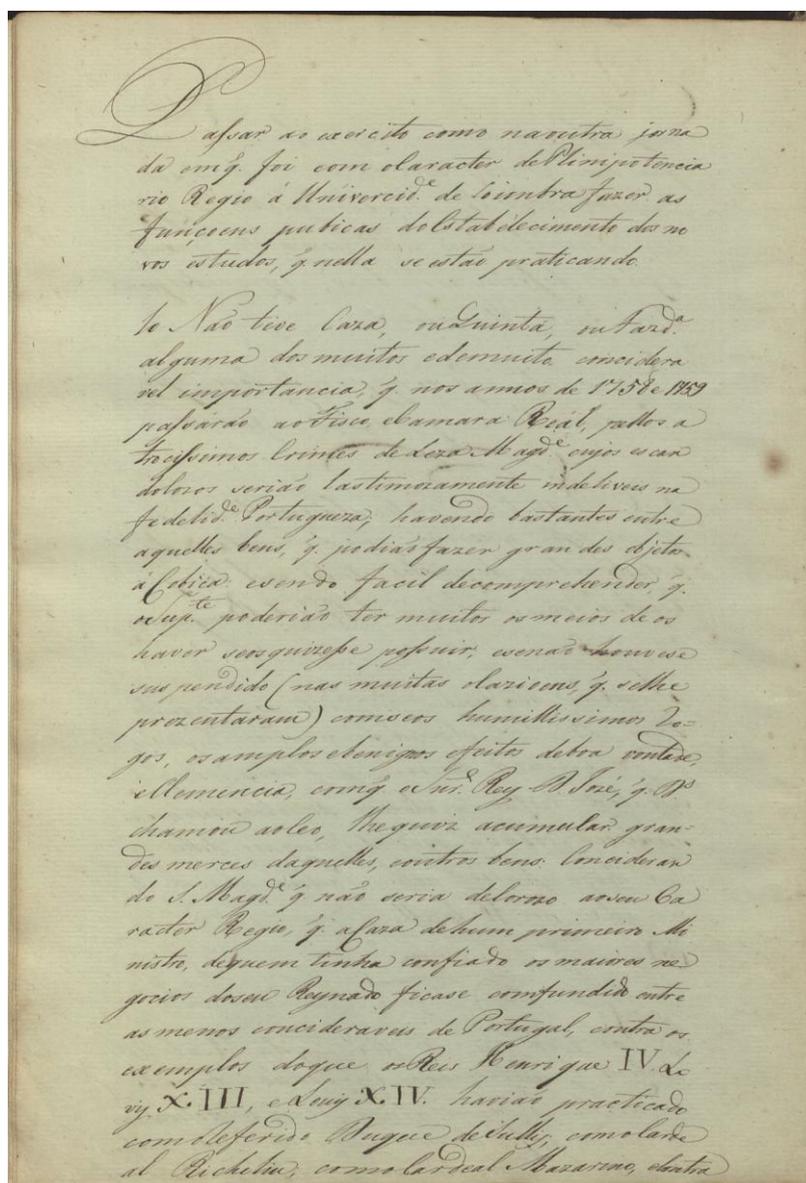


E passando depois a explicar os meios que teve para adquirir bens, muito mais importantes do que são aquelles que passei especificando ultimamente, quantos e quaes fossem os bens adquiridos por doute o seu ministro (...)

Quanto ao que (..) não teve, e que deveria ter se o quisesse adquirir.

Não teve outro algum ordenado que não fosse mesmo que de secretario de estado, alem de quatro centos mil reis que recebia como secretario da caza de Bragança. Também não recebeu propinas contingentes (...) e prelacias, alguns dos grandes lugares q teve otroura de servir; e que sempre q se tratou dessas materias de conveniencias suplicou e obteve o ser despençado dellas, como desnecessários pelas razoens abaicho declaradas (...)

Não teve nunca de fazenda real donativo, gratificação ou ajuda de custo em dinheiro, nem ainda com os motivos das despezas, q fez da sua própria bolça (...)



Passar ao exercito como na outra jornada em que foi com o caracter de (...) impotência no Regio à universidade de Coimbra fazer as funções publicas do estabelecimento dos novos estudos, que melhor se estão praticando.

Não teve/tive casa ou quinta ou fazenda alguma dos muitos e de muitos consideravel importancia que nos anos de 1758 e 1759 passarão ao fisco chamara real, pelos atrocíssimos crimes de leza majestade cujos escândalos os verião lastimosamente indeleveis na fidelidade portugueza; havendo bastantes entre aquelles bens que podião fazer grandes objectos à cobiça e sendo fácil de compreender que o sup.te poderião ter muitos os meios de os haver se os quisesse (...) e se não houvesse suspendido (nas muitas occasions que selhe presentaram) como cos humilíssimos rogos, os amplos benignos efeitos de boa vontade, e clemencia com que S. M. Rey D. Jozé I que os chamou ao ceo lhe quis acumular grandes merces daqueles e outros bens, considerando sua majestade que não seria deloroso ao seu caracter regio que a caza de hum primeiro Ministro de quem tinha confiado os maiores negócios do seu reynado ficasse confundido entre os menos consideráveis de Portugal, contra os exemplos de que os reis Henrique IV, Louiz XIII, e Louiz XIV havião practicado com o referido Duque de Sully.(...)

E continua o Marquês, sempre no mesmo registo de vítima, a explicar à Rainha D. Maria I que são falsas as acusações de que é alvo. Sendo a carta muito extensa, resolveu-se fazer apenas parte da transcrição da mesma.

**MANUSCRITO DE *EL INFORME EN EL EXPEDIENTE DE
LEY AGRARIA***

INFORME SOBRE LA LEY AGRARIA

O documento *Informe en el Expediente de Ley Agraria*, trata de um estudo feito por Jovellanos sobre as causas políticas, ideológicas e materiais que motivaram a destruição da agricultura nacional, acompanhado de uma série de reformas que ele considera imprescindíveis para a sua modernização.

É um documento que se caracteriza por ser uma recolha de informação sobre a situação da agricultura das terras de Espanha, já no tempo do rei Carlos III, em que este ministro foi influenciado pelo movimento da *Ilustración*, considerando a agricultura a riqueza da nação, que deve ser requalificada e retrabalhada. Ao contrário do que aconteceu com o documento do Marquês de Pombal, *El Informe en Expediente de Ley Agraria* foi-me entregue com a respetiva transcrição, servindo apenas de anexo ao meu trabalho dando, assim, conhecimento de um texto de Jovellanos ao leitor, embora o documento seja apresentado, neste trabalho, apenas em parte.

O Instituto Feijoo ofereceu-nos o seguinte parágrafo quando se adquiriu este documento, pelo interesse demonstrado no estudo da vida e obra de Dom Gaspar.

JUAN PABLO TORRENTE SÁNCHEZ-GUISANDE
Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII
DOLORES MATEOS DORADO
Universidad de Oviedo

En 1983, el Ayuntamiento de Gijón adquirió en subasta pública un lote de manuscritos del Informe en el Expediente de Ley Agraria de Gaspar Melchor de Jovellanos. Años antes, hacia 1976, el padre José María Patac de las Traviesas, el marqués de Lozoya y José Miguel Caso González –director del Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII y, a la sazón, rector de la Universidad de Oviedo– habían tenido ocasión de revisarlos por encargo de la familia propietaria.

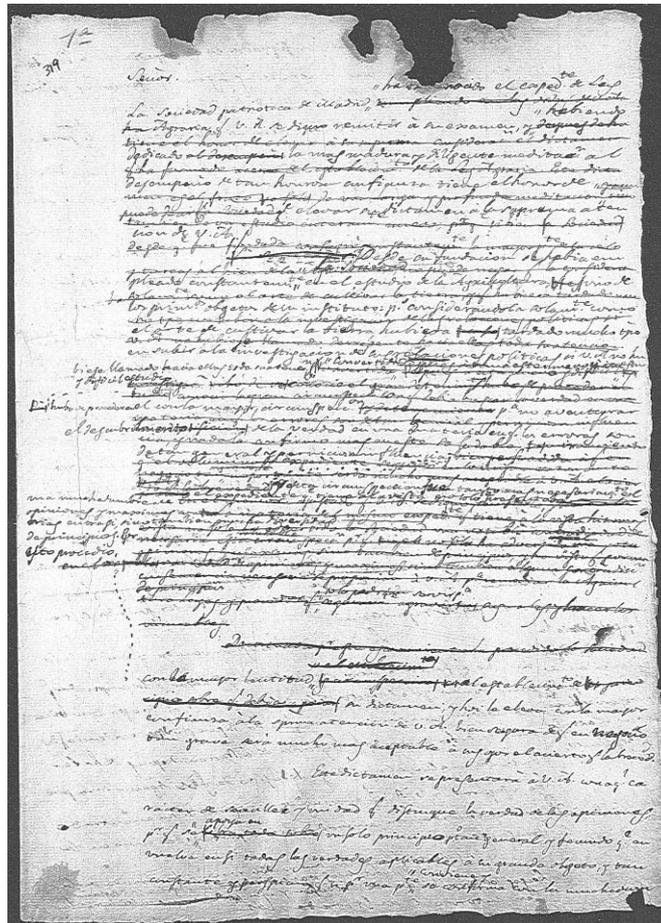
Los manuscritos adquiridos se depositaron para su conservación y estudio en el Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII de la Universidad de Oviedo, y en su sede ovetense han permanecido hasta el año 2000, en que fueron entregados al Ayuntamiento de Gijón. Se custodian desde entonces en el Archivo Municipal de la villa natal del ilustrado gijonés.

El Informe en el expediente de Ley Agraria

El Informe es el texto más difundido, estudiado y reeditado de Jovellanos. Su origen es bien conocido y su contenido ha sido ampliamente analizado y comentado¹.

¹ La edición crítica más reciente del Informe es la de Vicent Llobart: Gaspar Melchor de JOVELLANOS, *Escritos económicos*, ed. de Vicente Llobart, Madrid, Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, 2000.

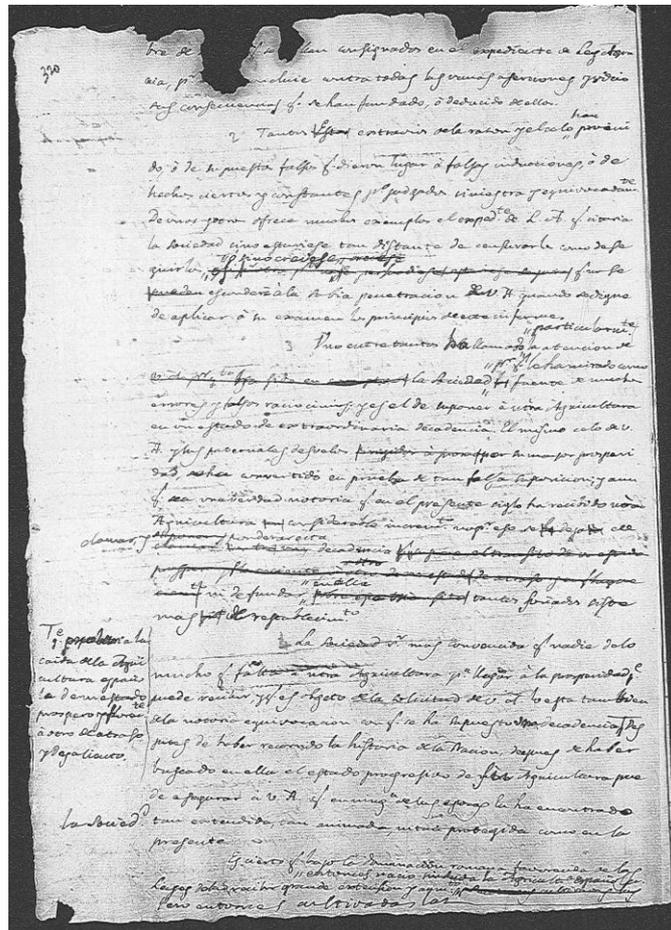
Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII, núms. 8 y 9. Oviedo, Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, Universidad de Oviedo, 1999, págs. 181-188.



Señor: La Sociedad Patriótica de Madrid, después de haber reconocido el expediente de Ley Agraria que V. A. se dignó remitir a su examen, y dedicado la más madura y diligente meditación al desempeño de esta honrosa confianza, tiene el honor de elevar su dictamen a la suprema atención de V. A.

Desde su fundación había consagrado la Sociedad sus tareas al estudio de la agricultura, que es el primero de los objetos de su instituto; pero considerándola solamente como el arte de cultivar la tierra, hubiera tardado mucho tiempo en subir a la indagación de sus relaciones políticas si V. A. no llamase hacia ellas toda su atención. Convertida después a tan nuevo y difícil estudio, hubo de proceder en él con gran detenimiento y circunspección para no aventurar el descubrimiento de la verdad en una materia en que los errores son de tan general y pernicioso influencia. Tal fue la causa de la lentitud con que ha procedido al establecimiento del dictamen que hoy somete a la suprema censura de V. A., bien segura de que en negocio tan grave será más aceptable a sus ojos el acierto que la brevedad.

Este dictamen, señor, aparecerá ante V. A. con aquel carácter de sencillez y unidad que distingue la verdad de las opiniones; porque se apoya en un solo principio, sacado de las leyes primitivas de la naturaleza y de la sociedad, tan general y fecundo que envuelve en sí todas las consecuencias aplicables a su gran objeto; y al mismo tiempo tan constante que si por una parte conviene y se confirma con todos los hechos consignados en el expediente de Ley Agraria, por otra concluye contra todas las falsas inducciones que se han sacado de ellos.

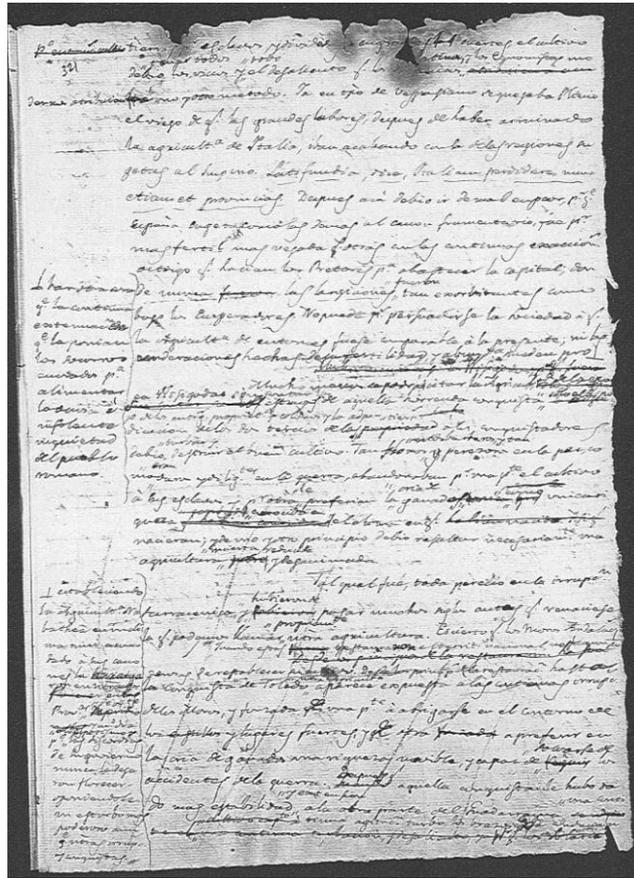


Tantos extravíos de la razón y el celo como presentan los informes y dictámenes que reúne este expediente, no han podido provenir sino de supuestos falsos que dieron lugar a falsas inducciones, o de hechos ciertos y constantes, a la verdad, pero juzgados siniestra y equivocadamente. De unos y otros se citarían muchos ejemplos si la Sociedad no estuviese tan distante de censurarlos como de seguirlos, y si no creyese que no se esconderán a la penetración de V. A. cuando se digne de aplicar a su examen los principios de este Informe.

Uno de ellos ha llamado más particularmente la atención de la Sociedad, porque lo miró como fuente de otros muchos errores; y es el de suponer, como generalmente se supone, que nuestra agricultura se halla en una extraordinaria decadencia. El mismo celo de V. A. y sus paternas desvelos por su mayor prosperidad se han convertido en prueba de tan falsa suposición; y aunque sea una verdad notoria que en el presente siglo ha recibido el aumento más considerable, no por eso se deja de clamar y ponderar esta decadencia, ni de fundar en ella tantos soñados sistemas de restablecimiento.

La Sociedad, señor, más convencida que nadie de lo mucho que falta a la agricultura española para llegar al grado de prosperidad a que puede ser levantada, y que es objeto de la solicitud de V. A., lo está también de la notoria equivocación con que se asiente a una decadencia que, a ser cierta, supondría la caída de nuestro cultivo desde un estado próspero y floreciente a otro de atraso y desaliento. Pero después de haber recorrido la historia nacional y buscado en ella el estado progresivo de nuestra agricultura en sus diferentes épocas, puede asegurar a V. A. que en ninguna la ha encontrado tan extendida ni tan animada como en la presente.

Su primera época debe referirse al tiempo de la dominación romana que, reuniendo los diferentes pueblos de España bajo una legislación y un gobierno, y acelerando los progresos de su civilización, debió también dar un gran impulso a su agricultura. Sin embargo, los males que la afligieron por espacio de doscientos años, en que fue teatro de continuas y sangrientas guerras, bastan para probar que hasta la paz de Augusto no pudo gozar el cultivo en España ni [de] estabilidad ni [de] gran fomento.

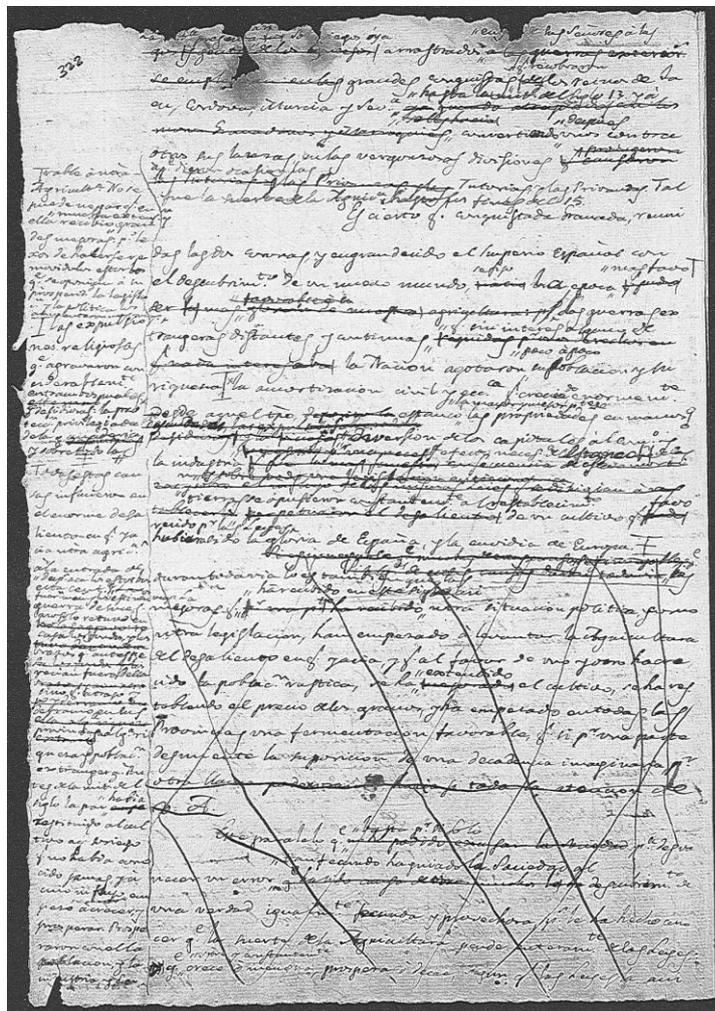


Es cierto que desde aquel punto la agricultura, protegida por las leyes y perfeccionada por el progreso de las luces que recibió la nación con la lengua y costumbres romanas, debió lograr la mayor extensión; y éste, sin duda, fue uno de sus más gloriosos períodos. Pero en él, la inmensa acumulación de la propiedad territorial y el establecimiento de grandes labores, el empleo de esclavos en su dirección y cultivo, y su consiguiente abandono, y la ignorancia y el vilipendio de la profesión inseparable de estos principios, no pudieron dejar de sujetarla a los vicios y al desaliento que, en sentir de los geopónicos antiguos y de los economistas modernos, son inseparables de semejante estado. Ya se lamentaba amargamente de estos males Columela, que fue poco posterior a Augusto; y ya en tiempo de Vespasiano se quejaba Plinio el Viejo de que la gran cultura, después de haber arruinado la agricultura de Italia, iba acabando con las de las regiones sujetas al imperio: *latifundia* —decía— *perdidere Italiam, jam vero et provintias* [los latifundios arruinaron a Italia e incluso a las provincias].

Después de aquel tiempo el estado de la agricultura fue necesariamente de mal en peor, porque España, sujeta como las demás provincias al canon frumentario, era por más fértil, más vejada que otras con tasas y levas, y con exacciones continuas de gente y trigo que los pretores hacían para completar los ejércitos y abastecer la capital. Estas contribuciones fueron cada día más exorbitantes bajo los sucesores de Vespasiano, al mismo tiempo que crecieron los impuestos territoriales y las sisas, particularmente desde el tiempo de Constantino, y no puede persuadirse la Sociedad a que una agricultura tan desfavorecida fuese comparable con la presente. Así que las ponderaciones que hacen los latinos de la fertilidad de España, más que su floreciente cultivo, probarán la extenuación a que continuamente la reducían los inmensos socorros enviados a los ejércitos y a Roma, para alimentar la tiranía militar y la ociosa e insolente inquietud de aquel gran pueblo.

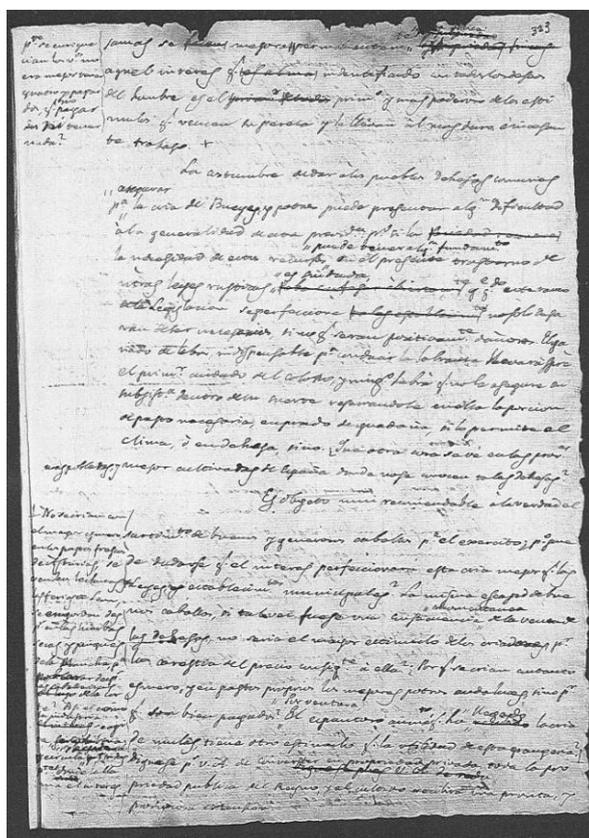
Mucho menos se podrá citar la agricultura de la época visigoda, pues sin contar los estragos de la horrenda conquista que la precedió, sólo el despojo de los antiguos propietarios y la adjudicación de los dos tercios de las tierras a los conquistadores, bastaban para turbar y destruir el más floreciente cultivo. Tan flojos estos bárbaros y tan perezosos en la paz, como eran duros y diligentes en la guerra, abandonaban por una parte el cultivo a sus esclavos, y por otra le anteponian la cría y granjería de ganados, como única riqueza conocida en el clima en que nacieron; y de ambos principios debió resultar necesariamente una cultura pobre y reducida.

Tal cual fue, toda pereció en la irrupción sarracénica, y hubieron de pasar muchos siglos antes de que renaciese la que podemos llamar propiamente nuestra agricultura. Es cierto que los moros andaluces, estableciendo la agricultura nabatea en los climas más acomodados a sus cánones, la arraigaron poderosamente en nuestras provincias de Levante y Mediodía; pero el despotismo de su gobierno, la dureza de sus contribuciones, las discordias y guerras intestinas que los agitaron no la hubieran dejado florecer, aun cuando lo permitiesen las irrupciones y conquistas que continuamente hacíamos sobre sus fronteras.

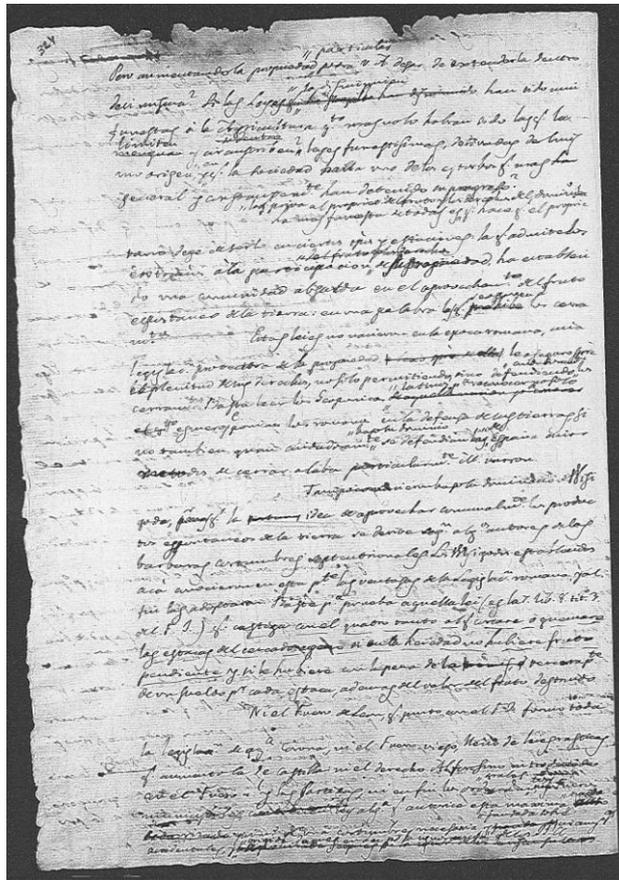


Cuando por medio de ellas hubimos recobrado una gran parte del territorio nacional, fue para nosotros muy difícil restablecer su cultivo. Hasta la conquista de Toledo apenas se reconoce otra agricultura que la de las provincias septentrionales. La del país llano de León y Castilla, expuesta a continuas incursiones por parte de los moros, se veía forzada a abrigarse en el contorno de los castillos y lugares fuertes, y a preferir en la ganadería una riqueza movable y capaz de salvarse de los accidentes de la guerra. Después que aquella conquista le hubo dado más estabilidad y extensión a la otra parte del Guadarrama, continuas agitaciones turbaron el cultivo y distrajeron los brazos que lo conducían. La historia representa [a] nuestros solariegos, ya arrastrados en pos de sus señores a las grandes conquistas, que recobraron los reinos de Jaén, Córdoba, Murcia y Sevilla, hasta la mitad del siglo xiii, y ya volviendo unos contra otros sus armas en las vergonzosas divisiones que suscitaron las privanzas y las tutorías. ¿Cuál, pues, pudo ser la suerte de nuestra agricultura hasta los fines del siglo xv?

Cierto es que, conquistada Granada, reunidas tantas Coronas y engrandecido el imperio español con el descubrimiento de un nuevo mundo, empezó una época que pudo ser la más favorable a la agricultura española; y es innegable que en ella recibió mucha extensión y grandes mejoras. Pero lejos de haberse removido entonces los estorbos que se oponían a su prosperidad, parece que la legislación y la política se obstinaron en aumentarlos.



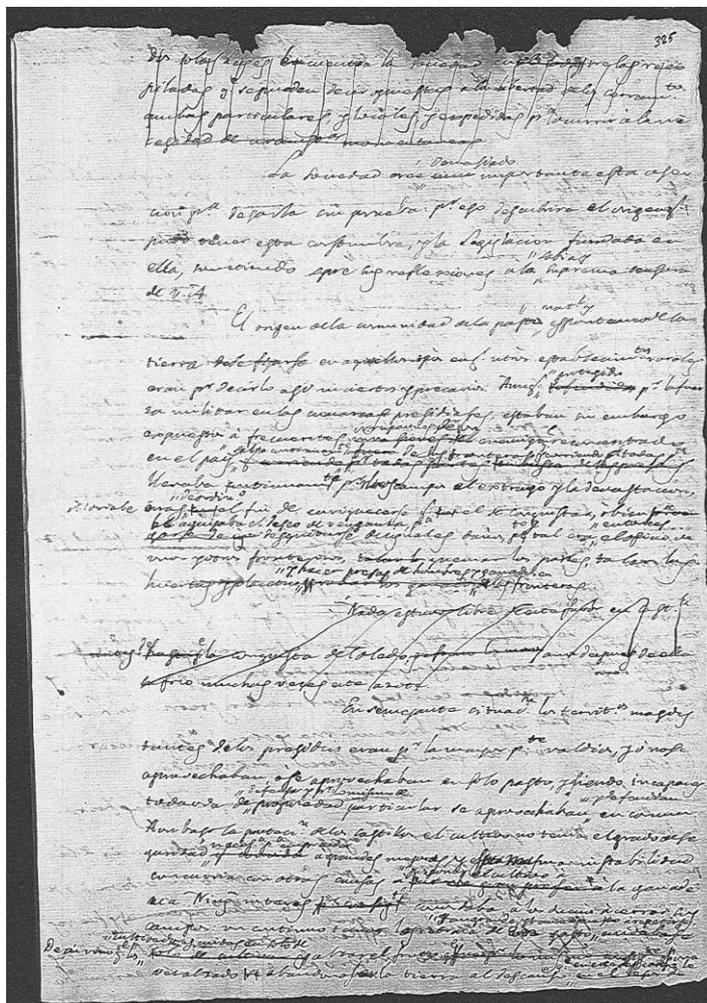
Las guerras extranjeras distantes y continuas, que sin interés alguno de la nación agotaron poco a poco su población y su riqueza; las expulsiones religiosas, que agravaron considerablemente ambos males; la protección privilegiada de la ganadería, que asolaba los campos; la amortización civil y eclesiástica, que estancó la mayor y mejor parte de las propiedades en manos desidiosas, y por último, la diversión de los capitales al comercio y la industria, efecto natural del estanco y carestía de las tierras, se opusieron constantemente a los progresos de un cultivo que, favorecido por las leyes, hubiera aumentado prodigiosamente el poder y la gloria de la nación.



Fueron a menos, y los estímulos a más. La guerra de sucesión, aunque por otra parte funesta, no sólo retuvo en casa los fondos y los brazos que antes perecían fuera de ella, sino que atrajo algunos de las provincias extrañas y los puso en actividad dentro de las nuestras. A mitad del siglo, la paz había ya restituido al cultivo el sosiego que no conociera jamás, y a cuyo influjo empezó a crecer y prosperar. Prosperaron con él la población y la industria, y se abrieron nuevas fuentes a la riqueza pública. La legislación, no sólo más vigilante sino también más ilustrada, fomentó los establecimientos rústicos en Sierra Morena, en Extremadura, en Valencia y en otras partes; favoreció en todas el rompimiento de las tierras incultas; limitó los privilegios de la ganadería; restableció el precio de los granos; animó el tráfico de los frutos y produjo, en fin, esta saludable fermentación, estos clamores que, siendo para muchos una prueba de la decadencia de nuestra agricultura, es a los ojos de la Sociedad el mejor agüero de su prosperidad y restablecimiento.

Tal es la breve y sencilla historia de la agricultura nacional, y tal es el estado progresivo que ha tenido en sus diferentes épocas. La Sociedad no ha podido confrontar los hechos que la confirman sin hacer, al mismo tiempo, muchas importantes observaciones que la servirán de guía en el presente Informe. Todas ellas concluyen que el cultivo se ha acomodado siempre a la situación política que tuvo la nación coetáneamente, y que tal ha sido su influencia en él que ni la templanza y [la] benignidad del clima, ni la excelencia y fertilidad del suelo, ni su aptitud para las más variadas y ricas producciones, ni su ventajosa posición para el comercio marítimo, ni en fin, tantos dones como con larga mano ha derramado sobre ella la naturaleza, han sido poderosos a vencer los estorbos que esta situación oponía a sus progresos. Pero al mismo tiempo ha reconocido también que cuando esta situación no desfavorecía al cultivo, aquellos estorbos tenían en él más principal e inmediata influencia, que se derivaban de las leyes relativas a su gobierno; y que la suerte del cultivo fue siempre más o menos próspera, según que las leyes agrarias animaban o desalentaban el interés de sus agentes.

Esta última observación, al mismo tiempo que llevó [a] la Sociedad como de la mano al descubrimiento del principio sobre [el] que debía establecer su dictamen, le inspiró la mayor confianza de alcanzar el logro de sus deseos; porque conociendo de una parte que nuestra presente situación política nos convida al establecimiento del más poderoso cultivo, y por otra, que la suerte de la agricultura pende enteramente de las leyes, ¿qué esperanzas no deberá concebir al ver a V. A. dedicado tan de propósito a mejorar este ramo importantísimo de nuestra legislación?



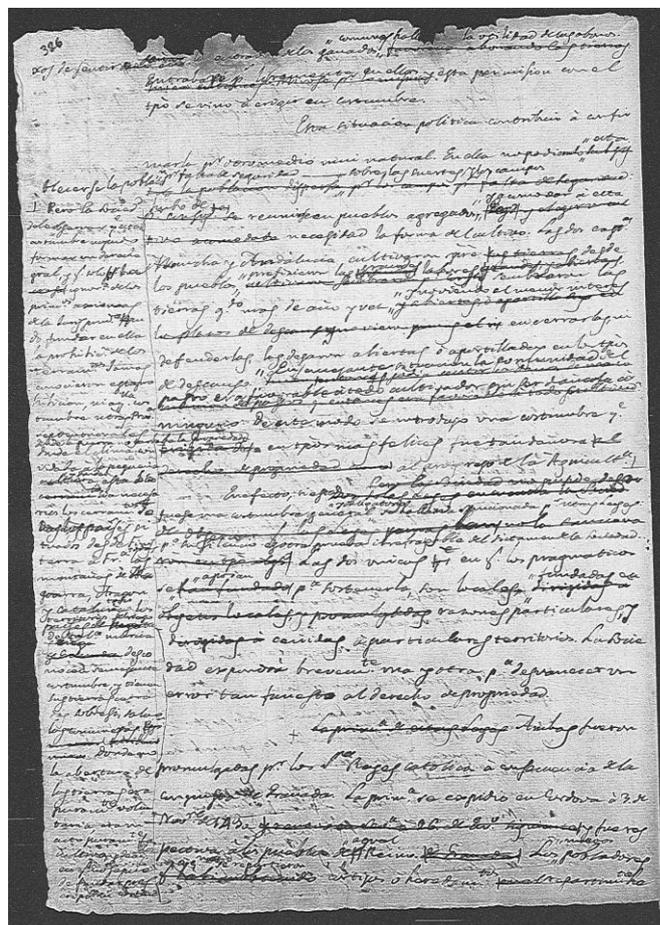
Los celosos ministros que propusieron a V. A. sus ideas y planes de reforma en el expediente de Ley Agraria han conocido también la influencia de las leyes en la agricultura, pero pudieron equivocarse en la aplicación de este principio. No hay alguno que no exija de V. A. nuevas leyes para mejorar la agricultura, sin reflexionar que las causas de su atraso están por la mayor parte en las leyes mismas, y que por consiguiente no se debía tratar de multiplicarlas sino de disminuirlas; no tanto de establecer leyes nuevas como de derogar las antiguas.

A poco que se medite sobre esta materia se conocerá que la agricultura se halla siempre en una natural tendencia hacia su perfección; que las leyes sólo pueden favorecerla animando esta tendencia; que este favor no tanto estriba en presentarle estímulos como en remover los estorbos que retardan su progreso; en una palabra, que el único fin de las leyes respecto de la agricultura debe ser proteger el interés de sus agentes, separando todos los obstáculos que pueden obstruir o entorpecer su acción y movimiento.

Este principio, que la Sociedad procurará desenvolver en el progreso del presente Informe, está primeramente consignado en las leyes eternas de la naturaleza, y señaladamente en la primera que dictó al hombre su omnipotente y misericordioso Creador cuando, por decirlo así, le entregó el dominio de la tierra. Colocándole en ella y condenándole a vivir del producto de su trabajo, al mismo tiempo que le dio el derecho a enseñorearla, le impuso la pensión de cultivarla y le inspiró toda la actividad y amor a la vida que eran necesarios para librar en su trabajo la seguridad de su subsistencia. A este sagrado interés debe el hombre su conservación, y el mundo su cultura. Él solo limpió y rompió los campos, descuajó los montes, secó los lagos, sujetó los ríos, mitigó los climas, domesticó los brutos, escogió y perfeccionó las semillas, y aseguró en su cultivo y reproducción una portentosa multiplicación a la especie humana.

El mismo principio se halla consignado en las leyes primitivas del derecho social; porque cuando aquella multiplicación forzó a los hombres a unirse en sociedad y a dividir entre sí el dominio de la tierra, legitimó y perfeccionó necesariamente su interés, señalando una esfera determinada al de cada individuo y llamando hacia ella toda su actividad. Desde entonces el interés individual fue tanto más vivo cuanto se empezó a ejercitar en objetos más próximos, más conocidos, más proporcionados a sus fuerzas y más identificados con la felicidad personal de los individuos.

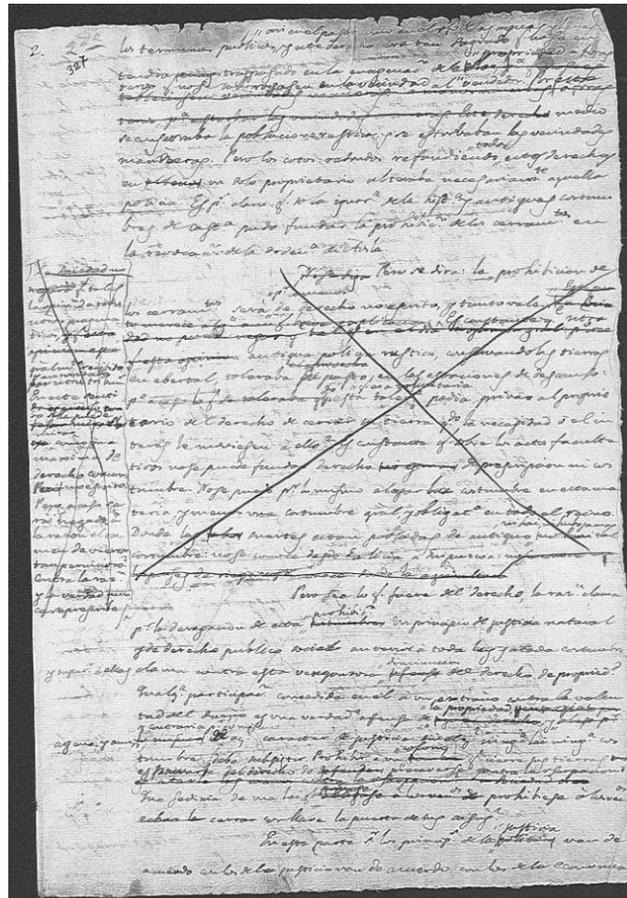
Los hombres, enseñados por este mismo interés a aumentar y aprovechar las producciones de la naturaleza, se multiplicaron más y más, y entonces nació otra nueva propiedad distinta de la propiedad de la tierra; esto es, nació la propiedad del trabajo. La tierra, aunque dotada por el Creador de una fecundidad maravillosa, sólo la concedía a la solicitud del cultivo, y si premiaba con abundantes y regalados frutos al laborioso cultivador, no daba al descuido más que espinas y abrojos. A mayor trabajo correspondía siempre con mayores productos; fue, pues, consiguiente proporcionar el trabajo al deseo de las cosechas; cuando este deseo buscó auxiliares para el trabajo, hubo de hacerlos participantes del fruto; y desde entonces los productos de la tierra ya no fueron una propiedad absoluta del dueño, sino partible entre el dueño y sus colonos.



Esta propiedad del trabajo, por lo mismo que era más precaria e incierta en sus objetos, fue más vigilante e ingeniosa en su ejercicio. Observando primero las necesidades y luego los caprichos de los hombres, inventó con las artes los medios de satisfacer unos y otros; presentó cada día nuevos objetos a su comodidad y a su gusto; acostumbrólos a ellos, formóles nuevas necesidades, esclavizó a estas necesidades su deseo, y desde entonces la esfera de la propiedad se hizo más extendida, más varia y menos dependiente.

Es visto por estas reflexiones, tomadas de la sencilla observación de la naturaleza humana y de su progreso en el estado social, que el oficio de las leyes respecto de una y otra propiedad no debe ser excitar ni dirigir, sino solamente proteger el interés de sus agentes, naturalmente activo y bien dirigido a su objeto. Es visto también que esta protección no puede consistir en otra cosa que en remover los estorbos que se opongan a la acción y al movimiento de este interés, puesto que su actividad está unida a la naturaleza del hombre, y su dirección señalada por las necesidades del hombre mismo. Es visto, finalmente, que sin intervención de las leyes puede llegar, y efectivamente ha llegado en algunos pueblos, a la mayor perfección el arte de cultivar la tierra, y que donde quiera que las leyes protejan la propiedad de la tierra y del trabajo, se logrará infaliblemente esta perfección y todos los bienes que están pendientes de ella.

Sin embargo, dos razones harto plausibles alejaron alguna vez a los legisladores de este simplicísimo principio: una, desconfiar de la actividad y las luces de los individuos, y otra, temer las irrupciones de esta misma actividad. Viendo a los hombres frecuentemente desviados de su verdadero interés, y arrastrados por las pasiones tras una especie de bien más aparente que sólido, fue tan fácil creer que serían mejor dirigidos por medio de leyes que por sus deseos personales, como suponer que nadie podría dictar mejores leyes que aquellos que, libres de las ilusiones del interés personal, obrasen sólo atentos al interés público. Con esta mira no se redujeron a proteger la propiedad de la tierra y del trabajo, sino que se propusieron a excitar y dirigir con leyes y reglamentos el interés de sus agentes. En esta dirección no se propusieron por objeto la utilidad particular sino el bien común; y desde entonces, las leyes empezaron a pugnar con el interés personal, y la acción de este interés fue tanto menos viva, diligente e ingeniosa, cuanto menos libre en la elección de sus fines y en la ejecución de los medios que conducían a ellos.



Pero en semejante procedimiento no se echó de ver que el mayor número de los hombres, dedicado a promover su interés, oye más bien el dictamen de su razón que el de sus pasiones; que en esta materia el objeto de sus deseos es siempre análogo al objeto de las leyes; que cuando obra contra este objeto, obra contra su verdadero y sólido interés; y que si alguna vez se aleja de él, las mismas pasiones que le extravían lo refrenan, presentándole en las consecuencias de su mala dirección el castigo de sus ilusiones: un castigo más pronto, más eficaz e infalible que el que pueden imponerle las leyes.

Tampoco se echó de ver que aquella continua lucha de intereses que agita a los hombres entre sí, establece naturalmente un equilibrio que jamás podrían alcanzar las leyes. No sólo el hombre justo y honrado respeta el interés de su prójimo, sino que lo respeta también el injusto y codicioso. No lo respetará ciertamente por un principio de justicia, pero lo respetará por una razón de utilidad y conveniencia. El temor de que se hagan usurpaciones sobre el propio interés es la salvaguardia del ajeno, y en este sentido se puede decir que en el orden social el interés particular de los individuos recibe mayor seguridad de la opinión que de las leyes.

No concluye de aquí la Sociedad que las leyes no deban refrenar los excesos del interés privado; antes reconoce que éste será siempre su más santo y saludable oficio; éste, uno de los primeros objetos de su protección. Concluye solamente que protegiendo la libre acción del interés privado, mientras se contenga en los límites señalados por la justicia, sólo debe salirle al paso cuando empiece a traspasarlos. En una palabra, señor, el grande y general principio de la Sociedad se reduce a que toda la protección de las leyes, respecto de la agricultura, se debe cifrar en remover los estorbos que se oponen a la libre acción del interés de sus agentes dentro de la esfera señalada por la justicia.

BIBLIOGRAFIA

1. Marquês de Pombal

1.1 Bibliografia ativa

1.1.1. Documentos

Os seguintes documentos foram pesquisados na Biblioteca Nacional de Portugal:

- Carta do Marquês de Pombal à Rainha D. Maria I – Documento pedido para reprodução e cedido pela Biblioteca Nacional de Portugal, Documentos em Arquivo, Cota da obra: CDO 13032// 4 volume: *Recurso que á Rainha...D. Maria 1ª dirigido em 1778 o Marquez de Pombal... Primeiro Ministro, que havia sido de Estado, depois de se achar deposto desse emprego...*

- *Representação feita a Sua Magestade... por parte do infeliz Marquês de Gouveia Dom Martinho Mascarenhas.. Carta que mandou o Marquês de Pombal a seu filho Dom Henrique, Conde de Oeiras*

1.1.2. Livros

- *Cartas do Marquez do Pombal: 1777-1780 / com um prefácio e notas por D. José Manuel de Noronha, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.*

- *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos, Sebastião José de Carvalho e Melo, Mem Martins, Europa América, 1984.*

1.2 Bibliografia passiva

Amaral, Domingos, *Quando Lisboa tremeu*, Alfragide, Editora Casa das Letras, 2010.

Araújo, Ana Cristina, *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

- *O Terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*, Porto, Edição dos CTT, 2005.

Aranha, Pedro Vanceslau Brito, *O Marquês de Pombal e o seu centenário*, Lisboa, INCM, 1908.

Azevedo, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a sua época*, Lisboa, Alfarrábio, 2009.

Baião, António Eduardo Simões, “A Inquisição e o Marquês de Pombal”, in *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol.3, Lisboa, Seara Nova, 1938.

Branco, Camilo Castelo, *Perfil do Marquês de Pombal*, Lisboa, Folhas e Letras, 2003.

Castanheira, Ana Paula Gama, *A imagem de Pombal em obras de viajantes ingleses*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1990.

Chantal, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal no tempo do Terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, 2005.

Cheke, Marcus, *O Ditador de Portugal*, Espinho, Livraria Civilização, 1946.

Cidade, Hernâni, *O Marquês de Pombal. O Homem e a obra na Metrópole e no Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.

Correia, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Melo na Corte de Viena de Áustria. Elementos para o estudo da sua Vida Pública (1744-1749)*, Lisboa, Centro de Estudos históricos, 1965.

Dias, Clara, *Marquês de Pombal*, Porto, Asa, 1993.

Domingues, Mário, *O Marquês de Pombal: o Homem e a sua época*, Lisboa, Romanos Torres, 1955.

Franco, José Eduardo, **Rita**, Annabela, *O Mito do Marquês de Pombal*, Lisboa, Editora Prefácio, 2003.

Gomes, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1982, separata da *Revista das Ideias*, nº especial “O Marquês de Pombal e o seu tempo”, 1982.

Letria, José Jorge, *Mal por mal, antes Pombal*, Lisboa, Clube do Autor, 2012.

Lopes, António, *Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus*, Parede, Principia Editor, 1999.

Luis, Agustina Bessa, *Sebastião José*, Lisboa, Guimarães Editores, 2003.

Macedo, Jorge Borges de, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Série Pombalina, 1982.

Marques, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, 10ª edição, Lisboa, Palas editores, 1984.

Martins, J. P. Oliveira, *História de Portugal*, tomo II, 3ª edição emendada, Lisboa, Viúva Bertrand, 1882.

Maxwell, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

Medina, João (dir.), *História de Portugal – Portugal Absolutista*, vol. VI, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1993.

Pereira, José Esteves, *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, INCM, 1983.

Peres, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Barcelos, Portucalense editora, 1934.

Real, Miguel, *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Edições Quidnovi Ensaio, 2005.

Santos, J. J. Carvalhão, *Literatura e Política – pombalismo e antipombalismo*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991.

Santos, Maria Helena Carvalho dos, *Pombal Revisitado*, 2º volume, Lisboa, Editora Estampa, 1984.

Saraiva, António José, **Lopes**, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª edição, corrigida e atualizada, Porto Editora, 2001.

Saraiva, José Hermano (dir.), *História de Portugal. De 1640 à Actualidade - Pombal e a experiência da autoridade*, vol.III, Publicações Alfa SARL, 1983.

Saraiva, José Hermano, **Guerra**, Maria Luísa, *Diário da História de Portugal*, Madrid, Seleções do Reader's Digest, 1998.

Serrão, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*, Oeiras, Câmara Municipal de Lisboa, 1982.

- *História de Portugal – o Despotismo Iluminado*, vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982.

Souto, José Correia de, *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Zairol, 1985.

Torgal, Luís Reis, *Acerca do significado de Pombalismo*, Revista de *Histórias de Ideias*, nº4, Coimbra, 1983, pp.7-17.

Vicente, António Pedro, *Marquês de Pombal: um governante controverso*, Revista Camões, nº15-16, Instituto Camões, 2003.

2. Gaspar Melchor de Jovellanos

2.1 Bibliografia ativa

- *Copia de la representación hecha por Don Gaspar a la majestad de Carlos IV, desde su destierro*, Madrid, Imp. De Sánchez, 1808.

- *Copia de la representación hecha por Don Gaspar a la majestad de Carlos IV, desde su destierro*, Valencia, Salvador Faulí, 1808.

- *El informe sobre la Ley Agraria*, Oviedo, Instituto Feijoo del Siglo XVIII, 1983.

- *El delincuente honrado. Comedia en prosa*. Publicada por Don Toribio Suárez de Langreo, Madrid, Por la Viuda de Ibarra Hijos y compañía, 1787.

- *Elogio de Carlos tercero* leído a la Real Sociedad Económica de Madrid por el socio D. en la Junta Plena del sábado 8 de noviembre de 1788, Madrid, Viuda de Ibarra, 1790.

- *Informe dado a la Real Academia de Historia sobre los juegos, espectáculos y diversiones públicas*, por Don Gaspar Melchor de Jovellanos, Cadiz, Imprenta Patriótica, 1813.

2.2 Bibliografía passiva

Alborg, Juan Luís, *Historia de la Literatura Española III Siglo XVIII*, Madrid, Gredos, 1972.

Álvarez, Manuel Fernández, *Jovellanos, el patriota*, Madrid, Editora Espasa, 2008.

- *Jovellanos. Un hombre de nuestro tiempo*, Madrid, Espasa-Calpe, Colección Espasa-Mañana, 1988.

Arrate, Jesús Prados, *Jovellanos economista*, Madrid, Taurus Ediciones, 1967.

Blanco, José Maria, *Fallecimiento del señor Jovellanos*, Londres, El Español, XXI, 30 de diciembre, 1881.

Bonet, Joaquín Alonso, *Grandeza y desventura de Don Gaspar Melchor de Jovellanos*, Madrid, Afrodisio Aguado, Colección Mas Allá, Série Biografías, 1944.

Cabezas, Juan Antonio, *Jovellanos. El fracaso de la Ilustración*, Madrid, Silex, Retratos de antaño, 1985.

Cano, Amelia Calderón, *El viaje en los diarios de Jovellanos*, Murcia, Universidad de Murcia, Departamento de Literatura, 1985-86.

García, Francisco Galindo, *El espíritu del Siglo XVIII y la personalidad de Jovellanos. Su criterio acerca de la ganadería en el Informe sobre la Ley Agraria*, Oviedo, Editora IDEA, 1971.

García, Santiago Sagredo, *Jovellanos y la educación en valores. Antecedentes en la reflexión y práctica de un ilustrado*, Gijón, Foro Jovellanos, Caja de Asturias, 1997.

González, José Miguel Caso, *Jovellanos*, edição de Maria Teresa Caso, Barcelona, Editorial Ariel Historia, 1998.

Lázaro, Martín Domínguez, *Nuevos datos para conocer la vida y la personalidad de Jovellanos*, Cáceres, Universidade de Extremadura, 1988.

Marías, Julián, *La España posible en tiempo de Carlos III*, Madrid, Sociedade de Estudios y Publicaciones, Estudios de Humanidades, 1963.

Mariño, Jesús Cambre, “La Ilustración, la Revolución Francesa y la reacción en España”, in *La Torre: Revista de la Universidad de Puerto Rico* 5, pp. 91-108, 1991.

Real Academia Española; *Diccionario de la lengua española*, 21ª edición, tomo II, Madrid, 1992.

Rico, Francisco, **González**, J. M. Caso, *Historia y Crítica de la Literatura Española – Ilustración y Neoclasicismo*, vol. 4, Barcelona, Editorial Crítica, pp.368-421, 1983.

Salgado, Félix Herrero, *Jovellanos y su tiempo*, in *Prosa Escogida*, Madrid, Editora Nacional, 1976.

Sebol, Russell P. (edit.), *El delincuente honrado*, Madrid, Editora Cátedra – Letras Hispánicas, Edición de, 2008.

Tortajada, Javier Varela, *Jovellanos*, Madrid, Alianza Editorial, Alianza Universidad, 1988.

Trelles, Augusto Barcia, *El pensamiento político de Jovellanos*, Buenos Aires, Editora Losada, 1951

Ulloa, Ramiro Escobar, *El pensamiento jurídico, político y económico de Jovellanos*, Santiago, Editora Universitaria, 1959.

3. Sites consultados

Sanchez-Guisande, Juan Pablo Torrente, Documento Reproduzido por, Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, *El Informe sobre Ley Agraria*, Universidad de Oviedo

- admifes@uniovi.es e para outras informações foram contactados os endereços abaixo indicados: info.museojovellanos@gijon.es; documentacion.museojovellanos@gijon.es (endereços e site consultados nos dias 12/7/2011; 28/8/2011;31/10/2012; 7/2/2013; 28/5/2013)